

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TYUR

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE GOIANA NO
MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO:
a crise de um projeto social (1960/1985)**

Marcus Jary Nascimento

Orientadora: Profa. Dra. Marides B. Macedo F. Oliverira

Goiânia

2002

MARCUS JARY NASCIMENTO

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE GOIANA NO
MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO:
a crise de um projeto social (1960/1985)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Para obtenção do título de mestre em Educação Brasileira.

Área de concentração: Movimentos Sociais e Educação

Orientadora: Profa. Dra. Maurides B. Macêdo F. Oliveira

GOIÂNIA

2002

Ficha Catalográfica

G633e

Nascimento, Marcus Jary.

A Participação Política da Juventude Goiana no Movimento Estudantil: A Crise de um Projeto Social(1960/1985)/ Marcus Jary Nascimento - Goiânia, 2002

144 p.

Bibliografia

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2002.

1. Movimento Estudantil - Goiânia I. Movimento Estudantil e Universidade II. Título

U: 378(817.3)

MARCUS JARY NASCIMENTO

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE GOIANA NO
MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO:
a crise de um projeto social (1960/1985)**

Dissertação defendida e aprovada em _____ de _____ de
_____ pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dra. Maurides B. Macêdo F. Oliveira
Presidente da Banca

Prof. Dra. Maria do Espirito Santo Rosa Cavalcante

Prof. Dr. João Ferreira Oliveira

A meu pai, *in memoriam* e a minha mãe, pelo que representaram na minha formação ética. Base sólida que me manteve vivo nessa caminhada de dor, angústias e incertezas.

AGRADECIMENTOS

À minha família e a de minha esposa, pelo apoio incondicional nos momentos mais difíceis. Em especial à Ana, principal fonte de minha força interior; à Fabiana, companheira de todos os dias, presença indispensável nesta caminhada; à Márcia, à Marquele, ao Valter e ao Máximo, à tia Nice, à Luis Felipe e à Patrícia, sem vocês teria sido quase impossível terminar.

À minha orientadora, professora Maurides M. Batista F. Oliveira, pela sensibilidade, pela contribuição no conhecimento da história e pela confiança que depositou em minha pessoa. Sem o seu voto de confiança eu não teria construído essa etapa tão importante de minha vida.

Aos professores João Ferreira e Maria do Espírito Santo, pela seriedade com que examinaram este trabalho e pelas valorosas contribuições.

Aos professores e técnicos administrativos do Mestrado em Educação Brasileira pela participação fundamental na minha formação de professor/pesquisador; e pela importância política de um programa de mestrado público nesses tempos tão difíceis.

Aos professores Luis Dourado, Marília Gouveia e Anita Resende, pelas marcas que deixaram em minha formação. Em especial à professora Anita, que me deu a oportunidade de cursar a *teoria da autocrítica*.

À Coordenação de Assuntos Estudantis da Universidade Católica de Goiás, por ter disponibilizado os seus arquivos, vitais para esta pesquisa.

Aos companheiros do movimento estudantil da Educação Física e da Universidade Federal de Goiás, pelo incentivo e pelo reconhecimento do meu trabalho.

Aos meus amigos, portanto, felizes também, por mais esta conquista; particularmente a Gina, Valesca e Maria Augusta com quem pude compartilhar as angustias de um mestrando. Em alguns momentos uma palavra de incentivo é mais importante que qualquer outro ato.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso de mais essa etapa de minha caminhada.

A se um dia, eu pudesse viver tudo o que eu desejo; se no meu abraço, eu pudesse transpassar todos os meus desejos. A se um dia, com os meus amigos, eu pudesse viver tudo que deles sinto. Que o amor não fosse tão limitado; que a verdade não fosse apenas uma questão de conveniência; que a liberdade não fosse apenas uma utopia; que justiça e igualdade não fossem ainda, apenas um projeto histórico. Oxalá, o viver não fosse inimigo do sentir; que homens e mulheres fossem realmente iguais e não precisassem de disfarces; que minha arte não fosse a expressão da dor. Oxalá, esta vida fosse verdadeiramente, a expressão mais desenvolvida de uma civilização. Pudera ao menos uma vez dizer tudo que penso. Quiçá, nesse dia, a vida será plena, e nos, felizes.

Marcus Jary

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT	10
INTRODUÇÃO	11
1. O MOVIMENTO ESTUDANTIL ANTERIOR A 1968	19
1.1 DA RESISTÊNCIA DIFUSA À FUNDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES.....	19
1.2 A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES E A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO NACIONALISTA PARA O BRASIL.....	33
1.3 GOIÁS ENTRA NA CENA DA ATIVIDADE POLÍTICA ESTUDANTIL: A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES, A MILITÂNCIA CATÓLICA E A RADICALIZAÇÃO DO PROJETO NACIONALISTA	41
2. A REPRESSÃO FÍSICA POLÍTICA E CULTURAL: OS MECANISMOS DA DITADURA PARA CONTENÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	67
3. A RECONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: OS ESTUDANTES VOLTAM A CENA MAIS A CRISE CONTINUA	103
CONCLUSÕES	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
FONTES.....	142

LISTA DE SIGLAS

SIGLAS UTILIZADAS

AI-5	Ato Institucional nº5
ALN	Ação Libertadora nacional
ALN	Aliança Libertadora nacional
AP	Ação Popular
CA	Centro Acadêmico
CCP	Centro Popular de Cultura
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRUTAC	Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEE	Diretório Estadual de Estudantes
DNE	Diretório Nacional de Estudantes
DOPS	Departamento de Ordem Político-Social
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
IPM	Inquérito Policial Militar
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LUG	Liga Universitária Goiana
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de outubro
PAI	Partido Acadêmico Independente
PCB	Partido Comunista do Brasil
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

UCG	Universidade Católica de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UGES	União Goiana dos Estudantes Secundaristas
UDN	União Democrática Nacional
UEE	União Estadual de Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	Agência Norte-Americana para o desenvolvimento
internacional	
VAR-palmares	Vanguarda Armada Revolucionária palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionaria

RESUMO

A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de reconstituir a história do movimento estudantil (ME) universitário goiano, no período de 1960 a 1985. O propósito foi detectar as causas e o significado do refluxo vivido pelo ME, a partir do golpe de 1964. Foram analisadas fontes orais (depoimentos de ex-militantes) e periódicos publicados pela imprensa local – ambas as fontes catalogadas pelo projeto *Movimento estudantil em Goiás – trinta anos de história – 1960 a 1990*, desenvolvido pela Vice-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Católica de Goiás (VAE/UCG). Os dados foram analisados na busca de estabelecer os nexos do refluxo com suas causas externas (decorrentes da relação com grupos políticos oficiais ou não e, com a Igreja Católica) e internas (em razão da estrutura acadêmica da universidade), inserindo essas mediações nas conjunturas sócio-econômicas e políticas vividas pela sociedade brasileira no período em estudo. A pesquisa mostrou que a participação política dos estudantes, mediadas pelos elementos externos e internos, revela-se em crise ou refluxo, a partir de 1968, em razão da utilização de medidas de controle político e transformação cultural aplicadas pela ditadura militar que provocou: a) recuo da Igreja Católica que abandonou o trabalho de educação política dos estudantes; b) desmantelamento dos grupos políticos, que ao retomarem a participação política durante o processo de redemocratização do país, passaram a explorar novas formas de ação, secundarizando a educação política; c) instrumentalização da formação acadêmica nos moldes norte-americanos, alcançada com implantação da reforma universitária de 1968.

Palavras chaves: Estudantes, História, Goiás.

ABSTRACT

The research was developed with the objective of reconstituting the history of the student movement (ME) academical goiano, in the period from 1960 to 1985. The purpose was to detect the causes and the meaning of the setback lived by the ME, starting from the blow of 1964. Oral sources were analyzed (former-militants' depositions) and newspapers published by the local press - both sources classified by the project student Movement in Goiás - thirty years of history - 1960 to 1990 ", developed by the Vice-rectory of Student Subjects of the Catholic University of Goiás (VAE/UCG). The data were analyzed in the search of establishing the connections of the setback with your external causes (current of the relationship with official political groups or not and, with the Catholic Church) and you intern (in reason of the academic structure of the university), inserting those mediations in the socioeconomic and political conjunctures lived by the Brazilian society in the period in study. The research showed that the student's political participation, mediated by the external and internal elements, it is revealed in crisis or setback, starting from 1968, in reason of the use of measures of political control and cultural transformation applied by the military dictatorship that provoked: the) I retreat of the Catholic Church that abandoned the work of the students' political education; b) to collapse of the political groups, that to the they retake the political participation during the process of liberalization of the country, they started to explore new action forms, turning secondary the political education; c) mechanization of the academic formation in the North American molds, reached with implantation of the academical reform of 1968.

Key words: Students, History, Goiás.

INTRODUÇÃO

A historiografia recente do movimento estudantil (ME), mais especificamente o movimento universitário, aponta segundo Poerner (1995), o ano de 1992 como o ano de início de um refluxo que perdura até os dias hodiernos.

Esta pesquisa nasceu do envolvimento direto que tivemos, com as atividades políticas do ME universitário mato-grossense, durante o período de graduação, entre os anos de 1994 a 1998. Saltava-nos aos olhos o vigor com que esse refluxo lançava em uma grande crise a representatividade, a legitimidade, bem como o potencial de mobilização e organização política do ME, fazendo com que este, apesar de elemento importante na formação universitária, não desenvolvesse um papel significativo na cena política da época. A situação inevitavelmente criava um clima de busca incessante, entre a militância, por uma explicação para a crise, com o intuito de levar o movimento a retomar a relevância histórica de sua trajetória na sociedade brasileira.

Foi no intuito de entender os significados dessa crise que iniciamos estudos sobre a temática, buscando encontrar na conjuntura sócio-econômica brasileira as causas do problema. De imediato, encontramos no fenômeno do atual ciclo de acumulação campo fértil para as respostas que procurávamos. A história do Brasil apontava o governo da transição democrática de José Sarney como o início de um novo ciclo econômico que aqui se denomina regime de acumulação flexível¹.

Desta feita, a crise guardava relações de ordem direta e indireta com o fenômeno que, em linhas gerais, trouxe uma série de mudanças na estrutura econômica, provocando um recuo não só do ME, mas dos movimentos sociais como

¹ Segundo Harvey (2000), este novo regime de acumulação assim é denominado por demarcar um confronto direto com a rigidez do Fordismo. Ele se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 2000 pg. 140).

um todo. A chamada crise de empregabilidade causada pela automatização da produção de bens e mercadorias, o estrangulamento da democracia provocado pelas políticas neoliberais, e o fim do socialismo real estariam no centro das questões que causaram o arrefecimento das ações estudantis.

Contudo, uma incursão à metodologia que orientou a construção deste trabalho, revelou que valendo-nos da totalidade já constituída, correríamos o risco de tomar o todo pela parte, o que nos levaria a trabalhar com categorias que não revelariam a verdadeira conexão que o fenômeno particular guarda com o geral.

Marx explica “que o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (Marx, 1982 p. 14). As condições concretas do fenômeno na sua particularidade é que podem dar as condições para que retornemos ao fenômeno geral não de maneira genérica, mas perfazendo um caminho que desvele a diversidade de relações que o particular guarda com a totalidade, enfaticamente nos seus aspectos sócio-econômicos e políticos.

De fato, as transformações que se consolidaram no Brasil com o início da chamada Nova República², provocaram mudanças de ordem supra e infra-estruturais, no conjunto da sociedade e, no comportamento político dos jovens. No entanto, qual seria o sentido do neoliberalismo como doutrina política sem as bases econômicas que reclamam sua regulação; ou como pode-se entender a crise de empregabilidade se não se conhece as reordenações produtivas que aumentaram o exército industrial de reserva; e ainda, como não ideologizar a queda do socialismo no leste europeu ou negar que esta foi a síntese histórica de dois projetos antagônicos.

Ainda que entendêssemos esse mote de questões, para que não incorrêssemos em um mecanicismo econômico, ainda restaria uma pergunta: que mediações a crise do ME guarda com as reestruturações produtivas citadas?

Lendo um artigo escrito por Martins Filho (1998), no qual faz um balanço histórico do ME, fomos alertados pelo autor que o esgotamento da fertilidade do ME pode ser percebido desde o silêncio forçado pela edição do Ato Institucional Nº5 (AI-5) de 13 de dezembro de 1968 e, sobretudo após a reforma universitária de 1968. Com essas duas medidas, o governo conseguiu desmontar as entidades estudantis e, especialmente, implantar uma mudança no perfil dos estudantes universitários, preparando-os para as mudanças sócio-econômicas e políticas que se julgavam

² O termo Nova República, foi cunhado em 1985, pelo então presidente José Sarney, que, ao tomar posse nesse ano, colocou-o como marco de uma nova era no Brasil.

necessárias à reestruturação produtiva já em curso no Brasil. As mudanças ocorridas na universidade, desde então, já apresentavam os traços da nova geração estudantil brasileira os quais se mostrariam com maior vigor, a partir dos anos 80.

As reflexões desse estudioso suscitaram em nós uma outra: a de que a crise que se abate sobre o ME nos anos 80, como ele bem assinala, é o reflexo de um processo de reordenamento estrutural, que só alcançou o seu ápice no momento em que as suas condições estavam plenamente amadurecidas. A crise que, conforme explica Martins Filho, inicia-se em 1968 ainda não podia ser percebida na época com todo o seu vigor haja vista que o ciclo de reordenamento econômico por que passava o país em 1968 ainda não tinha se completado.

Tomando o ME como ponto de partida, e não suas expressões no plano mais geral da sociedade foi-nos possível reconstituir os fatos do passado que se fazem refletir no presente, no qual os contornos da crise que detectamos podem ser percebidos com maior nitidez.

Tomamos em nosso trabalho o objetivo de problematizar as causas do esgotamento político verificado no ME, a partir do ano de 1968, seguindo o percurso histórico que culmina com a crise política vivida pelo ME nos anos 80, momento em que encontramos os germes ou embriões da conjuntura de globalização que o país viveria desde então.

A pesquisa busca no curso histórico que vai de 1960 a 1985 respostas as questões ora levantadas.

Diante da impossibilidade de um estudo de abrangência nacional, tomamos como objeto de estudo as atividades políticas desenvolvidas no seio do movimento estudantil universitário goiano haja vista que, após a criação da (União Nacional dos Estudantes) UNE em 1937 (Poerner, 1996)³, o ME estendeu sua organização política a todo o país, o que oferece a possibilidade de inferir com absoluta certeza que, resguardadas as particularidades locais, os fatos desencadeados na história do movimento estudantil de Goiânia podem ser situados na perspectiva dos fatos que se desencadearam em âmbito nacional.

Esta pesquisa não dispensou uma revisão acerca do significado da participação política do jovem, por entender que este estabelece relações estreitas com as condições estruturais das sociedades.

³ O autor afirma que, apesar da fundação da UNE ter ocorrido em 11 de Agosto de 1937, o reconhecimento oficial da entidade só aconteceria no mês de dezembro de 1938.

Vários são os estudos sobre o engajamento político do jovem, em particular o universitário. Em estudo desenvolvido sobre a participação política dos estudantes no Rio Grande do Norte, Justina Iva faz um mapeamento teórico na tentativa de apresentar as principais tendências analíticas do comportamento político dos estudantes.

Para Habermas et alii (1968) os estudantes tendem a ser mais atuantes em política do que a juventude não universitária e a ser mais esquerdista em suas correntes do que a classe média. Segundo esses autores, os estudantes se distinguem da população em geral e de sua faixa etária correspondente pela disposição em agir politicamente e por seus conhecimentos acerca dos fatos políticos. Para Karl Mannheim (1997), não se pode tomar o jovem como progressista ou conservador por natureza, mas como agente revitalizante, um potencial de mobilização que pode ser canalizado para as mudanças. No caso de jovens estudantes de escolas superiores, sua condição de estranhos, isto é, não comprometidos com a ordem social existente constitui fator fundamental para predispor-los a mudança. Na perspectiva Freudiana, a revolta contra a ordem social tem sido encarada como manifestação da revolta original contra os pais. Tratar-se-ia de um processo fundado em condições psicosociais peculiares a possibilidade de manifestação da libido (...). Mandel identifica como fator principal da revolta estudantil a estrutura acadêmica, reflexo da estrutura hierárquica da sociedade burguesa, e o conteúdo inadequado do ensino universitário às suas necessidades (Silva, 1989 pg. 15-86) (...).

Não é nosso intuito desenvolver uma teoria do comportamento político do jovem,

haja vista o elevado número de trabalhos que se dedicaram a esse tema. Pretendemos apenas expor os elementos teóricos que explicitem a juventude como categoria política.

Desta feita, depreende-se das estruturas analíticas apresentadas por Silva (1989) autora, que o jovem é tratado como categoria a-histórica escoimado das estruturas sociais de um dado modelo de sociedade em uma dada época, ocorrendo quase uma generalização do papel político da juventude – a insurreição contra o sistema.

Com isso, não se deduz que o engajamento político do jovem não possa estar relacionado a processos psicosociais, ou em repulsa a similaridade que a estrutura hierárquica da universidade guarda com a sociedade. No entanto, percebe-se que as condições psicosociais ou as condições concretas da estrutura acadêmica explicam apenas parcialmente o fenômeno.

Maria Alice Foracci (1972) diz que “a juventude representa a categoria social sobre a qual inflete de modo particular a crise do sistema” (Foracci, 1972 p.11).

Segundo a autora, a consciência jovem reelabora essas tensões, conflitos e crises, e se incumbe da tarefa de criar a nova ordem não-institucional, porque as normas da universidade, similares às da sociedade como um todo, não comportam as dimensões libertadora, criativa e improvisada dos jovens que assumem essa tarefa histórica.

Tanto Mandel, citado por Silva (1989) quanto Foracci (1972) apostam no jovem como produto de certas condições e por não situarem essas em circunstâncias históricas, acabam por generaliza-las a todos os jovens. Essas condições são: incompatibilidade dos conteúdos universitários com as aspirações profissionais, conscientização das crises e tensões do sistema e alheamento às benesses da ordem social.

Não pretendemos esvaziar de importância as análises que citamos, mas, entendemos que as categorias de análises propostas pelos autores supracitados merecem uma inserção no conjunto das transformações ocorridas na sociedade brasileira que, desde 1964, vêm modificando radicalmente o comportamento político dos estudantes.

Nesse sentido, Ianni (1963) é quem mais se aproxima desse percurso metodológico, pois a maneira como usa o conceito de consciência social, abre a possibilidade para entender o comportamento político do jovem, com base na evolução histórica dos elementos que se tornam os responsáveis pela produção da consciência: as relações sociais de reprodução da vida material e espiritual. Este autor afirma que o radicalismo político do jovem

É a manifestação de um tipo peculiar de consciência social, isto é, histórica desenvolvida pelo jovem em condições determinadas; exprime a apreensão, pela consciência, dos primeiros sintomas da própria alienação, que se manifesta já no próprio lar. No interior da família, onde se organiza e se condensa a práxis dos primeiros anos de vida da pessoa, exprimem-se às evidências iniciais de contradições insuportáveis (Ianni, 1963 p. 230).

A passagem acima não chega a negar a influência da família ou o papel que as contradições do sistema possam exercer no comportamento político do jovem, contudo é na maneira como o jovem apreende essas condições que se situam as divergências com Mandel e Foracci. Foracci (1972), ao dizer que a consciência jovem reelabora as tensões e conflitos do sistema situa-a em condições particularizadas, uma consciência desenvolvida no simples contato com as

contradições. A radicalização representa o passo ulterior expressando, uma apreensão totalizante desenvolvida quase que espontaneamente.

Para Ianni (1963), o comportamento do jovem não é mais a revolta contra a alienação familiar na figura do progenitor, transferida em autoridades e capitalistas; a atividade política é entendida como produto da consciência que inicia o entendimento das relações sociais.

Em suma o jovem que não se rebela não realizou a consciencialização da condição alienada do homem na sociedade capitalista: ou porque foi amplamente envolvido e integrado pela ordem estabelecida ou por não ter condições intelectuais para formular a própria condição real (Ianni, 1963 p. 240).

Depreendemos, das considerações feitas, que o esgotamento que evidencia o meio estudantil após 1968 pode estar vinculado à perda da capacidade de realizar um trabalho conscientizador, Trabalho que se desenvolve a medida que o estudante vai confrontando valores familiares com as novas experiências proporcionadas por grupos sociais, os interlocutores do ME com as classes sociais e a conjuntura histórica: a universidade, a Igreja Católica e as tendências partidárias, que também são categorias de análise. Defendemos a hipótese de que o rompimento que representou o golpe militar de 1964 com a política nacionalista/populista e a retomada da internacionalização da economia, demandaram mudanças na estrutura acadêmica da universidade que a ajustasse à nova conjuntura econômica (o foco essencial dessas transformações foi o currículo de formação e a organização política dos estudantes). Resultou na opção da Igreja Católica que se alinhou aos militares e rompeu com o ME; modificou o perfil do trabalho desenvolvido pelas tendências partidárias no interior das organizações estudantis que passaram a oferecer a formação política dos quadros do ME: houve o esgotamento do ME pelo enfrentamento armado ao regime em 1968, e, tendo que se institucionalizar, no momento da reabertura em 1977, Essas organizações, oficializados os partidos na década de 1980 passaram a privilegiar mais os canais legais, e menos, o trabalhos com os movimentos sociais.

È no contato com esses grupos sociais que ocorre a socialização dos valores pré-adquiridos, que são contestados, reafirmados e, no caso da radicalização política de esquerda até reformulados conforme se desenvolve conscientização.

Essa ênfase que a pesquisa dá a esses interlocutores, justifica-se em razão de o ME não elaborar uma teoria de mundo por si só independente dos grupos que representam as classes sociais na sociedade brasileira. É no tensionamento com esses grupos e na própria ação política que se constrói a consciência coletiva do estudantado, uma consciência que pode exprimir o conhecimento das contradições postas no sistema social. É na possibilidade de construção dessa consciência que se engendra o comportamento político do jovem (engajado politicamente nos anos 60, ou conservador nos anos 80). Segundo Ianni (1963),

Alias, ao final é o proletariado que fornece aos membros de outras classes as possibilidades de compreensão das condições e tendências de existência social. É a condição típica da classe operária que possibilita a consciência social dos próprios membros como de elementos de outras classes sociais (Ianni, 1963 p. 236).

De posse das tendências analíticas expostas, pudemos delimitar o percurso metodológico deste trabalho que se desenvolveu mediante pesquisa histórica construída com análises que tomaram como objeto de estudo os sujeitos políticos (militantes) no conjunto das ações executadas pelo ME da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Católica de Goiás (UCG) nas suas relações com seus principais interlocutores: a Igreja Católica, as tendências partidárias e a própria universidade.

A coleta dos dados foi efetuada em duas etapas. A primeira, em fontes orais, (depoimentos de ex-militantes, pontífices ligados à hierarquia da Igreja Católica em Goiânia, e dirigentes das universidades). A segunda etapa em textos e matérias jornalísticas publicadas pela imprensa local no período da delimitação cronológica da pesquisa. Ambas as fontes foram levantadas e catalogadas pelo projeto *O movimento estudantil em Goiás – trinta anos de história (1960–1990)* desenvolvido pela Vice-Reitoria de Assuntos Estudantis (VAE) da Universidade Católica de Goiás (UCG), qual teve como objetivo organizar um arquivo histórico do ME de Goiás que pudesse subsidiar trabalhos de natureza científica. Nesse projeto foram realizadas 33 entrevistas, tendo como metodologia à *história oral temática* (Meiry, 1996). Trabalhamos, portanto com a memória de vários depoentes dentre os muitos que vivenciaram o ME. A utilização da memória para a reconstituição histórica proposta foi feita em razão da relação entre memória individual e memória coletiva e percebendo a memória como uma reconstrução do passado que tem como vetor o presente, Halbwachs (1990).

Vale ressaltar que o projeto da UCG⁴ catalogou artigos de todos os jornais sediados em Goiânia, sem qualquer tipo de distinção, tendo como único critério matérias que fossem alusivas ao ME, não importando o conteúdo.

Para esta pesquisa detivemo-nos somente nos artigos que pudessem nos oferecer respostas para as questões propostas pela pesquisa.

As análises e interpretação dos dados conduziram a uma estrutura de exposição composta de três capítulos.

No primeiro capítulo são apresentados alguns antecedentes do ME anterior a 1968 retratando o período de fundação, consolidação e auge da UNE, e também os fatores que levaram os estudantes goianos passarem de categoria social a sujeitos ativos na política de Goiás, culminando no seu envolvimento com o movimento nacionalista e sua posterior radicalização, levando o país ao golpe de estado de 1964.

No segundo capítulo, apresentamos a evolução das investidas do regime militar contra o ME e, suas crises internas, reconstituindo o conjunto de fatores que o levaram da ilegalidade à clandestinidade com suas atividades políticas cerceadas mais acentuadamente a partir de 1969.

No terceiro e último capítulo desenvolvemos uma análise sobre os desdobramentos das transformações ocorridas no ME no interregno 1969-1977. Demonstramos como os fatores que levaram o ME ao esgotamento, a partir de 1969 o impediram de se reconstruir com o mesmo potencial de ações registradas no período 62-68, resultando na crise que se evidenciaria nos anos 80.

Nas considerações finais, há uma exposição geral sobre o papel dos interlocutores sociais do ME na transformação dos estudantes em sujeitos políticos e, as tendências que o estudo aponta para o entendimento das crises com que se defronta o movimento nos anos 80.

⁴ Os dados relativos ao projeto da VAE/UCG serão assim identificados nesta pesquisa: banco de dados do ME goiano – VAE/UCG.

CAPÍTULO I

O MOVIMENTO ESTUDANTIL ANTERIOR A 1968

1.1 Da resistência difusa á fundação e consolidação da União Nacional dos Estudantes

Esta sessão tem o papel primordial de situar os estudantes universitários como segmentos sociais e políticos constituídos como forcas representativas do palco social brasileiro.

A tarefa remete às manifestações estudantis que marcaram época nas etapas históricas que precederam a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Pela profundidade das informações históricas compiladas, a obra de Poerner (1995) representa uma referência importante para o nosso trabalho. Poerner (1995) também mostra que a despeito da sazonalidade inicial das rusgas estudantis, o movimento da Inconfidência Mineira demarcou uma intervenção mais organizada e sistemática dos estudantes, em particular, dos que regressavam dos estudos superiores desenvolvidos na Europa.

Poerner (1995) afirma que o primeiro ato de rebelião da juventude brasileira pode ser reportado aos contos pátrios de Olavo Bilac ainda no período colonial. Destaca-se o papel que os estudantes secundaristas tiveram contra a invasão da cidade do Rio de Janeiro por tropas francesas no ano de 1710.

A condição intelectual de quem tinha acesso ao ensino universitário fez dos estudantes força ativa no episódio da Inconfidência Mineira fornecendo com outros intelectuais, as inspirações políticas do movimento.

Segundo Poner (1995) expressa-se na figura do universitário José Álvares Maciel,

Como jovem que tivera acesso ao ensino superior universitário, até então inexistente no país, procurou conscientizar e imprimir um cunho ideológico e científico a revolta de Tiradentes, que, por sua vez, não tinha

acesso sequer às obras que continham as concepções sócio-políticas então emergentes, todas escritas em francês ou inglês (Poerner, 1995 Pg.56.).

Fica evidente no relato de Poerner que mesmo de maneira modesta e distante da realidade, o ensino superior no Brasil já desempenhava papel importante na instrumentalização teórica dos jovens que já vislumbravam os primeiros lampejos de uma relação que se consubstanciaria após a consolidação do ensino superior no Brasil.

A universidade, Malgrado a insipiente capacidade organizativa dos estudantes, seguiu nos períodos subseqüentes como o *lócus* privilegiado do debate e da formação de idéias agregadas às diversas entidades que iam do cunho político ao poético-literário.

Foi assim com clube secreto dos estudantes brasileiros da universidade de Coimbra e o problema da libertação do jugo português; com a sociedade 2 de julho e a questão da alforria de escravos; com a "libertadora" dos cadetes, e a campanha abolicionista; com os clubes republicanos acadêmicos e a campanha antimonarquista; com os batalhões escolares e o nacionalismo de Floriano; com a frente democrática⁵; da campanha presidencial de José Américo⁶ (Poerner, 1995 pg. 51-56; Grifo do autor).

O embrião dessas surgiu nas primeiras faculdades instaladas no Brasil ainda na segunda década do século XIX: Medicina, Direito e posteriormente, após a Segunda República, de Filosofia quase todas sediadas nas cidades do Rio de Janeiro, Olinda, Salvador e São Paulo. As faculdades de então foram os centros irradiadores que possibilitaram a criação de toda sorte de clubes, associações e até entidades secretas, e Poerner (1995) as considera como as primeiras tentativas de organização de um movimento estudantil. Estas entidades nos principais fatos políticos do país, expressando sempre o desejo por reordenações do modelo sócio-econômico. As inquietações estudantis também podem ser vistas como a manifestação ou antecipação de mudanças pelas quais passaria a sociedade em etapas posteriores.

Os estudantes eram capazes de acompanhar mudanças que já se processavam no capitalismo mundial e que inevitavelmente se apresentariam à sociedade brasileira. Foi assim, por exemplo, na luta contra a feição lusitana do

⁵ Criada por ocasião do episódio do conflito entre São Paulo e o governo central instituído pela revolução de 1930.

⁶ Fato sucedido nas eleições abortadas pelo golpe de estado executado por Getúlio em 1937.

Imperador Pedro I, que culminou com o período regencial e com a abolição da escravatura que alimentou um número expressivo de grupos de estudantes pertencentes às classes abastadas, os quais trabalhavam clandestinamente pela libertação de escravos ou legalmente desenvolvendo campanhas para a arrecadação de fundos destinados a compra de escravos que depois eram alforriados. A abolição da escravatura representava a condição para o desenvolvimento capitalista ulterior a fase mercantil, a qual a Europa já experimentava, e que o Brasil só alcançaria no século XX..

Em que pesem a transitoriedade e o caráter específico das demandas apresentadas por essas entidades, dá para se perceber uma similaridade entre todas elas. Em todos os episódios a participação de jovens foi significativa, e sempre significou “o inconformismo das classes médias urbanas. As motivações aparentes do inconformismo são as mais variadas, mas um elo comum pode ser obtido: a superação das diversas formas sociais nas diversas épocas, sejam elas colônia, regência, império, escravatura” (Poerner, 1995 pg. 52).

Mesmo com a fertilidade de grupos estudantis, que se pode constatar pela consulta histórica, as entidades estudantis tinham uma efemeridade bastante acentuada e os grupos desapareciam com a mesma velocidade que surgiam. Ademais, não contavam ainda com as condições apresentadas aos estudantes de gerações posteriores, como a expansão em escala nacional do sistema de ensino superior, e conseqüente aumento da população estudantil, a possibilidade de comunicação em tempo real entre os diversos estados brasileiros e, acima de tudo, a incorporação das classes médias e operárias à política nacional.

Sem as condições que lhes garantissem uma orgânica vinculação com a vida política do país, os estudantes, até a criação da UNE, constituíam um contingente mobilizável pelas mais diversas forças sociais do jogo político brasileiro⁷.

A construção de um movimento político organizado pela juventude ainda estava limitado às condições que se faziam presentes para as classes médias e

⁷ Assim foi com a mobilização dos estudantes militares durante a campanha nacionalista de Floriano Peixoto, no ano de 1893; o civilismo de Rui Barbosa, na sua luta pela Presidência da República (resguardadas as peculiaridades de cada situação, podem ser consideradas fenômenos ainda incipientes da revolução de 1930, pois expressaram os primeiros dissídios da união que se construiu entre setores da classe média e as oligarquias, por ocasião da Proclamação da República); a campanha constitucionalista no episódio da resistência do estado paulista contra o governo federal instaurado com a Revolução de 1930 e a campanha presidencial de José Américo para as eleições abortadas pelo golpe de estado em 1937 (Poerner, 1995; ver P.67-120).

operárias de uma maneira geral durante os anos que antecederam a Revolução de 1930 e a criação da UNE, em 1937.

O estado oligárquico que antecede a revolução de 1930 caracterizava-se por uma ação bastante discreta da direção das políticas sociais e econômicas em relação às classes não-pertencentes às elites agrárias⁸. A atividade reguladora do Estado resumia-se à proteção da atividade exportadora dos produtos agrícolas primários, deixando de lado a produção de produtos de consumo interno.

Essa orientação econômica era sustentada por relações semifeudais entre as classes de trabalhadores e a aristocracia coronelista, que sufocava com vigorosa violência física os dissídios surgidos na disputa pelo poder, impossibilitando que as ascendentes classes média e operária tivessem acesso aos canais de poder.

A relação que se estabelecia, portanto entre os capitalistas agrícolas e os trabalhadores era de repressão e de fisiologismo⁹. Os emergentes trabalhadores das cidades, empregados nas indústrias que surgiram em conseqüência da ausência do Estado na produção interna, estavam entregues ao liberalismo econômico da livre negociação entre patrões e empregados¹⁰.

As mobilizações políticas que já aconteciam em razão da politização das massas urbanas eram tratadas não como questão relativa à política social de direito, mas de concomitância com a orientação que ficou conhecida na época, *como caso de policia*¹¹.

Essas mobilizações tornavam-se cada vez mais constantes ao mesmo tempo que a dependência estrutural da economia de exportação mostrava-se frágil para uma incorporação mais ampliada da população no sistema político-econômico.

⁸ Exatamente em decorrência dessa ausência do Estado nas políticas econômicas internas florescem a nascente indústria brasileira e, com ela, o aumento da população urbana constituída em locais onde o desenvolvimento industrial se fazia presente. Com o crescimento da população urbana, novos grupos vão surgir no cenário social e alguns deles, mais tarde tornaram-se fiadores da revolução de 1930, como o movimento tenentista. Surgiu também, no ano de 1922, o Partido Comunista. Os primeiros sindicatos oriundos de anarquistas, aqui chegados sobretudo com a migração italiana; grupos de tendência fascista e movimentos artísticos representados na Semana de Arte Moderna (Ianni, 1991 pg. 28-29).

⁹ Prática política que consiste na obtenção de vantagens e favores de qualquer natureza em troca de apoio ao governo (Ferreira, 1993 pg. 253).

¹⁰ A Consolidação das Leis Trabalhistas só surgiu em 1943 (Cunha, 1985 pg. 25).

¹¹ Assim foram tratados os movimentos que durante os anos vinte tentaram subverter o poder dos coronéis: o Cangaço, o Tenentismo e, posteriormente, a Coluna Prestes. Estes constituíram expressões de um inconformismo das classes subalternas que foi violentamente reprimido pelo estado oligárquico ou política do café com leite.

A contradição fundamental gerada pela política de exportação de produtos agrícolas – a inexistência de uma atividade econômica voltada para as necessidades internas – surgiram os componentes econômicos que abriam caminho para a Revolução de 1930 e, com ela, a derrota¹² do estado oligárquico.

Assim, se observássemos a evolução da economia brasileira, ao longo da década dos vinte e trinta, verificaríamos a seguinte tendência emergente: o progresso desta nova economia em germinação é condicionado pela constituição e ampliação de um mercado interno, isto é, desenvolvimento do fator consumo, praticamente imponderável no sistema anterior, em que prevalece o elemento produção. Concorre para isto, em primeiro lugar, o crescimento da população e elevação do seu padrão de vida, de suas exigências e necessidades. (...) Aos poucos, a produção interna, tanto agrícola como industrial, poderá fazer frente em proporções cada vez maiores às solicitações do consumo. (...) A indústria nacional vai progressivamente substituindo com seus produtos a importação anterior de quase tudo que diz respeito a artigos de consumo imediato, isto é, as manufaturas leves (Ianni, 1991 Pg. 29-30).

A citação demonstra com clareza a maneira como a necessidade de consumo interno foi solidificando a indústria nacional e passou a exigir, cada vez mais, uma mudança da presença organizativa do Estado com o objetivo de assegurar as condições de que necessitava para ampliação de sua atividade produtiva.

A consolidação de um novo modelo estatal, que representou a Revolução de 1930, trouxe consigo reformulações sócio-econômicas importantes que fincariam as condições que faltavam para o ingresso das classes urbanas em canais de participação política. Com a revolução, grupos até então sufocados, puderam expressar-se sem os constrangimentos de um governo oligárquico, a serviço dos coronéis. Agora, as camadas urbanas vislumbravam a possibilidade de participação em um modelo de democracia representativa que surgia com a ampliação das instâncias legislativas. Esse foi um fator decisivo para a conscientização das camadas urbanas que passaram a ter um contato maior com os problemas da realidade brasileira, antes reduzidas ao mundo rural das exportações agrícolas.

Tratava-se de criar mecanismos de incorporação das classes médias e operárias à política, resolvendo, portanto, a crise de hegemonia responsável juntamente com os fatores econômicos, pela derrubada do estado oligárquico. Importante também se fazia disciplinar a força de trabalho que, por meio de

¹² A palavra derrota expressa a queda de um Estado eminentemente agrário e sua substituição por um estado eminentemente burguês com novas relações de poder político-econômico, de dominação subordinação-dominação e de relação com o comércio exterior.

legislação trabalhista e sindical, teria demarcado os limites de ação na relação com o capital industrial.

A tese da repressão policial (estratégia das oligarquias para conter as massas) contra as reivindicações de cunho social deveria ser substituída por códigos e medidas inerentes à concepção burguesa de democracia e Estado. Em suma, tratava-se de resolver o problema de hegemonia surgido ainda no estado oligárquico, onde, para o que seria necessário reordenar o papel do Estado a fim de que se tornasse um disciplinador das forças produtivas e controlador das crises e conflitos de classes.

Ianni, citando Caio Prado Junior, faz uma síntese das tarefas que se impunham ao novo Estado que surgiu com a Revolução de 1930. As medidas deveriam buscar dar o suporte institucional de que o novo modelo econômico precisava para se solidificar:

Democratização do sistema político em geral, particularmente o processo eleitoral e o exercício efetivo dos poderes; protecionismo alfandegário e defesa da incipiente indústria brasileira; reforma e ampliação do sistema nacional de ensino¹³, em seus níveis elementar, médio e superior; formalização das relações de trabalho e das atividades sindicais; as funções do poder público, na proteção e incentivo às atividades econômicas instaladas e a instalar-se; a importância e a necessidade de uma política governamental de defesa e aproveitamento das riquezas minerais (Prado Junior apud Ianni, 1991 p. 27).

Consubstancia-se a contradição junto à construção do estado burguês, mediante as medidas descritas por Prado Jr, pois o novo governo inevitavelmente acabou por potencializar a inserção social das classes médias e trabalhadoras ao sistema sócio-político tendo em vista que ampliava o sistema de ensino, criava leis trabalhistas que abriam aos trabalhadores canais de pressão e organização política ainda que vigiadas, além de participação na nascente estrutura de democracia representativa.

As inspirações dos movimentos que eclodiram na década de 1920 reapareceram nos anos de 1930 com a atuação de grupos que surgiram com a relativa abertura que o Estado revolucionário propiciava. Foi um momento em que se

¹³ Este ponto em particular, é para nós de suma importância, pois a expansão do sistema de ensino pode aumentar em números drásticos a população vegetativa das universidades potencializando ainda que quantitativamente o poder de organização e expressão política dos estudantes universitários.

gerou grande fertilidade política, que logo obliteraria o recém-instalado estado democrático que, mesmo com os canais controlados por uma democracia representativa vivia momentos de instabilidades políticas.

Se de um lado, a Revolução de 1930 demarca o fim do Estado agrário-exportador, de outro, não conseguiu resolver as crises de poder herdadas de seu antecessor. Os grupos já mencionados, e que surgiram concomitantemente com o processo de industrialização puderam, com a instalação de um *estado de compromisso*¹⁴, intensificar suas ações aumentando ainda mais o ambiente de mobilização política que perturbaria o novo governo. Ianni (19991 pg.32) destaca fatos políticos posteriores à revolução e 1930 que mostram com clareza o clima de intensa agitação:

Estes são alguns dos fatos políticos importantes nos anos posteriores à vitória da revolução: Fundação da Ação Integralista Brasileira, em 1932, como partido de direita, de conotação Fascista; fundação da aliança libertadora nacional, em 1934, como movimento político de esquerda, de tendência socialista; a revolução paulista, em 1932 tentando recuperar o poder federal; a nova constituição nacional em 1934; o levante comunista em 1935; e o levante integralista (...)

A citação assinala bem a medida da celeuma política que o país atravessou de 1930 até 1937 e das tarefas que se impunham ao novo Estado para a superação dos desentendimentos políticos e construção de consenso em torno de um projeto nacional.

O desfecho de tal situação não tardaria por vir. No dia 10 de novembro de 1937, Vargas deu o golpe de estado, e se instalou o Estado Novo, iniciando um agudo processo de repressão às dissidências tanto de direita quanto de esquerda, colocando na cadeia comunistas, integrantes de forças reacionárias, integralistas e liberais, estes últimos por que divergiam da política estatizante que se iniciara já nos primeiros anos do governo Vargas.

¹⁴ A expressão é usada por Cunha (1989) quando afirma que, nesse Estado, o poder pessoal do Presidente da República desempenhou o papel de árbitro dos conflitos. Embora o poder proviesse das classes compromissadas, nenhuma delas conseguia dirigir as demais. Diante disso, as políticas do Estado, voltadas para os interesses parciais ou gerais dessas classes, precisavam buscar apoio fora do bloco no poder. Esse apoio foi buscado nas classes trabalhadoras urbanas. Assim, o Estado, na figura do Presidente da República, passou a se definir como defensor dos interesses de todo o povo, o que implicava a adoção de políticas que suscitasse menor resistência dos parceiros do compromisso, ao mesmo tempo que despertasse maior apoio das classes trabalhadoras (Cunha, 1989 p. 49).

Ianni (1991) apresenta trechos do discurso em que Francisco Campos (Ministro da Educação e Saúde do governo Vargas), faz uma justificativa do golpe aplicado pelo governo:

O estado era uma “terra de ninguém”, mais ou menos ao alcance dos imperialismos estaduais, que medravam e cresciam à custa da unidade espiritual e política da nação. Era imperioso remover os obstáculos que impediam a ação, imediata e eficaz, necessária para recompor e restaurar aquela unidade, imprimindo-lhe sentido da ordem, da decisão e da vontade, sem o que o estado, ao invés de aglutinação, se transformara em motivo de discórdia, de conflitos e divisões. Com sua unidade ameaçada, sem ordem interna e sem a segurança externa, ao Brasil faltavam os instrumentos adequados à sua própria restauração, e a tais circunstâncias acrescia o fato de que se haviam artificialmente estabelecido lutas e antagonismos políticos e sociais, a que não correspondiam a nenhum sentimento substancial e para os quais o país não se encontrava preparado. O Brasil estava dotado de instituições em que não rezavam as vozes claras da realidade e, ao mesmo tempo, criavam-se, pelo artifício e pela mentira, correntes de opinião estranhas aos seus sentimentos, à sua índole, à sua cultura e à sua formação nacional (Campos apud Ianni, 1991 Pg 32).

Com a implantação do Estado Novo, o Congresso Nacional foi fechado, a censura instituída e a atividade partidária extinta, pelo menos até 1945. As atividades políticas ficaram restritas à ação dos sindicatos, ainda assim somente aqueles controlados pelo governo que, desde o início dos anos de 1930 já dedicava especial atenção aos trabalhadores (cada vez mais numerosos) os quais lograram minuciosas leis trabalhistas que funcionavam, ao mesmo tempo, como marco limítrofe à depreciação de vida dos trabalhadores e como política de controle de suas entidades organizativas, o que garantiu a supremacia do capital industrial na sua luta contra os trabalhadores. O discurso e a prática desenvolvida desde o início da revolução acentuaram-se com o regime ditatorial e estabeleceram uma perfeita harmonia (pelo menos aparente) entre as classes sociais.

Com discurso da pacificação, o Estado assumiu o papel de árbitro das disputas político-econômicas entre as classes sociais do emergente Estado brasileiro; era a figura imparcial que, acima dos conflitos reais se transformava no guardião dos supostos interesses da nação.

Trechos de discursos proferidos por Getúlio Vargas mostram o tom da nova política para as classes subalternas:

Faz-se mister congregar todas as classes, em uma colaboração efetiva e inteligente. Ao direito cumpre dar expressão e forma a essa aliança capaz de evitar a derrocada final. Tão alevantado propósito será atingido

quando encontrarmos, reunidos numa mesma assembléia, plutocratas e proletários, patrões e sindicalistas, todos representantes das corporações de classes, integradas, assim, no organismo político do estado (...) O Estado não compreende, nem permite, antagonismos de classes nem explosões violentas de luta; para esse fim, criou órgãos reguladores, que não só coordenam as relações, como dirimem divergências e conflitos entre as diferentes classes sociais. Dissolvidos os partidos múltiplos e desaconselhável o partido único, só há uma orientação possível ao estado autoritário: procurar as fontes da democracia nas classes organizadas através dos seus órgãos mais legítimos de expressão: associações profissionais, instituições sociais e corporações de cultura (Vargas apud Ianni, 1991 P. 47).

A função de gerência do Estado, propalada por Getúlio Vargas, por certo não era nenhum exagero para as condições históricas da época, tendo em vista a já mencionada efervescência política que o país vivia desde a década de 1920.

Portanto, o acesso aos canais de participação política que o início da economia industrial trouxera era produto de necessidades do próprio projeto econômico que necessitava de uma estrutura política que o legitimasse. Poderia-se dizer que o Estado Novo significou um processo de acomodação do Estado ao novo regime político de que o capital necessitava; o Estado era ao mesmo tempo fiador e controlador dos mecanismos de participação política que ele próprio criara.

O preâmbulo até aqui desenvolvido serve para mostrar o conteúdo das mudanças processadas na sociedade brasileira a partir de 1930. A tese que defendemos é a de que a abertura dos canais de participação para as classes urbanas na política fez florescer as condições de que necessitava a juventude universitária para a constituição do que significaria a forma mais bem desenvolvida das organizações que estas desde antes de trinta haviam galgado – o movimento estudantil.

Cunha corrobora essa tese quando declara:

As transformações pelas quais a sociedade brasileira vinha passando, desde a primeira república, criaram condições para que os estudantes das escolas superiores constituíssem uma força ativa no campo político, deixando de ser apenas sustentação mobilizável por outras forças. Isso ocorreu principalmente devido à predominância de jovens oriundos das camadas médias, propiciada pela relativa abertura que os canais de acesso ao ensino, apesar da contenção que os exames vestibulares acarretaram desde 1911. Esse fator se juntou a crise de hegemonia das oligarquias agrárias, nos anos 20, do que resultou o estado de compromisso instaurado pela revolução de 30, abrindo um espaço político às camadas médias até então desconhecido. As escolas superiores foram os lugares privilegiados desse espaço político, através do qual eram difundidas ideologias surgidas e elaboradas fora do aparelho escolar, nele penetrando a revolução (Cunha, 1989 p.17)

Como vimos anteriormente, as manifestações de estudantes não constituem um fato restrito ao século XX, pois muitas eram as associações e entidades estudantis existentes desde o século XIX. Mostramos também que o país antes da instalação da sociedade urbano-industrial não possuía condições para que as primitivas organizações estudantis mantivessem um trabalho ativo e permanente na vida política do país (situação que viria a se concretizar com a criação da UNE).

Antes da criação da UNE, os estudantes desenvolveram algumas tentativas de criar uma entidade nacional, sem contudo lograr êxito. Os estudantes como segmento social não poderiam estar alheios às circunstâncias históricas do Brasil nos primeiros anos da revolução urbano-industrial que, como já dissemos, atravessou até 1937 um interregno de acentuada instabilidade política desencadeada pelos grupos de oposição ao governo de Getúlio Vargas.

Podemos dizer que as condições que proporcionaram a ascensão das classes médias à política se fizeram refletir entre os estudantes universitários que, com vimos, muito antes da fundação da UNE já vinham acumulando experiências em grupos setorializados e entidades secretas, e só no período em que antecedeu a Revolução de 1930, segundo Poerner (1995) envolveram-se também com grupos sociais surgidos sob a égide da revolução urbano-industrial, tais como: a Liga Constitucionalista, de Bilac, a Liga do Voto Secreto, de Monteiro Lobato, a Aliança Liberal, a Milícia Patriótica Civil, a MDC constitucionalista e a Aliança Libertadora Nacional.

Outros fenômenos concorrem para o entendimento do contexto que envolveu a fundação da UNE. É certo que, além do acúmulo de experiências, tanto no âmbito de entidades estritamente estudantis quanto em grupos que emergiram da sociedade urbana que se formou desde a Primeira República, a expansão do sistema de ensino superior que se registrou nas primeiras décadas da Primeira República exerceram papel preponderante na mobilização estudantil, no âmbito de uma entidade de caráter permanente, unificador e nacional.

Outra questão diz respeito as condições políticas que se fizeram impor à sociedade brasileira com o golpe de estado executado em novembro de 1937. Vimos que o Congresso Nacional foi fechado, a atividade partidária reprimida e os sindicatos atuavam somente no âmbito das prerrogativas da legislação trabalhista.

Cerceados os canais de participação política, a fundação da UNE, em 11 de agosto de 1937, representou, em grande medida, uma das poucas manifestações políticas permitidas pelo governo golpista. Intensificou-se “a atuação política no

movimento universitário, única válvula de escape – até certo ponto, tolerada por Getúlio Vargas das pressões democráticas no Estado Novo” (Poerner, 1995 p. 148), ainda assim, nos limites do populismo estadonovista, como veremos adiante.

A criação da UNE não representou de imediato uma rebelião da juventude brasileira. Nas duas primeiras gestões, a preocupação era propiciar a nova entidade condições materiais de existência e reconhecimento legal como única representante dos estudantes universitários.

Os primeiros anos de fundação demarcaram uma relação amigável com o Estado Novo que também buscou logo cedo colocar a UNE nos limites de uma atividade política controlada pelo Estado; o que constituía uma atitude bem típica do populismo Varguista.

Um resgate histórico dos anos iniciais da UNE indica que mesmo que não diretamente e com algumas mobilizações contra as opções do governo, a ação da juventude não foi assim tão destoante da política de massas do Estado Novo. Como movimento social, a UNE manifestava em suas teses, que estava impregnada do clima político vivido na época.

Desde que foi criada a UNE,

O presidente Getúlio Vargas logo manifestou especial interesse pelos estatutos da nova organização, ao receber em audiência os delegados estaduais, que aproveitaram a oportunidade para, através do cearense Valter de Sá Cavalcante solicitar o reconhecimento presidencial do conselho¹⁵, como único órgão representante oficial dos estudantes do Brasil (Poerner op.cit.,Pg.129).

O primeiro conselho eleito da UNE contava ainda com a promessa do ministro Capanema “de levar em consideração as conclusões do congresso no estudo de uma reforma educacional brasileira, além de garantir o respeito à autonomia dos estudantes; dispunha, também, das reservas de boa vontade do presidente Vargas” (Idem, pg. 134) (...)

Ao comentar sobre as deliberações do terceiro Congresso da UNE realizado em agosto de 1939, Porner faz um relato das deliberações mais importantes dentre as quais, destacamos “a cooperação com o ministério de educação e saúde, no projeto de reforma do ensino que se elaborava nesse órgão governamental” (Idem, pág. 140).

¹⁵ O conselho de estudantes vigorou como órgão deliberativo máximo até que foi constituída a primeira diretoria da UNE.

A essa época, o Brasil vivia sob a ditadura do Estado Novo. Como política de massas, o Populismo que se instalou no país, desde 1930, pautou-se por uma prática de incorporação das massas na política pelo reconhecimento de antigas reivindicações.

Essas reivindicações que, até o fim da Primeira República, eram contidas com a violência física e o fisiologismo dos coronéis, não foram em razão da incapacidade deste mecanismo em dirimir os conflitos, ser tratadas da mesma maneira. A crise de hegemonia que o enfraquecimento do coronelismo representou foi tratada por Getúlio Vargas como questão de reconhecimento das demandas populares, colocando o Estado supostamente acima dos interesses das classes que ascenderam ao poder com a Revolução de 1930, ou seja, o guardião dos interesses populares.

O consentimento era sempre garantido com a mobilização da classe trabalhadora, mediante demonstração de sensibilidade a suas demandas sociais. A trégua dos estudantes, porém logo desapareceu ao mesmo tempo em que o governo ia assumindo suas posições fascistas no plano do conflito mundial que se instalou em 1939.

Se de um lado o golpe que instalou o Estado Novo dirimiu as divergências políticas em relação ao projeto econômico que se construía no Brasil, é verdade também que tal projeto, de caráter nacionalista altamente estatizante, não estava a contento de todas as classes no poder.

As classes médias que, no alvorecer da Revolução de 1930, vangloriavam-se das liberdades que então alcançaram, logo se viram presas a uma ditadura de caráter estatal que via, no modelo nazi-fascista, um caminho para a continuidade do projeto econômico.

A simpatia do governo Vargas pelos países do eixo, (Alemanha, Japão e Itália) segundo Poerner (1995), ficou explícita em discurso por ele proferido no dia 11 de junho de 1942: “Em seu pronunciamento, o chefe do governo insinuava uma posição brasileira a favor do eixo, aceitando a ‘teoria do espaço vital’ ao reconhecer – como pretendiam Hitler e Mussoline – que ‘os povos fortes têm direito a buscar um lugar ao sol’ (Poerner, 1995, p. 150).

As reações contra o pronunciamento do presidente foram imediatas. Dentre as forças que se opuseram ao posicionamento do Brasil a favor das forças do eixo, estavam as embaixadas dos países aliados, (Inglaterra, França, Estados Unidos e a União Soviética) as esquerdas dilaceradas pela repressão do Estado Novo e que viam numa aliança do Brasil com os aliados, a possibilidade de um regime liberal democrático, e também os liberais, que eram contrários ao nacionalismo de cunho

estatizante, desenvolvido pelo governo Vargas e, ainda setores do exercito que tinham aspirações presidenciais.

Os estudantes que até então buscavam uma relação de co-participação com o Estado Novo, logo entraram no jogo das pressões que conclamavam o Brasil para guerra ao lado dos aliados. Os estudantes desenvolveram várias campanhas de opinião contra a feição fascista do governo, e a passeata do dia 4 de julho de 1942 foi o emblema das lutas da UNE contra o nazi-fascismo. Poerner assim descreve esse ato político:

O dia em que se comemora a proclamação da independência dos estados unidos, 4 de julho, foi escolhido para a manifestação, em cujos preparativos – muito colaboraram os filhos do chanceler – Euclides e Osvaldo Aranha Filho -, José Talharico, o futuro diplomata de carreira Aírton Diniz – que substituíra Helio de Almeida na presidência do DCE – e Jerusa Camões, presidente, por muitos anos, do diretório acadêmico da Escola Nacional de Música, e precursora do teatro estudantil. Também os marítimos, dentre os trabalhadores, se mobilizaram, intensamente, em apoio à passeata, logo tachada pelas autoridades policiais, de “altíssimamente subversiva”, embora a favor dos Estados Unidos, Inglaterra e demais aliados. (...) Da praça Mauá, onde se iniciou a concentração estudantil por volta das 17 horas e 30 minutos do dia 4 de julho, à estatua do Marechal Deodoro da Fonseca, na praça Paris, mais de mil estudantes ... Pediram a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, em cartazes agitados pelas lufadas de uma das maiores ventanias já registradas no Rio (Poerner, 1995, pg. 151).

A passeata de 4 de julho foi a primeira grande manifestação antigoverno da UNE – ainda que sem a conotação revolucionária da década de 1960 – que conseguiu mobilizar grande parte da opinião popular em prol da causa aliada.

O desfecho do episódio aconteceu com o torpedeamento de navios brasileiros nas costas do Nordeste, o que aguçou os ânimos populares, e praticamente obrigou o governo de Getúlio Vargas¹⁶ a anunciar o envio de tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), para os campos de batalha na Europa.

Findada a Segunda Guerra Mundial em 1945, o governo Vargas começou a sofrer pressões não só internas¹⁷, mas como externas. Os Estados Unidos viam no

¹⁶ A despeito das pressões populares, o governo teve motivos econômicos para entrar no conflito. O presidente Getúlio Vargas com a importação dos nossos produtos pelos países em guerra, impossibilitados de suprir por completos as demandas de consumo de suas populações.

¹⁷ O fim do Estado Novo surgiu por pressões da classe média que ansiava por um regime democrático, da burocracia estatal que tinha aspirações presidenciais só possíveis em um regime de democracia representativa, da burguesia que desejava um Estado menos ativo no plano econômico e menos interventor nos conflitos e interesses entre os capitalistas. Vale ressaltar ainda que a força de pressão lograda pela classe trabalhadora com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) levava a burguesia a temer que o governo populista de Vargas levasse o país a um regime de forte tendência sindical (Cunha, 1989 p. 26-28).

projeto nacionalista acentuado no Brasil, desde o golpe de 1937, um entrave aos seus negócios expansionistas. A redemocratização do regime veio a acontecer no ano de 1945, com a ação do exército, que impôs a deposição do Presidente Getúlio Vargas.

A deposição de Getúlio Vargas colocou fim ao estado novo não conseguindo, todavia acabar com a ideologia nacionalista que fincou bases na sociedade de 1930 a 1945. Os empreendimentos da era Getúlio Vargas, como a construção da Usina Siderúrgica Nacional, e a nacionalização das nossas riquezas vegetal e mineral, corroboraram para a construção da consciência nacional em torno do ideal de transformar o Brasil em um país independente economicamente das grandes potências mundiais.

Os estudantes universitários tiveram papel destacado na consolidação do sentimento nacionalista do povo brasileiro, pois de 1947 a 1950, quando a UNE era dirigida por socialistas, a entidade desenvolveu enfaticamente campanhas pela defesa do patrimônio territorial do país. Destaca-se, nesse período, a campanha o *petróleo é nosso*, que reivindicava a criação da Petrobrás. As campanhas mostraram, de maneira insofismável, a construção da consciência nacionalista que iria conferir a identidade aos movimentos políticos dos anos 50 e meados de 1960.

O ME fechou a primeira etapa de sua história, com um período de domínio direitista representado pelas forças da União Democrática Nacional (UDN) de 1950 a 1956. Durante esse período, segundo Poerner (1995) verificou-se uma queda acentuada da atividade política que só seria retomada com formação de uma Frente Única de Católicos e Comunistas, no ano de 1956.

Buscamos até aqui delinear os fatos históricos que demarcaram o surgimento e a consolidação do movimento estudantil, e o ingresso das classes médias na participação política e os efeitos da industrialização que fizeram surgir grupos políticos, cuja participação proporcionaram a fundação da UNE.

Buscamos também mostrar as atividades políticas dos primeiros anos de existência da UNE para deixar clara a diferença com o período 1960-1964, assumido em nosso trabalho como o período de maior fertilidade da atividade política estudantil.

1.2 A União Nacional dos Estudantes e a construção de um projeto nacionalista para o Brasil

Neste tópico, pretendemos discutir o significado da orientação nacionalista do Brasil em matéria de projeto econômico; o significado que o capitalismo nacional teve para o desenvolvimento sócio-econômico do país; o jogo de forças que se envolveram na tentativa de nacionalização da economia brasileira e, como o movimento estudantil atuou no cenário político; sobretudo demonstrar como a luta política do ME pelo nacionalismo pôde oferecer os elementos que mais tarde fariam o fariam radicalizar o projeto, em direção ao socialismo.

Antes de entrarmos no centro das questões deste capítulo, cabe resgatar alguns elementos que discutimos no capítulo anterior sobre a constituição da economia industrial, e que são importantes para a compreensão da opção brasileira pelo nacionalismo.

Vimos que a atividade agrária exportadora do Brasil, durante a Primeira República, era configurada pela dependência estrutural externa, tanto no que diz respeito à dependência do mercado consumidor europeu e norte-americano, quanto dos produtos manufaturados importados dos mesmos mercados. Vimos também que, acima de tudo, a Revolução de 1930 significou uma resposta das elites à crise de hegemonia que a dependência estrutural gerava no país colocando-o na iminência de uma revolta popular.

As elites que assumiram o poder com a Revolução de 1930, cientes das tarefas que se impunham ao novo Estado, gradativamente foram operacionalizando medidas com o objetivo de remover os óbices que impediam um crescimento econômico mais independente no Brasil.

De 1930 a 1937, o governo toma uma série de medidas de planejamento econômico do Estado, para alavancar as bases para o desenvolvimento de um projeto nacional para o Brasil.

Inúmeros foram os órgãos criados pelo governo, para desenvolverem atividades de planejamento em pontos estratégicos para a economia como a exploração das riquezas do solo, e a implantação da siderurgia, base da atividade industrial.

O Estado pós-revolucionário, marcadamente o Estado Novo, tratou de ordenar e planificar o desenvolvimento econômico do país, em face da dependência

estrutural explícita sobretudo nas crises de 1929 e 1933. O desenvolvimento de uma economia voltada para os interesses nacionais demandava do estado novas atividades regulativas.

Em sua obra, *Estado e planejamento econômico no Brasil*, Otávio Ianni (1991) mostra como o Estado reagiu às necessidades que surgiram com a implantação de uma economia industrial. Foram criados os seguintes órgãos:

1930: Ministério do trabalho, indústria e comércio. 1931: conselho nacional do café, instituto do cacau da Bahia. 1932: ministério da educação e saúde pública. 1933: departamento nacional do café, instituto do açúcar e do álcool. 1934: conselho federal do comércio exterior, instituto nacional de estatística, código de minas, código de águas, plano geral de viação nacional, instituto de biologia animal. 1937: conselho brasileiro de geografia, conselho técnico de economia e finanças. 1938: conselho nacional do petróleo, departamento administrativo do serviço público (DASP), instituto nacional do mate, instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE),. 1939: plano de obras públicas e aparelhamento de defesa. 1940: comissão de defesa da economia nacional, instituto nacional do sal, fabrica nacional de motores. 1941: Missão Cooke, serviço nacional de aprendizagem industrial (SENAI). (Ianni, 1991 p. 35)

Esse rol de medidas adotadas pelo governo visava dar coordenação e disciplina as atividades econômicas do Estado. Os inúmeros órgãos criados evidenciam que a intervenção demasiada do Estado na economia significou a marca do nacionalismo brasileiro, que se aprofundou essencialmente de 1937 a 1945. Salientamos também que, junto com as medidas de ordem econômica, vieram medidas de ordem social, como a elaboração de legislação trabalhista, aprovada em 1943. O êxito do projeto econômico dependia em sua parte também do consentimento das classes subalternas responsáveis em grande medida pela crise de hegemonia da república oligárquica que, após a Revolução de 1930, passou a ser força importante na disputa entre as classes dominantes pela hegemonia.

Torna-se importante para os propósitos deste trabalho compreender que o nacionalismo no Brasil pode suscitar uma gama de debates sobre o desenvolvimento e a defesa do país, que acabou culminando com a consciência nacional em torno da questão do rompimento com a dependência econômica em que o país sempre viveu.

Durante o período em questão, muitos foram os debates sobre a indústria siderúrgica nacional, tendo em vista que a opção pela importação de minério não atendia aos preceitos de uma economia de base industrial. A defesa do solo brasileiro também foi bastante defendido, gerando legislação que dava permissão

para a exploração das riquezas somente aos estados e às empresas privadas brasileiras, quando a exploração não fosse de interesse estratégico do estado.

Nesse conjunto de circunstâncias históricas, situam-se as campanhas desenvolvidas pela UNE pela nacionalização do petróleo, por exemplo. Com essa identidade nacionalista formava-se a geração de estudantes que faria frente à internacionalização da economia, que começou ainda no governo de Eurico Gaspar Dutra.

Assim que assumiu o poder, Dutra trabalhou com a finalidade de satisfazer as forças liberais que o colocaram na presidência. O nacionalismo de alto diretivismo estatal foi abandonado em nome da democracia e da livre concorrência entre as empresas, sem a forte presença das empresas estatais. Segundo Ianni,

(...) Em nome da “democracia representativa” abandonaram-se as diretrizes e as práticas ligadas à política econômica de orientação nacionalista. A constituição de 46 e as normas políticas e econômicas adotadas pelos governantes instauraram a hegemonia dos princípios da “livre iniciativa” e da “igualdade” de oportunidades para nacionais e estrangeiros (Ianni, 1991 p. 92).

Todavia, a contrapartida da defesa da democracia representativa foi a abertura dos canais de participação que haviam se fechado durante o Estado Novo. Na verdade, a abertura já vinha se processando mesmo no final do governo Vargas, que ainda tentou dirigir o processo da redemocratização, conclamando o povo a apoiar a formação de uma assembléia constituinte, antes de deixar o poder. Esse movimento ficou conhecido na história como *Queremismo* e usou a defesa dos interesses nacionais como argumento para a permanência de Getúlio no cargo.

A tese do *Queremismo* foi defendida também pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, após a tentativa frustrada de Revolução em 1932 e a perseguição que quase o levou à extinção durante o Estado Novo, via na permanência de Vargas a possibilidade de continuidade do nacionalismo econômico e a refutação das teses liberais que perspectivavam uma economia de associativismo com o capital estrangeiro¹⁸. O retorno das atividades democráticas já no governo Dutra, provocou o acirrado debate em torno do planejamento econômico

¹⁸ Devemos ressaltar que a posição política do PCB refletia a crença, após o fracasso da tentativa comunista, de que a consciência de classe do proletariado seria alcançada mediante um regime político-econômico voltado para as necessidades nacionais.

do Estado que, durante o Estado Novo, era restrito aos meios políticos, aos empresários, e aos técnicos do governo.

A atuação com Getúlio Vargas e a defesa do nacionalismo proporcionaram ao PCB grande popularidade, o que lhe possibilitou transformar-se rapidamente em uma das maiores forças políticas da Constituinte de 1946. Em conjunto, a abertura do canal e as mudanças na configuração do poder de Estado levaram a uma reorganização das forças políticas de uma maneira geral. É constata Ianni:

Diante dessa situação, as forças políticas que haviam sido afastadas do poder juntamente com Vargas precisavam reorganizar-se e atuar segundo as condições estabelecidas pela “democracia representativa”. Em pouco tempo, os partidos e lideranças populistas e de esquerda passaram a combater os rumos que se davam aos assuntos de política econômica. Alguns, de pronto compreenderam que junto com o “liberalismo econômico” havia uma política de associação entre grupos econômicos brasileiros e estrangeiros. Compreenderam que se abandonava a política destinada a fortalecer o capitalismo de tipo nacional, em favor da política de associação e interdependência (Ianni, 1991 P. 92).

O populismo do (Partido Trabalhista Brasileiro) PTB e o socialismo reformista do PCB transformaram-se nos maiores defensores do nacionalismo que, com a abertura dos canais de participação, pôde ser apropriado pelas massas.

Ianni comprova a tese de que o debate nacional sobre a dependência estrutural da economia brasileira amalgamou na consciência do brasileiro o sentimento nacionalista. Além disso, pode dar clareza a uma grande parcela da população quanto às necessidades e soluções para os problemas do Brasil:

Nos anos críticos de 45-46, a redemocratização do país permitiu que as massas urbanas saíssem às ruas, às praças públicas e interferissem nos resultados das eleições nacionais, estaduais e municipais. Essas massas estavam sendo politizadas de modo acelerado, num amplo e inédito debate político nacional. Pouco a pouco, os principais problemas do país passavam a interessar e a envolver as diferentes classes sociais, particularmente as massas e o proletariado urbanos. Ao mesmo tempo o partido comunista do Brasil tornou-se um partido de significado nacional. Devido às relações com as massas urbanas, particularmente o proletariado industrial, alguns setores da classe média, intelectuais e estudantes (Ianni, 1991 p. 111) (...)

O nacionalismo brasileiro seguiu seu curso histórico no embate com as forças liberais que se instalaram no país, com o governo de Eurico Gaspar Dutra. Esse grande debate político que a ideologia nacionalista pôde suscitar foi novamente cerceado em 1947 com a cassação da licença do PCB, remetendo Luis Carlos Prestes, seu dirigente, novamente ao exílio. Desta feita, a perseguição deu-

se sob os auspícios da Guerra Fria, que se desenhava no plano internacional, entre os Estados Unidos e o Bloco Socialista do Leste Europeu.

Mesmo com a clandestinidade do PCB, o debate continuou e teve como principal protagonista o PTB de Vargas que, com a ausência de Prestes, passa a ocupar o espaço antes ocupado pelo PCB, transformando-se rapidamente em um dos grandes ícones da luta contra o imperialismo.

A defesa do nacionalismo como instrumento de arregimentação popular, sempre foi usado por Vargas como um dos elementos de sua política de massas, e sua deposição foi interpretada como vitória pelas forças imperialistas, como demonstra o discurso que proferiu à população no momento de sua saída, em 1945:

Fui vítima dos agentes da finança internacional, que pretendem manter nosso país na situação de simples colônia, exportadora de matérias primas e compradora de mercadorias industrializadas do exterior. Os empreiteiros desses agentes colonizadores, os advogados administrativos e representantes de tais empresas, por elas estipendiados, blasonando independência e clamando por liberdade, adulteraram sistematicamente a verdade, criando um falso ambiente que contaminou certas classes ou setores sociais. Isso levou patriotas desavindos ou desavisados de suas funções a supor que praticavam um ato de salvação nacional com o golpe de 29 de outubro. (...) Não podem me perdoar os usufrutuários e defensores de trustes e monopólios que meu governo houvesse arrancado das mãos de um sindicato estrangeiro, para restitui-lo sem ônus para o patrimônio nacional, o vale do rio doce, com o Pico do Itabira, contendo uma das maiores jazidas de ferro do mundo. Tampouco me perdoariam os agentes de finanças estrangeiras a nacionalização das outras jazidas minerais do nosso rico subsolo e das quedas d'águas geradoras de força, o uso obrigatório do carvão nacional, as fábricas de alumínio e de celulose e a construção de volta redonda. Era contra os interesses da finança internacional a industrialização progressiva e rápida do Brasil (Vargas apud Ianni, 1991 p. 90).

O discurso em defesa dos interesses nacionais aumentou ainda mais a popularidade de Getúlio Vargas, uma vez que a política de Dutra deixou explícita suas orientações liberais e entreguistas, confirmando o que dissera Getúlio a cerca dos motivos de sua deposição.

Com as forças de esquerda na cadeia ou fora do país, Getúlio Vargas venceu as eleições de 1950, reassumiu o poder em 1951, no qual permaneceu até o seu suicídio, em 1954.

Após esse período, o projeto de nacionalização da economia brasileira pode ser retomado, e, conseqüentemente, a politização e a conscientização. Continuando com isso a politização e conscientização da população quanto ao perigo da alienação da economia.

Afirmamos que, de 1950 a 1955, a UNE viveu um período de domínio direitista, registrando igualmente, um retrocesso na participação política dos estudantes.

No entanto, mesmo ausentes nas manifestações de massa, os estudantes, como podemos depreender das citações anteriores, não estiveram fora do debate político, sobretudo aqueles que já militavam nas fileiras do PCB.

Os estudantes, como de resto uma parcela significativa da população, não ficaram isentos da politização que se deu na forma de nacionalismo econômico. É claro que, na condição de elementos das classes médias, os estudantes não contavam somente com o PCB para a formação da identidade nacionalista. O nacionalismo também foi amplamente difundido nas universidades por intelectuais e por uma nova leva de pesquisadores que começava a se formar no Brasil, além da Igreja Católica que, já no final da década de 1950, já investia na formação de lideranças que chegaram à UNE no ano de 1956 em uma coalizão com os comunistas, derrotando as forças da UDN que dominaram a UNE de 1950 a 1955.

Nem só de teoria viveu o nacionalismo, já que acima de tudo, ele se consolidou mediante atos concretos, como a campanha pela nacionalização do petróleo que se desenvolveu na década de 1950 durante o terceiro mandato de Getúlio Vargas, na qual envolveram-se estudantes, intelectuais, setores da burguesia, políticos e a classe operária.

Desses setores ou classes sociais participavam os elementos de vários segmentos econômicos em disputa pela direção política e demonstravam também a diferenciação acentuada que sofreriam as classes brasileiras durante a década de 1950¹⁹. A luta pela defesa do petróleo pode ser considerada assim com a maior expressão de nacionalismo no Brasil²⁰ em que se misturaram interesses econômicos, patriotismo e anseios políticos. O projeto nacionalista foi novamente abandonado, com a chegada ao poder de Juscelino Kubitschek (56-60) que mudou drasticamente as orientações econômicas, retomando a política de associação ao capital estrangeiro, com a abertura dos mercados brasileiros para empresas

¹⁹ À pagina 120 da obra de Ianni (1991) pode ser encontrada uma descrição da complexificação e dos interesses das classes sociais em torno do debate econômico.

²⁰ Segundo Ianni (1991) mesmo que a criação da Petrobrás tenha significado dubiedade por ter garantido o monopólio somente da exploração e pesquisa, pode ser considerada uma das maiores expressões do nacionalismo brasileiro, pois possibilitou a reafirmação dos sentimentos de independência econômica, tendo em vista que obliterou os planos expansionistas das grandes potências para a indústria petrolífera, alavancou a diversificação produtiva da economia brasileira e fortaleceu o setor público no conjunto do sistema econômico do país (Ianni, 1991 P. 36-137).

estrangeiras. A respeito da mudança de orientação econômica do governo Kubitschek, Cunha assinala:

A partir do governo de Juscelino Kubitschek, a chamada “coligação desenvolvimentista”, estabelecida entre capitalistas brasileiros e a burocracia do estado, passou a ter mais um componente, os conglomerados estrangeiros para os quais se abriram setores inteiros da economia como o de material eletroeletrônico e o de fabricação de veículos. Em muitos ramos da economia, onde já se havia empresas nacionais funcionando, protegidas por barreiras alfandegárias que tornavam o produto importado mais caro, as empresas estrangeiras se associaram a elas, aproveitando-se assim, dos benefícios que lhes eram dirigidos (Cunha, 1989 p. 37; grifos do autor).

Encontramos ainda em Cunha (1989) uma série de motivos que levaram as elites do poder a abandonar Getúlio Vargas e a retomar o projeto associativista, como os apontados por Singer:

Possivelmente a necessidade de implantar grandes escalas de produção, absorvendo em bloco imensas quantidades de recursos, requeresse uma estrutura empresarial muito mais concentrada e burocratizada que aquela de que o país dispunha então, o que deixava como única alternativa ao conglomerado estrangeiro a empresa estatal. Neste caso, o antagonismo natural do empresário privado (não do tecnocrata) a estatização da economia poderia ter levado a coligação desenvolvimentista a política de promover deliberadamente a entrada dos conglomerados. Talvez o empresariado brasileiro esperasse encontrar mais espaço para manobra entre as sucursais dos conglomerados e as sociedades mistas as quase iriam se contrabalançar mutuamente (Singer *apud* Cunha, 1989 P. 37).

Como bem demonstra Singer, com a política de favorecimento ao capital estrangeiro, a coligação desenvolvimentista eliminou as barreiras que impediam a livre circulação de capital estrangeiro, fazendo que uma parcela grande das reservas econômicas geradas no país fosse remetida para o estrangeiro. Com o incentivo ao associativismo e com a quebra das proteções alfandegárias que protegiam as empresas nacionais, muitas delas, que não tinham atrativos para a constituição das sociedades mistas ou que não conseguiram fazer frente ao *know how* tecnológico trazido pelas multinacionais, gradativamente abriram bancarrota o que acelerou o processo de monopolização agora estrangeira da economia brasileira.

Logo fizeram-se sentir os reflexos da política econômica na sociedade. Para atrair capital externo, o governo desenvolveu uma política de barateamento da força de trabalho, congelando os salários nos mesmos níveis em que se encontravam na época do governo de Getúlio Vargas. O desenvolvimentismo agudizou a política de

privilegiamento do setor urbano, provocou uma falta de investimentos em política rural levando a que pequenos agricultores também falassem, o que fez aumentar ainda mais o êxodo rural e a concentração de terras, que passaram a serem cultivadas somente por capitalistas com poder de investimento em tecnologia. Ademais, setores de grande apelo social como educação e saúde também foram deixados de lado passando a sofrer reduções drásticas de investimentos de recursos²¹.

Além do refluxo da ideologia nacionalista, fica explícito o intrincado e complexo jogo de forças que se constituíam, na disputa pela orientação econômica que oscilava entre o liberalismo e o nacionalismo estatal. E Desta feita, a crescente politização das massas fez acrescentar um elemento novo na disputa, a organização popular que lutava pelas demandas sociais abandonadas ao descaso com a política de alienação da economia nacional do governo Kubitschek.

A conscientização que a sociedade pôde lograr com o nacionalismo constituiu a identidade política que estimulou o surgimento de uma série de movimentos que marcaram a escolha de Jânio Quadros para a presidência (1960) e a posse de João Goulart, após sua renúncia, em 1961.

O governo de João Goulart (61-64) teve que enfrentar a mobilização política em frentes que iam de movimentos populares de educação, passando pelos movimentos de cultura, até por campanhas de erradicação de doenças, culminado com aquele que expressava o conjunto dos setores sociais excluídos da política econômica – o movimento pelas reformas de base.

Esta seção serviu de preâmbulo para a apresentação dos elementos conjunturais que envolveram o desencadeamento histórico do ME universitário no estado de Goiás – objeto de investigação deste trabalho – haja vista que surgido no ano de 1959 com a criação da Universidade Católica e 1960 com a Universidade Federal de Goiás, o ME Universitário goiano ainda não tinha uma inserção nacional expressiva (como constataremos após a criação das universidades) nos períodos anteriores. Contudo a história até aqui descrita serve para mostrar os antecedentes históricos aos quais o ME goiano não poderia estar imune.

²¹ Maria Luisa Ribeiro (1995) mostra que: a primeira vista, os números percentuais reais dos gastos da União com educação acompanharam um crescimento que vinha se desenvolvendo desde a década de 1940. No entanto, uma leitura mais acurada aponta que esses números são relativos se considerarmos que, em 1955 por exemplo, 76,1% do orçamento eram consumidos somente por três áreas ministeriais: Militar, Fazenda e Viação e Obras Públicas. Assim, muito pouco sobrava para as outras oito áreas que teriam que dividir os 23,9% restantes (Ribeiro, 1995 p.136,137- 158,159).

1.3 GOIÁS ENTRA NA CENA DA ATIVIDADE POLÍTICA ESTUDANTIL: a criação das primeiras universidades, a militância católica e a radicalização do projeto nacionalista

Começamos nosso trabalho pela história nacional por que pretendíamos, primeiramente apresentar o percurso histórico dos estudantes brasileiros na construção do movimento estudantil e, em segundo lugar, demonstrar que, se de um lado o nacionalismo representou uma acomodação econômica da burguesia brasileira no complexo jogo da econômica mundial, de outro, as medidas econômicas e sociais que o suscitou foram de suma importância para a conscientização política do povo brasileiro que, verdadeiramente, engajou-se na luta por um país economicamente independente.

Essa luta da sociedade brasileira foi-se agudizando conforme as políticas econômicas do governo desenvolvimentista iam explicitando sua opção pela dependência econômica do país.

Ao mesmo tempo em que essa opção ficava explícita, acentuava-se a crise no governo de Jânio Quadros. O país entra na década de 1960 com uma grande mobilização da sociedade em geral, que passou a agir exatamente naqueles setores em que o governo desenvolvimentista não havia atuado.

A população organizou-se e passou a atuar nas mais diversas frentes, que iam da educação a campanhas de erradicação de doenças. Essa forte ebulição terminou com o movimento pelas reformas de base, que representava em matéria econômica exatamente um realinhamento do país aos ideais nacionalistas.

Nesse momento histórico, a UNE viveu o momento de maior fertilidade política de sua história, é exatamente aqui iniciamos o diálogo do movimento estudantil goiano com a história nacional.

Não poderíamos falar de um movimento universitário solidamente estruturado em Goiás (até 1959, apresentava-se pouco estruturado, pois havia em goiás apenas algumas faculdades isoladas) antes de 1960, haja vista que a primeira universidade do estado e do Centro-Oeste só foi criada em 1959, com a Universidade de Goiás, posteriormente chamada de Universidade Católica de Goiás e, no ano de 1960, a Universidade Federal de Goiás.

No entanto, a criação das duas universidades deu-se no bojo das lutas que se desenvolviam no país entre ensino público e gratuito e ensino confessional e

ensino particular. Ademais, a extensão da publicidade e gratuidade da educação era uma das bandeiras da ideologia nacionalista que, como vimos, atingiu seu auge nos anos de 1950 e recrudescceu durante o governo Juscelino Kubtschek.

Alguns depoimentos caracterizam o movimento estudantil da época e evidenciam bem a sintonia dos estudantes goianos com as lutas em torno das bandeiras nacionalistas. Assim diz o professor Bianor Ferreira de Lima, que chegou em Goiânia em 1959:

As principais bandeiras de lutas e reivindicações eram: a reforma agrária, a nacionalização dos bancos, a estatização das atividades essenciais da vida pública como: educação, saúde transporte metalurgia e ensino gratuito para todos. A principal bandeira era a Petrobrás, com o “slogan” : “o Petróleo é Nosso” (Bianor Ferreira de Lima, Setembro de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Nessa mesma linha de análise segue outro depoente, o professor Licínio Leal Barbosa que, além das bandeiras nacionais acrescenta outras, locais:

As primeiras reivindicações da época eram de cunho nacionalista. Vínhamos da campanha nacional pela preservação de nossas reservas petrolíferas, conhecidas como O PETRÓLEO É NOSSO (sic), encarnada na luta de Gondim da Fonseca. No âmbito estadual lutou-se pela preservação das reservas de mogno na Amazônia, principalmente na Amazônia goiana, cristalizada no plantio de uma muda de mogno no pátio/jardim da Faculdade de Direito, à rua 20 (hoje Justiça Federal), - árvore viçosa, robusta que se ergue, sobranceira ainda hoje (...) em síntese o leit-motiv da pregação estudantil nos anos 60 era o nacionalismo: o Brasil para os brasileiros. E, no plano interno, a interiorização da administração pública que Jânio Quadros encarnou na sua frase famosa: “vou governar o Brasil de costas para o mar” (professor Licínio Leal Barbosa, Janeiro de 1993. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG)

Devemos destacar que os depoimentos mostram que, no ano de 1959, o episódio da criação da UCG foi o fato mais importante para o ME da época, pois representou, conforme relatos, a luta dos estudantes goianos pelo ensino público e gratuito. Seguia a linha do debate nacional que se travava no congresso entre o ensino público gratuito e ensino privado e confessional. O próprio professor Licínio Leal Barbosa relata-nos o episódio:

A criação da Universidade Federal para Goiânia sempre foi o sonho dos estudantes secundaristas e universitários, de Goiás, pelo que uma universidade pública e gratuita representa, principalmente num estado mediterrâneo, com uma economia a base agropastoril, portanto de porte médio. Até o início dos anos sessenta, Goiânia era a CIDADDE DAS

BICICLETAS (sic), o que diz muito do nível econômico financeiro da população que a habitava. Vê-se pois a importância de uma universidade pública e gratuita, em pleno interior do Brasil, a primeira que seria criada em todo Centro-Oeste. Para tanto se apresentou no Congresso Nacional, então, ainda, no Rio de Janeiro (estamos nos anos cinqüenta). Mas com a influência de D Fernando Gomes dos Santos, Bispo ou Arcebispo de Goiânia; e o prestígio do Cônego Trindade, deputado federal, escamoteou-se o projeto de criação de uma universidade federal, e, em seu lugar criou-se a Universidade (Católica) de Goiás. Frise-se: o nome primitivo da universidade Católica era Universidade de Goiás, pois se pretendia ser a única, no estado, por muito tempo. Somente na gestão do Reitor Pe. Cristobal é que seu nome foi mudado para Universidade Católica de Goiás (Licínio Leal Barbosa. Entrevista já citada).

A tese levantada pelo professor Licínio, de que a criação da Universidade Federal sofreu resistência da Igreja em Goiás, por ter intuito de estabelecer aqui uma universidade cristã, é compartilhada também pelo professor Juarez Costa Barbosa:

Aquela época lutava-se pela criação da Universidade Federal de Goiás, mas, ao mesmo tempo, existia os interesses da cúria metropolitana e da Igreja Católica. A universidade católica, da qual inclusive (...) E existia então dois movimentos: um contrário á criação da universidade federal de Goiás, porque supunha que iria prejudicar a católica e outro movimento que, favorável, de apoio à fundação da Universidade Federal de Goiás. (...) E hoje é que eu vejo que a criação da federal não prejudicou em nada a católica. Goiânia evidentemente comporta essas duas universidades. Eu vejo, hoje, que elas completam a vida universitária do nosso estado. De maneira que, foi talvez, a grande conquista do movimento estudantil, a consolidação das instituições, hoje, muito importantes pra vida universitária de nosso estado (professor Juarez Costa Barbosa, Goiânia de Agosto de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Numa linha argumentativa diferente, situavam-se os depoimento dos religiosos da época, que não chegam a negar que as resistências à criação da UCG estavam ligadas à disputa que acontecia em plano nacional entre ensino publico e gratuito e ensino confessional particular; contudo, não atestam os relatos de que a Igreja seria contrária à criação da Universidade Federal por significar um óbice à criação da Universidade Católica, Tão pouco confirmam que o processo de criação da Universidade Federal já em andamento fora preterido pelo da Universidade Católica, por meio de *lobby* conduzido por Dom Fernando e deputados católicos.

Os relatos desses religiosos apenas citam que a criação de uma universidade católica já era um velho plano da Igreja desde a década de 1940, como destaca o depoimento de Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Arcebispo de Goiânia:

Naquele congresso com a presença de vários bispos, do senhor Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, com aceitação do então governador do estado de Goiás, Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, foi feito um grande, uma grande solenidade de encerramento do congresso, tirando como fruto do congresso a fundação de uma universidade aqui no Centro-Oeste. Deu-se, naquela oportunidade, o nome de Brasil Central a essa futura universidade que seria o fruto do congresso eucarístico de Goiânia. (..) Quando foi 1957, Dom Fernando tomou posse em Goiânia, como Arcebispo, imediatamente ele assumiu levar a frente o projeto mas, como se estava construindo Brasília, ele procurou o presidente Juscelino Kubitschek para ver se era do interesse do chefe da nação, se uma faculdade, se uma universidade católica em Goiás, porque se ele tivesse o propósito de fundar uma universidade federal, não havia campo (..) Juscelino não só deu apoio, mas também fez solicitação da igreja se incumbir de fundar a universidade católica, porque ele estava começando Brasília e precisava fundar faculdade, a Universidade de Brasília. (...) E já no ano de 57, numa memorável reunião do episcopado goiano, uma das grandes metas de todo o episcopado goiano, que naquele tempo era bem menor do que hoje, ficou como uma resolução do episcopado a criação da universidade católica de Goiás. O Dom Helder Câmara que era então secretário geral da conferência dos bispos, estava presente, nessa reunião e era membro do Conselho Federal de Educação deu todo apoio (Dom Antônio Ribeiro de Oliveira Arcebispo de Goiânia, Goiânia Setembro de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG)

Nesse mesmo depoimento, Dom Antônio relata o processo de criação da UCG, e Finaliza, invertendo as versões sustentadas pelos depoentes anteriores no que diz respeito à disputa entre as universidades federais e católicas. Segundo ele, as forças da sociedade civil Hostilizaram a criação da UCG já em andamento com a alegação que poderia inviabilizar a criação de uma universidade federal. Seu depoimento Contradiz as versões dos professores Juarez Barbosa e Licínio Leal Barbosa.

Há um outro fato que eu gostaria de ressaltar, talvez como a memória dos velhos, que é interessante, o velho fala muito do que sofreu e do que se alegrou, quando estávamos no término do processo para a fundação da Universidade Católica, a UNE, junto com a UGES [União Goiana dos Estudantes Secundaristas. Grifo nosso] que era do estado de Goiás e depois outros organismos de Goiás resolveram desistir da criação da Universidade Católica, dizendo que a universidade católica ia impedir a criação da Universidade Federal (Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Arcebispo de Goiânia, Goiânia setembro de 1992. Banco de dados do ME goiano).

Se levarmos em conta o contexto histórico da época e a luta expansionista da Igreja Católica na educação brasileira, não seria nenhuma incoerência validarmos os depoimentos dos professores Juarez Costa Barbosa e Licínio Leal Barbosa.

Ainda que em sua fala de Dom Antônio tenha colocado a permissão federal para criação da universidade católica como uma questão de opção do governo

federal diante das duas possibilidades, a ação do episcopado do estado e do Conselho Federal de Educação, na figura de Helder Câmara, diz exatamente o contrário, pode-se entender que, na verdade, a Criação de uma universidade católica particular, em uma região em que ainda não existia ensino público superior era exatamente a negação da democratização do ensino no país, tema central da disputa que se travava em nível de Congresso Nacional na época.

Assim entendeu o ME goiano que, de pronto, reagiu à investida da Igreja Católica, por meio, de manifestação pública dos alunos das faculdades leigas que já existiam na cidade de Goiânia, em articulação com a UNE e a União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES). Quem faz o relato é o próprio Dom Antônio:

(...) E fizeram uma greve, assim, para aquele tempo uma greve monstro, aqui em Goiânia, com o enterro simbólico do bispo de Goiânia, como arcebispo de Goiânia, por causa do projeto já quase em fase final da fundação da universidade. Eu considero isso uma página, de um lado negro da história da educação em Goiás, porque quando o arcebispo fundava a universidade, a primeira universidade do Centro-Oeste, ele era enterrado pelos estudantes, justamente os estudantes (Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Arcebispo de Goiânia, entrevista já citada).

Outros depoimentos também relatam a pressão dos estudantes contra a criação da Universidade Católica e como a luta inicial teve desfecho com a criação, posteriormente em 1961, da Universidade Federal. Esses relatos também legitimam a importância da organização estudantil no surgimento do ensino superior público em Goiás, como o do professor Licínio Leal Barbosa:

Com isso os estudantes das faculdades federais laicas, sob a égide dos estudantes de direito da rua 20 , - foram às ruas protestar, e o fizeram da forma a mais contundente, - com o enterro simbólico do artífice da criação da universidade Católica, Dom Fernando Gomes dos Santos. (...) Era diretor da faculdade de direito federal o professor Jerônimo Geraldo de Queiroz que, pressionado pelos estudantes renunciou ao cargo de diretor. O vice-diretor de então, professor Colemar Natal e Silva, assumiu a diretoria da Faculdade de Direito, e arrebatoou a bandeira de criação da Universidade Federal de Goiás (Licínio Leal Barbosa, Goiânia, janeiro de 1993. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

É claro que ação dos estudantes não foi isolada e tam pouco a única responsável pela criação da UFG. Como em todo local em que se criou uma universidade pública, além da mobilização da sociedade civil, nunca deixaram de existir outras esferas de interesses que passavam pelos políticos no Congresso Nacional e pelos políticos locais. Além do que, é claro, devemos levar em conta que,

à época, vivíamos o final do governo desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubtschek, em que a criação de Brasília, e de uma universidade pública em Goiânia era sem dúvida uma das marcas do governo que findava. Outro fator eram os interesses eleitorais que aconteciam no cenário político da disputa entre Jânio Quadros e o General Lot, em que o primeiro tinha como bandeira exatamente a interiorização da administração federal.

Deixemos, todavia que um dos protagonistas dessa história no conte o seu desfecho.

(...) Era um ano essencialmente político, com a eleição do presidente da república e dos governos estaduais, a 3 de outubro de 1960. Jânio Quadros foi eleito com seis milhões de votos, - maior votação até hoje recebida por um candidato a presidente da república, pois foi o único a receber, num só pleito, a maioria absoluta dos votos, independente de segundo turno que, à época não existia. E, em Goiás foi eleito Mauro Borges Teixeira, filho de Pedro Ludovico Teixeira, governador do estado. Urgia obter sanção presidencial para o projeto duramente aprovado no Congresso Nacional, mercê da pressão estudantil. Porquanto, era voz comum, então, que Goiânia uma cidade de pouco mais de 100 mil habitantes, não comportaria mais de uma universidade, ainda por muito tempo. Mas o intenso trabalho do professor Colemar, apoiado nos estudantes e na classe política (compreendendo todos os partidos políticos com representação em Goiás) obteve a sanção presidencial do autógrafo de lei de autoria de Castro Costa, que resultou na lei nº 3.834, de 14 de dezembro de 1960 (Licínio Leal Barbosa, entrevista já citada).

Os relatos aqui destacados servem para configurar a dimensão da organização política alcançada pelos estudantes de Goiás, acompanhando o que de resto, como vimos no capítulo anterior, já vinha acontecendo em todo o país. Uma atuação essencialmente pautada pelo nacionalismo marcava os meios estudantis, sobretudo com a influência do PCB que, desde a tentativa frustrada de revolução em 1935, vinha defendendo um projeto nacional para o Brasil.

De 1960 até 1964, a UNE viveu o período áureo de sua história. Durante essa etapa, a UNE pôde acentuar a linha nacionalista de sua atuação política participando, assim os estudantes de Goiás, na luta pelo ensino público que se travou na tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgada em 1961; a exemplo dos movimentos de educação popular de 1950, a UNE deu sua contribuição com a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) órgão criado pela entidade com o propósito de levar a cultura às camadas populares do Brasil, em locais que a produção cultural dos grandes centros não atingiam. Além do CPC, que contava com a participação de artistas que hoje gozam

de renome nacional como Caca Di Eges, Carlos Lira e Carlos Vereza, a UNE desenvolveu ainda a UNE Volante, e as lideranças percorriam todas as regiões do Brasil levando à sociedade e à população estudantil idéias comunistas, bandeiras nacionais como educação pública e gratuita, defesa do país contra os interesses dos países imperialistas, nacionalização da economia e defesa da reformas de base, encarnada no meio estudantil pela reforma universitária.

Ainda nesse período, a UNE encampou uma grande greve estudantil de nível nacional, registrada na história como a maior já realizada no país. A greve desencadeou-se logo após a realização pela UNE do Seminário de Salvador-BA onde os estudantes se reuniram para discutir a Reforma Universitária e de lá saíram com o encaminhamento de encampar greve nacional em favor da representatividade estudantil de um terço nos órgãos colegiados das universidades. Foi a famosa greve de um terço, realizada no ano de 1963.

Por sinal, em palestra proferida aos estudantes na Universidade Católica de Goiás, no ano de 1992, Aldo da Silva Arantes²², que foi presidente da UNE (1961-1963) disse que a Universidade Federal de Goiás foi a primeira a aderir à greve de um terço e o seu Conselho Universitário um dos poucos a aceitar representatividade estudantil reivindicada.

As questões pontuadas na fala de Aldo da Silva Arantes também balizaram as ações do ME em Goiás que, a exemplo do que se desenvolvia no movimento nacional, também deu suas respostas locais, seguindo a conscientização política que o país atravessava nos primeiros anos da década de 1960.

O professor Pedro Wilson Guimarães que na década de 1960 militava nos movimentos secundarista e universitário, mostra-nos as realizações concretas do ME goiano nos primeiros anos da década de 60:

a) conscientização da juventude através da análise da realidade brasileira; b) movimento de alfabetização de adultos nas periferias de Goiânia (estudantes da universidade e dos colégios davam aula à noite em centros comunitários, igrejas, sedes de associações de bairro, sindicatos de trabalhadores); c) realizava-se festivais de música e de teatro amador. CPCs ...; d) realizavam-se cine clubes para a projeção de filmes com apelo ao social e ao político; e) realizavam-se e incentivavam-se jogos esportivos; f) realizavam-se manhãs de estudos e debates; g) realizavam-se campanhas em defesa da escola pública, do petróleo; h) imprimiam-se revistas e jornais estudantis regulares; i) buscava-se participação de

²² Aldo Arantes. *Semana do Calouro da UCG*. Em 19 de agosto de 1992 (Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

delegações em congressos e festivais da juventude regionais e internacionais Pedro Wilson Guimarães (Goiânia, Agosto de 1992. Banco de dados do ME Goiano VAE/UCG).

O depoimento de Guimarães confirma que a atuação do ME em Goiás não destoava da atuação que a UNE desenvolvia em nível nacional, nem se desvinculava da conjuntura histórica que o Brasil atravessava, agitado por uma conscientização e mobilização muito grande de vários setores sociais, na defesa de um projeto nacionalista para o Brasil.

Havia uma crescente politização do estudantado que significava participação direta e indireta das lideranças na vida política regional e nacional. A principal luta era por uma educação pública e de qualidade. Havia toda uma luta pela reforma universitária e secundarista e por uma LDB voltada para os interesses nacionais. A reforma educacional era uma das chamadas reformas de base constante no ideário nacionalista e progressista da época. Além, como medidas de modernização do Brasil e um desenvolvimento para o povo. Crescia muito a migração rural – urbana as grandes cidades com seus problemas, como favelas e marginalização social. Outras bandeiras da época eram a favor das riquezas nacionais (petróleo, minérios energia, Amazônia, produção para o mercado interno). Havia também uma forte gritaria contra as multinacionais/imperialismo americano do Norte. Havia ainda as bandeiras a favor da cultura popular, alfabetização com o método Paulo Freire, movimento de alfabetização da igreja (MEB) e de prefeituras populares como Recife e João Pessoa. Havia toda uma efervescência política (Pedro Wilson Guimarães, entrevista já citada).

Essa efervescência, que permaneceu na memória do professor Pedro Wilson Guimarães foi importante, na medida em que nos confirma que o ME goiano, também viveu o auge político do Movimento Estudantil Nacional. Esse período oferece o elemento diferenciador para a análise do período posterior a 1964. As determinações dessa efervescência também levantadas pelo professor, parecem pertinentes para iniciarmos a discussão sobre a problemática deste labor, que são as causas do esgotamento político do ME pós 1964. Assim relata o professor Pedro Wilson Guimarães:

a) a crescente conscientização política; (...) b) busca da educação como instrumento de ascensão social; ... d) sentimento nacionalista da juventude; (...) e) faixa etária de fácil apelo a ação; ... f) surgimento de grupos que influenciavam a juventude como partidos, Igrejas, lideranças políticas e culturais que disputavam suas adesões; g) existência de uma polarização no mundo: capitalismo e socialismo. Influência da revolução cubana e de outros movimentos terceiro-mundistas de libertação, renovação na igreja com o Vaticano II (Pedro Wilson Guimarães, Goiânia, agosto de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

O depoimento anterior expõe um conjunto de fatores, os quais, se tomados em seu conjunto, exerceram influência na efervescência do ME. Em primeiro lugar, como já discutimos, a rebeldia política dos estudantes nos primeiros anos da década de 1960 representou um condicionante da conjuntura histórica que o país atravessava, o que ficou explícito na memória do professor, ao aponta a crescente conscientização, e a identidade nacionalista do movimento estudantil. Em segundo lugar, com base nessas condições históricas, surgiram outros fatores que mereceram destaque em nossa pesquisa por terem aparecido durante a coleta dos dados.

Dentre os fatores que surgiram condicionados pela conjuntura histórica que fizeram as mediações dessa conjuntura com o ME, destacamos a busca da universidade como instrumento de ascensão social, a ação da Igreja Católica e a de grupos políticos organizados.

Trazemos novamente à baila as análises que fizemos introdutoriamente para iniciarmos nossa discussão acerca dos motivos que levaram o ME ao auge no período 1960 a 1964. Vimos que para Maria Alice Foracci (1972) a rebeldia estudantil é um produto revolucionário da crise do sistema e da própria universidade uma vez que não atende aos seus anseios profissionais.

Essa tese pode conduzir a análises que apontam a efervescência do ME anterior a 1964 como um produto da própria crise que a industrialização brasileira gerou – e de uma universidade que, em síntese, reproduzia as crises desse sistema. No Brasil, a universidade se transformou-se em um grande meio de mobilidade social das classes médias, contudo não correspondeu, todavia, aos anseios da juventude quanto à preparação profissional, e levou este jovem a se rebelar. Ao mesmo tempo em que ia se apropriando de tal contradição e via seus sonhos de mobilidade social e profissional caírem por terra numa universidade marcadamente literária e pouco inserida na realidade urbano-industrial que se erigiu nos anos 1940 e 1950.

Nessa linha de entendimento, existe o depoimento do Pe. José Pereira de Maria, sacerdote que coordenou, em Goiânia, os trabalhos desenvolvidos pela Igreja junto ao movimento estudantil universitário goiano no período 1961-1964:

E ai, veja é claro que no Brasil, um país sem, com uma população em grande parte analfabeta, sem salário adequado, sem mão de obra qualificada e com o fenômeno da urbanização ainda caótica, ainda. É até

que vai ser, os canais que a juventude vai ver, de ascensão, de crescimento, de promoção, eram os canais de ensino. A escola ficou durante muito tempo como o único canal. O canal, assim, o mais seguro, mais comum e mais eficiente de promoção universitária né? Se ele sai pobrezinho de lá, e, se ele entra na escola e tem, adquire as condições, chegando assim a um profissional liberal universitário, com possibilidade realmente, por isso mesmo, de mobilização das camadas, nas camadas populares, não é a grande promoção. Auto promoção não é? Tanto é que se via a escola muito como um canal eficiente de promoção e por isso mesmo de mobilização humana na estrutura social no Brasil (Padre José pereira de Maria, goiania, setembro de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Esse depoimento tenta demonstrar que a universidade era, em larga medida, um dos poucos, se não o único canal de mobilidade econômica das classes médias, e tinha nessa um grande apelo social.

De fato, nos anos de 1962 e 1963 a organização curricular e o papel social da universidade foram os grandes motes para a realização de seminários que a UNE promoveu sobre reforma universitária²³, com o discurso de que a universidade deveria servir ao povo e à transformação social do Brasil que lutava pelo rompimento da dependência estrutural.

A UNE saía desses seminários imbuída do intuito de levar de levar a cabo os encaminhamentos dos estudantes como o que resultou na greve nacional pela representação estudantil de um terço nos órgãos de representação da universidade e a inclusão da reforma universitária no movimento das reformas de base.

De fato, a universidade significou desde a década de 1940, um dos grandes canais de mobilização da classe média. No entanto, o fenômeno por si só não é capaz de revelar as circunstâncias conjunturais de sua causa.

O fenômeno da transformação da universidade em canal de ascensão social pela classe média é um produto do processo de monopolização que a economia brasileira sofreu de maneira acentuada sobretudo, após 1945.

A industrialização rapidamente fez surgir grandes conglomerados dotados de um poderoso poder produtivo, capaz de fazer frente às demandas de consumo internas. Esses grandes conglomerados passaram a monopolizar setores inteiros de produção, levando à diminuição e mesmo à destruição das atividades oriundas dos pequenos capitais. Dessa feita, modificou-se o modelo de mobilidade social antes pautado na ampliação de pequenos negócios.

²³ Para saber mais sobre os seminários de reforma universitária ler (Poerner, 1995 p.177-182).

A classe média, temerosa de uma possível proletarização, viu-se obrigada a buscar ascensão na imensa estrutura burocrática que surgia tanto no aparelho privado quanto estatal, que tinha o dispositivo da escolarização como critério para a seleção e ascensão em carreira.

Em síntese, a monopolização da economia constituiu a base na qual se construiu a expansão do ensino superior bem como a procura das classes médias por esse nível de escolaridade. A exigência da expansão do ensino superior tanto como necessidade estatal quanto de mobilidade das classes médias levou a um aumento real das possibilidades de ingresso nesse nível de escolarização.

Os autores defensores dessa tese argumentam que, ao chegar à universidade com que tanto sonharam para seus projetos de ascensão social e profissional, os estudantes sentiam-se frustrados ao compreenderem as contradições da própria universidade que, nos moldes em que se encontrava, se mostrava incapaz de reafirmar os valores e ideais que a própria sociedade lhe inculcara.

É preciso lembrar que, conforme já discutimos na introdução de nosso trabalho, o jovem não conseguiria desvelar ou compreender as contradições da sociedade que se faziam infletir na universidade, sozinho ou de maneira espontânea. Então, outros elementos também são importantes para compreender o auge de participação política que viveu o movimento estudantil nos primeiros anos da década de 1960.

O jovem que se debruçava sobre a vida política do país nesse período era em primeira instância, um produto histórico de seu tempo: a crescente industrialização, o nacionalismo estatal em resposta às configurações da economia mundial e o surgimento de setores organizados que se formaram politicamente no decorrer desse processo de industrialização.

Em segunda instância o jovem que se rebela contra o sistema era também o que inicia no processo de consciencialização das contradições desse sistema, favorecido pela conjuntura em uma perspectiva macroestrutural e pelos outros setores organizados da sociedade que passaram a atuar no movimento estudantil, agindo nesse processo de conscientização.

Se retornarmos à voz do professor Pedro Wilson Guimarães iremos encontrar trechos que abrem a possibilidade de entender a ação desses grupos na construção da consciência coletiva dos estudantes. Ao relatar os fatores que

causaram a organização dos estudantes, fala do surgimento de grupos que passaram a disputar a adesão dos estudantes citando partidos, lideranças culturais e Igreja, a qual mais adiante, na mesma fala, é relacionada ao processo de renovação provocado pelo “*Concílio Vaticano II*”²⁴:

Em outro momento de seu depoimento, o professor Pedro Wilson Guimarães relata com mais riqueza de dados, a intervenção da Igreja no ME. O professor explica o motivo por que aderiu ao movimento estudantil e qual era o método de intervenção da Igreja:

Eu entrei para a Ação Católica (Juventude Estudantil Católica) que ligava fé e vida, cristianismo e realidade social e levava os membros a atuar no meio estudantil como fermento evangélico e o grêmio era um instrumento de realizar muitas das atividades de promoção humana, conscientização e engajamento na realidade. Tínhamos um método de análise da realidade: ver (ver os problemas em suas causas e conseqüências) julgar (avaliar à luz do evangelho e da ciência esses problemas e buscar as alternativas) e agir (não bastava ver e avaliar, era também preciso intervir, agir, engajar dentro da realidade para mudá-la segundo nosso projeto histórico que na época dirigia para uma terceira via porque rejeitávamos o capitalismo e também o chamado comunismo (socialismo real) que contradizia em muito com que pregava (mundo e felicidade, paz e solidariedade). (professor Pedro Wilson Guimarães, Goiânia, agosto de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Percebe-se que, com sua metodologia de ação, a Igreja Católica teve papel fundamental para a mobilização política dos estudantes em Goiás, Ainda que em uma perspectiva contraditória que ia do socialismo, passando pela social democracia até o humanismo cristão, como bem afirma o próprio Professor Pedro Wilson. É importante frisar que a militância católica que chegou ao movimento estudantil em 1960, provocou uma conscientização dos estudantes brasileiros em relação à realidade concreta em que estavam inseridos, levando-os à identificação de problemas e sobretudo à intervenção política na realidade.

Com a participação da Igreja, o ME pôde estabelecer as relações dos problemas sociais com os problemas crônicos da universidade (resultantes dos problemas crônicos do Brasil sobre os quais passaram a atuar, tais como: analfabetismo, doenças provocadas pela falta de infra-estrutura, fome, cultura, etc.) identificados nos seminários de reforma universitária e buscar canalizar seus esforços para uma ação política destacada no jogo das forças sociais do país.

²⁴ Adiante falaremos da evolução política da Igreja Católica nas décadas de 1950 e 1960 e o significado do Concílio Vaticano II para essa evolução.

Quem explica como se deu o processo de inserção da Igreja Católica no ME é novamente Padre José Pereira de Maria que, por sinal, coordenou em Goiânia, a Juventude Católica Universitária (JUC):

Aqui em Goiás, no Brasil todo, mas também no estado de Goiás, tem uma época que a juventude católica cresce muito. Desenvolve-se muito, por que nós tivemos em junho ou julho de 1960 a celebração dos dez anos de JUC. Até ai dava o apoio, um agrupamento na igreja que dava vida interior às pessoas, na individualidade própria. Não se misturava com o mundo, com a política com a economia, por que achava que isso não era seu dever de cristão. Em 1960, por vários fatores que não merecem serem mencionados aqui, nós tivemos dentro daquela retaguarda aqui, a reunião, de dez anos da JUC, quando a gente se reuniu com uns 200 professores (?) E daí a gente partiu, depois daquele congresso com uma reflexão diferente, que o cristão é um fermento da sociedade, a necessidade de uma presença ativa, consciente, crítica e atualizada de transformação social, em todos os campos apropriados do estudante universitário. E quando a gente saiu dali pra valer, pra lutar no campo das UEEs [União Estadual dos Estudantes. Grifo nosso] (Padre José Pereira de Maria, Goiânia, setembro de 1992. Banco de Dados do ME goiano VAE/UCG).

O depoimento do Padre Pereira revela que o interesse da Igreja pelos movimentos da juventude não inicia no ano de 1960. E aponta que, em 1960, a JUC já comemorava o seu décimo aniversário. O interesse da Igreja Católica pelos movimentos da juventude é bastante anterior como também mostra D. Antônio:

(...) Ainda na década de 40, a Igreja, sobretudo iluminada por Pio XI, começou no mundo a Ação Católica, sobretudo a Ação Católica Juvenil; fundada na França, com a Juventude Operária, ela depois se tornou, assim uma força no mundo, sobretudo na época do totalitarismo, do nazismo, do fascismo, do comunismo no Brasil, o integralismo do Estado Novo, no peronismo da Argentina a Juventude Católica teve um papel de contestação destas ideologias totalitárias e foi uma semente de democracia de participação popular, de levantamento de bandeiras, verdadeiramente defendendo as causas do povo (Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Arcebispo de Goiânia, setembro de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

A criação de Juventudes Católicas é bem anterior à década de 1960, um detalhe nos chamou atenção nos depoimentos dos sacerdotes é o velamento dos interesses que levaram a Igreja a mudar a orientação política dada a esses grupos.

Ficou claro no depoimento do Padre Pereira que, no início, a linha de atuação das juventudes católicas tinha um caráter acentuadamente espiritual e conservador, e que, por motivos que não cabiam ser explicitados naquele depoimento, passou a uma intervenção política mais direta em 1960. Por sinal, o período coincide com a fase de ascensão dos católicos na UNE que, segundo

Poerner, se deu no ano de 1961, com a eleição do então estudante goiano Aldo da Silva Arantes para a presidência da entidade.

Discordamos do padre ao secundarizar as causas dessa mudança de orientação política e fomos buscar as origens da inserção da Igreja Católica na vida política do mundo especialmente no Brasil.

Luis Antonio Cunha (1989) Cita Bruneau, que aponta as seguintes causas para a atuação mais progressista da Igreja Católica:

(...) Para uns, padres e bispos passaram a perceber que o comprometimento com as classes dominantes estava fazendo-os perder influência, ao passo que o Partido Comunista (o antagonista maior) ganhava a confiança das massas. Dessa constatação, teria surgido uma nova estratégia, a de tomar dos comunistas a bandeira de libertação dos oprimidos para, então, com poder por estes de legado, exercer influência religiosa. Teria sido com base nessa estratégia que surgiram, no Nordeste, movimentos de bispos pelo desenvolvimento da região, pela reforma agrária, pela Promoção da educação de base e da sindicalização dos trabalhadores rurais, pela cooperativização e outros (Bruneau *apud* Cunha, 1989 p. 68).

Esse primeiro argumento de Bruneau não pode ser considerado de todo uma inverdade uma vez que é confirmada em um dos trechos do depoimento de Dom Antônio. o Arcebispo é categórico:

Em Goiânia, Belo Horizonte, no Rio, em São Paulo, Recife e Salvador, nós fomos uma força muito grande no movimento estudantil e uma força muito positiva, que foi a grande época do marxismo socialista na escola, a nossa formação não era uma força de choque, de confrontação, era uma força de presença que aproveitando das teses socializantes do marxismo levantaram a bandeira do direito a educação e das diretrizes de base. Que era muito comum naquela época, a palavra de D. Helder: “ porque a bandeira está em mãos erradas, nós não vamos combater a bandeira, vamos procurar coloca-la em mãos certas ou então, se unir a estas mãos erradas que estão com ela e vamos defender a bandeira (Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Arcebispo de Goiânia, setembro de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

É evidente na fala do sacerdote que as mãos erradas a que ele se referia dizem respeito ao Partido Comunista do Brasil que, na época, era o único partido político a defender as idéias socializantes do marxismo, o que nos leva a optar pelas argumentações de Cunha, de que realmente houve um interesse da Igreja Católica em agir nos locais em que, por sua tradicional política de aliança com as elites, perdia espaço para o PCB.

Continuando sua linha de argumentação Cunha ainda prevê, agora citando Souza Lima, que,

Outros, criticando o caráter conservador desta hipótese, defendem que essa mudança de posição da Igreja Católica. (Grifo nosso) só pode ser entendida se aceitarmos que o conflito de classes, o enfrentamento ideológico e a luta política que atravessam a sociedade e a Igreja (Souza Lima *apud* Cunha, 1989 p.68).

Outros, ainda, sem negar a procedência parcial da primeira hipótese, na direção da segunda, dizem que é preciso distinguir, no espaço social católico, o mundo clerical e as obras religiosas, do mundo leigo, composto dos católicos organizados e não. O mundo clerical – a Igreja, em sentido estrito – teria começado a mudar de orientação política, nos anos 50, por força dos católicos empenhados que estavam nas lutas contra as injustiças sociais. A presença de bispos progressistas na direção da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – “uma feliz coincidência histórica” [grifo do autor]– conseguiu o apoio da igreja para as reformas sociais propostas pelo Estado. Os católicos particularmente, os organizados nas entidades de leigos, foram instados a participarem de movimentos contra as injustiças sociais. Dentre essas, merece destaque especial a Ação Católica Brasileira (Cunha, 1989 p.68).

Com o elenco de motivos apontados pelos autores, há um campo fértil para indicarmos as determinantes da mudança política da Igreja Católica que, agora, segundo Cunha (1989) sabemos, se deu no início dos anos de 1950.

Com o depoimento de Dom Antônio confirma-se também a hipótese de que a mudança política da Igreja foi uma resposta à popularidade crescente do Partido Comunista pode ser aceita parcialmente, uma vez que encontramos no depoimento do Arcebispo afirmações categóricas que dizem ser necessário roubar as bandeiras sociais dos comunistas. Contudo entendemos que as falas dos sujeitos enquanto realidade imediata não revela as múltiplas determinações que o fenômeno possa ter, e assim é necessário buscar as raízes da questão.

É certo que existe uma certa diferenciação entre o mundo leigo e o mundo clerical. Contudo, afirmar que as ações das organizações de leigos, juntamente com a chegada na CNBB de bispos progressistas – *feliz coincidência histórica* – constituíram o motivo da mudança na Igreja, como afirma Souza Lima, não possibilita uma análise radical dos fatos, posto que, a exemplo do autor, também não acreditamos em coincidências históricas.

Isso posto, podemos retornar à discussão em âmbito local, mais especificamente na arquidiocese de Goiânia que, no ano de 1956, teve indicada para sua direção o Arcebispo Dom Fernando Gomes dos Santos.

Maria Terezinha Duarte que estudou a relação Igreja-Estado na cidade Goiânia mostra que a escolha de D. Fernando foi feita pelo papa Pio XII para dar seqüência ao projeto da Igreja Católica para a região.

Já há mais de dois séculos a igreja se fez presente no território goiano, mas em 56, Goiás ainda foi considerado um terreno de missão que a igreja devia orientar de forma sistemática, principalmente, em decorrência da transferência da capital federal para o território goiano e das populações que se transferiam. Foi preocupação da igreja assegurar um espaço para exercer sua influência e suas atividades. Dentro deste contexto de preocupações, foi escolhido por Pio XII, em 7 de Março de 1957, para metropolita da arquidiocese recém criada, o Bispo de Aracaju, D. Fernando Gomes dos Santos (Duarte, 1996 p. 18).

Os motivos da indicação de D. Fernando, além de estarem ligadas as questões parciais, revelam que havia na época um grande movimento de renovação da Igreja Católica, que se situava em um contexto histórico em que o projeto econômico das elites sociais e eclesiásticas representava o desenvolvimentismo. Portanto cabia, então à Igreja Católica inserir-se nesse processo de maneira a resguardar seus interesses. Tão logo assumiu a arquidiocese, Dom Fernando assim se pronunciou:

Iniciamos nosso episcopado em Goiânia sob o signo do chamado “desenvolvimentismo econômico”. O Brasil está sendo sacudido pelo frêmito, já hoje irreprimível, do progresso, da expansão da riqueza. Procura, por isso o seu centro de equilíbrio para expandir-se harmoniosamente (apud Duarte, 1996 p. 20).

As palavras de D. Fernando não deixam dúvidas quanto ao movimento expansionista que vai marcar as ações da igreja no Centro Oeste. Há que se destacar, que, de uma maneira totalizante, o *surto* de progressivismo registrado na Igreja desde 1950, (mais acentuadamente nos anos de 1960 a 1963) ou o medo de uma hegemonia do comunismo nas áreas marginalizadas pelo desenvolvimentismo econômico constituíram apenas facetas de uma conjuntura histórica, uma resposta necessária da Igreja, segundo Duarte (1996), reafirma as intenções de D. Fernando quando chegou na região.

O Pe. Jesus Flores comentando a concepção de desenvolvimento de D. Fernando disse que: “as idéias dele são as idéias de D. Helder, e do desenvolvimentismo da época. Então, ele nesse ponto era tributário da época e via as coisas, no seu modo de ver, como a época estava vendo, através de Brasília, através do crescimento econômico, político e social (...)”

Tinha uma ligação muito grande com Juscelino, como Dom Helder também tinha (idem).

Na continuidade, a autora afirma que as opções de D. Helder não refletiam somente uma opinião isolada, mas era a orientação de um grande número dos integrantes do episcopado nacional. A relação entre Dom Helder e Dom Fernando, confirmada por sacerdotes, pode indicar que o posicionamento da Igreja local refletia demandas do clero brasileiro. Duarte (1996) assinala:

A concepção de desenvolvimento, também comum a um contingente do episcopado brasileiro, notadamente do nordeste do país, era a superação da miséria e do atraso, situações sub-humanas e intoleráveis, mediante o aperfeiçoamento intelectual e tecnológico; a conscientização das massas para torná-las “povo” (...) A participação da igreja deveria ocorrer em locais onde o governo era omissos²⁵ e faltavam órgãos e agências públicas e particulares que pudessem assumir a responsabilidade dos problemas humanos e pelo processo de desenvolvimento da região. A igreja substituiria ou complementaria, temporariamente as organizações de base (Duarte, 1996 p. 20).

A Igreja Católica, goiana em igual intensidade a todo o mundo católico, passou por mudanças na sua orientação tradicional de apoio às classes dominantes. Essas mudanças começaram a se processar no mundo católico com a instalação do concílio do Vaticano III que se inicia em 1956 e só terminou no ano de 1962.

No Brasil, durante o decorrer da década de 1950, “importantes setores da igreja modernizaram sua forma de atuar na sociedade e se colocaram como “promotores do desenvolvimento” entrando em contato com as camadas mais populares das regiões atrasadas e mantendo relações de colaboração com o Estado” (Duarte, op cit p. 21.).

Essa mudança de mentalidade da Igreja Católica constituiu produto da necessidade de responder a um momento de transformações econômicas no Brasil, e demonstrou as determinações mais profundas da efervescência do ME nos primeiros anos da década de 1960²⁶, haja vista que grande número dos quadros ocupou a direção da UNE nesse período, e mesmo no ME em Goiás, proveio da

²⁵ Lembremos, só a título de exemplo, que áreas nas quais o governo era omissos, como o nordeste brasileiro eram ocupadas pelos comunistas na luta pela terra, com a criação das ligas camponesas.

²⁶ Segundo Cunha (1989 p. 61) diz que desde a segunda metade da década de 1950, mais intensamente a partir de 60, os estudantes universitários, até então buscados como massa de manobras para conflitos entre segmentos de classes dominantes, passaram a atuar como aliados explícitos das classes trabalhadoras, na construção de uma nova ordem social.

militância que os estudantes desenvolveram na Igreja Católica durante pelo menos dez anos, e só vieram a romper com a igreja no ano de 1962²⁷.

Nesse intrincado campo de interesse do desenvolvimento econômico brasileiro, teve destaque para o crescimento político do ME não somente a Igreja Católica. O processo de expansão de ensino público superior resultante desse desenvolvimento, como nos mostra Cunha (1989) abriu a possibilidade de estudo do marxismo. Com isso, retornamos à discussão inicial de nosso trabalho, pois assinalamos que, referendados nas análises de Ianni sobre o jovem radical, é importante para que os nossos estudos enfoque as instituições, que no sistema capitalistas, funcionam como socializadoras do *status quo*.

A Igreja, a escola e, em especial, a universidade são considerados um dos principais socializadores da ordem capitalista, e que pelas transformações que passaram perderam em muito essa função.

Analisadas as mutações na Igreja Católica, cabe agora continuarmos tecendo nossas argumentações a respeito da universidade.

Cunha (1989) é incisivo ao dizer que:

O acirramento das contradições sociais a partir da década de 50 e o complexo jogo de alianças estabelecidas nos quadros do populismo²⁸ criaram condições para que o estudo do marxismo pudesse integrar o currículo²⁹ de algumas escolas superiores (...) os estudantes passaram a conhecer teorias elaboradas a partir da luta de classes e destinadas justamente a intervir nela como instrumento ideológico do proletariado (Cunha, 1989 p. 67 [grifos nossos]) (...)

O amadurecimento que aconteceu durante a década de 1960 pode se melhor entendido se levarmos a discussão para o nível, nacional acompanhando a

²⁷ Ressaltamos que a afinidade com as posturas mais progressistas da Igreja não se deu de forma tranqüila, homogênea ou sem contradições. Do Concílio do Vaticano II até a década de 1960, as posturas no episcopado brasileiro foram dúbias, ora como aliado das classes trabalhadoras, defendendo seus próprios interesses, como na questão da tramitação da primeira LDB ocasião em que a igreja se juntou às escolas particulares para defender interesses privatistas na educação brasileira. Em decorrência da contradições das posições da Igreja, surge o rompimento da militância estudantil católica rompeu com a hierarquia da Igreja, formando a Ação Popular (AP), movimento de estudantes católicos que dominou o movimento estudantil até o golpe militar de 1964. Os significados desse rompimento e do surgimento da própria AP serão tratados no segundo capítulo.

²⁸ Entendendo, segundo Cunha (1989), o populismo em diferentes períodos e históricos e diferentes matizes que passou por Getúlio de 1930 a 1945, por Dutra 1945 a 1950, novamente por Getúlio Vargas de 1950 a 1954 e, por fim, por Juscelino de 1956 a 1961.

²⁹ O currículo de formação profissional tornou-se um dos principais alvos do regime militar no seu ataque ao ME, que passou por profundas reformas no ano de 1968. transformou o já frágil ensino universitário em um ensino extremamente técnico instrumental, buscando eliminar das salas de aulas a discussão crítica acerca da sociedade.

evolução das leituras políticas dos documentos elaborados nos dois seminários organizados pela UNE para debater a reforma universitária.

Detectamos que do primeiro ao segundo Seminário de Reforma Universitária, verifica-se um amadurecimento no que diz respeito ao papel social da universidade e a leitura da realidade brasileira.

Vejamos algumas teses contidas na declaração da Bahia que foi o primeiro dos seminários:

(...) De maneira alguma nos atrairia a consideração de uma universidade tomada abstratamente, retirada do processo histórico que a nação atravessa. Incumbe-nos esboçar a missão de uma universidade existencialmente entendida, comprometida com as necessidades concretas do povo brasileiro. Universidade historicamente datada e sociologicamente situada no séc. 20, num país em face de desenvolvimento (...) Poerner ressalta o avanço dos estudantes ao considerar a revolução brasileira como (...) A posição consciente de todo um povo, no sentido de uma mudança de uma estrutura sócio-política ultrapassada e injusta, para que seja um passo a mais no sentido da eliminação da injustiça, das desigualdades, das explorações, das competições"(...)Em nossos dias, trata-se menos de optar entre socialismo e o capitalismo, do que escolher uma forma de socialismo que possibilite a realização do homem e da humanidade (...) (Poerner, 1995 p. 177-178)

Ainda sobre a realidade brasileira, entendiam os estudantes que o Brasil era uma nação capitalista em fase de desenvolvimento (...) "Estado oligárquico e classista" (Poerner, op. Cit. P. 178); quanto à questão agrária "quase toda entregue a poderosos grupos estrangeiros (...) que indicam a falência da estrutura liberal-burguesa de nosso país" (Poerner, idem).

Para dar soluções aos problemas os universitários propunham: "socialização dos setores fundamentais da economia, superação da alienação do proletário, participação efetiva dos operários nos órgãos governamentais de caráter primordial para o nosso desenvolvimento" (...) (Poerner, idem).

Ao analisar a Carta da Bahia, Poerner (1995) destaca a falta de objetividade e de uma perspectiva tática, no sentido de um plano que fosse capaz de concretizar as medidas apreçadas no documento.

A nosso ver, as análises vão mais além, pois, em muitos trechos, a carta apresenta a utilização ainda confusa de conceitos e categorias da teoria marxiana, tais como: alienação, revolução, classes sociais, proletariado e socialização dos meios de produção.

É bem verdade que esses conceitos são usados de maneira genérica e eclética misturado-se a outros conceitos do capitalismo nacionalista, como desenvolvimento social e povo, o qual é tomado com categoria abstrata, o que contradiz com a identificação que os próprios fazem adiante dizendo que o Brasil é um país classista. Por isso, dizer que a revolução brasileira seria a revolução de todo um povo era não apreender que, em matéria de revolução marxista nem todas as classes desse povo estariam aptas a fazerem a revolução. Ademais, não obstante a falta de objetividade e ecleticidade, a *Carta do Paraná* é considerada um “facho de luz na escuridão conceitual do ME da época” (Poerner, 1995 p. 180).

Timidamente, os estudantes universitários brasileiros vão demonstrando e construindo sua opção pelo proletariado brasileiro, algo que se tornaria mais nítido nos rumos finais do movimento pelas reformas de base, no qual a universitária se encontraria incluída.

Antes porém, destacamos as deliberações contidas na *Carta do Paraná*, extraída do segundo seminário de reforma universitária. Esse documento, em síntese reafirmou os postulados extraídos do Seminário da Bahia acrescentando elementos que defendiam uma universidade como “expressão de um humanismo integral, a que repugna o homem dividido em compartimentos estanques” (Poerner, idem); acrescentavam ainda um “veto à subvenção do ensino particular pelo estado e a participação dos alunos na administração das universidades” (Poerner, idem) na proporção de um terço.

Como se, vê no plano nacional, os documentos programáticos dos seminários reforçavam a idéia de que a universidade, desde 1950, já apresentava a possibilidade de realizar estudo sobre o marxismo e os documentos atestavam a presença da teoria marxista nas leituras que os estudantes faziam acerca da universidade e da realidade brasileira. Poerner (1995) chega a afirmar que a Carta do Paraná seguiu a mesma linha anticapitalista e revolucionária.

No entanto, o documento de fato já se alinhava, não com uma teoria sólida, mas com elementos do marxismo. De resto, o documento estava impregnado pela conjuntura nacionalista da época e não denotava textualmente uma rebelião do ME diante ao sistema capitalista. Somente no transcorrer do processo histórico é que essa insurreição apareceu com toda a sua força, uma vez que a aliança costurada entre as classes sociais no golpe de 1964 mostrou a impossibilidade, pelo menos naquele momento histórico, de realizar as reformas de base dentro do próprio sistema capitalista.

Como instituição de ensino e transmissora de idéias e valores, a universidade significou um importante irradiador da ideologia nacionalista que, como vimos, paulatinamente coadunava-se às idéias marxistas e ao pensamento revolucionário.

Essa irradiação não se dava, contudo, apenas pelas disciplinas do currículo oficial, já que atividades extracurriculares também exerciam importante papel na conscientização política dos estudantes. Outras fontes de irradiação de idéias também merecem destaque, como as aulas inaugurais que já se tornavam uma prática dentro das universidades.

Ministros de Estado, outras autoridades oficiais, intelectuais ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)³⁰, estudantes ou professores universitários viajavam pelo o país, ministrando palestras sobre temas ligados a teorias sociológicas e à realidade sócio-econômica do Brasil.

Os jornais que serviram de fonte para nossa pesquisa mostram que as aulas inaugurais já eram tradicionais entre os universitários de Goiânia, desde a criação das universidades católica e federal. Quando não eram organizadas pela direção das faculdades, o próprio ME incumbia-se de organizar palestras, conferências e debates. Durante a intensa atividade estudantil reportada pelos jornais de Goiânia, durante o ano de 1960 e 1961, chama-nos a atenção o numero elevado de eventos promovidos pelo ME consistiam em aulas inaugurais, semanas de recepção a calouros, e seminários, promovidos tanto na capital quanto no interior do estado, além de outras atividades isoladas.

Contraditoriamente ao seu papel de mantenedora do *status quo* capitalista, a universidade era também o *locus* do debate de idéias e da conscientização.

Discutido o papel importante que a universidade teve, juntamente com a Igreja com o intuito de organizar a consciência do ME universitário, por fim ainda resta avaliarmos o significado dos grupos políticos nesse movimento.

³⁰ O ISEB foi criado pelo Ministério da Educação para ser um “centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário”, em que se aplicariam as categorias e os dados das ciências sociais “a compreensão crítica da realidade brasileira”, visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitissem “o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”. Compunha-se de pessoas tidas como de notório saber, nomeadas pelo Ministro da Educação, destacando-se Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes de Almeida, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier e Helio Jaguaribe. Apesar da heterogeneidade política e ideológica que caracterizava o nacionalismo brasileiro, a base ideológica comum era o nacional-desenvolvimentismo. (Cunha, 1989 p. 53-54).

Vimos, nos capítulos anteriores, que, desde a fundação da UNE, socialistas, comunistas e udenistas disputaram a direção da entidade. Contudo, a avaliação da ascensão do ME como forma de movimento político pressupõem levar em questão grupos que foram surgindo no interior do movimento, no final da década de 1950 e início da década de 1960.

Cunha (1989) chega a afirmar que, na complexa relação que o ME desenvolvia com o nacionalismo, pendendo ora para a defesa de um capitalismo com bases nacionais, ora para um modelo de caráter anticapitalista, a atuação dos grupos políticos foi decisiva para a postura mais radical que o movimento gradativamente ia assumindo em defesa da Reforma Universitária e de rebelião contra os militares posteriormente.

Cunha ainda atesta:

Nas escolas superiores onde o movimento estudantil era mais antigo e denso, organizaram-se partidos que lutavam pela hegemonia no meio acadêmico, em particular pelo controle dos diretórios. Embora adotassem denominações próprias e tivessem uma certa autonomia programática e doutrinária, havia uma certa correspondência entre os partidos acadêmicos e os partidos políticos legais ou clandestinos que atuavam no âmbito da sociedade civil (Cunha, 1989 p.71).

É possível encontrar afirmação correspondente, acerca da atividade política do ME em Goiânia. Já indicamos a atuação da militância católica em Goiânia e sua inegável influência sobre as concepções políticas do ME. Em relação aos grupos partidários, o depoimento do professor Bianor Ferreira de Lima ofereceu dados importantes sobre a participação de grupos políticos no ME goiano:

Nesta época, os movimentos estudantis já estavam bem organizados, a tal ponto que existiam, nos meios universitários, organizações políticas, com partidos políticos genuinamente acadêmicos, como: o Partido Acadêmico Independente – PAI e a Aliança Renovadora Acadêmica – ARA, surgindo, por último a Liga Universitária com objetivos bem definidos (Professor Bianor Ferreira de Lima, Goiânia, setembro de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Mais adiante, no mesmo depoimento, o professor confirma aquilo o que já havíamos constatado em outros depoimentos e que foram analisados no início deste tópico, o seja, o nacionalismo era a identidade que dava o móbil da atividade política do ME:

As principais bandeiras de luta e reivindicações eram: a reforma agrária, a nacionalização dos bancos, a estatização das atividades essenciais da vida pública como: educação, saúde e transporte, metalurgia e ensino gratuito para todos. A principal bandeira era a Petrobrás com o slogan: o petróleo é nosso (Professor Bianor Ferreira de Lima, Goiânia, setembro de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG)

Além do depoimento do professor Bianor, constatamos nos artigos de jornais, a existência das correntes e/ou partidos acadêmicos citados pelo professor. E não seria exagero, assim denominar esses grupos, pois era a maneira como se posicionavam para os próprios estudantes e a sociedade.

Os pronunciamentos das lideranças, publicados em jornais, durante o período (1960-1964), referiam-se aos estudantes como classes, apesar da relação estreita que mantinham com a política oficial, em especial, com os políticos que acolhiam as bandeiras nacionalistas. As lideranças se diziam parte de um movimento independente que representava os interesses estudantis na sociedade, denotando, em nossa opinião, uma prática bastante corporativa de movimento social.

Nos arquivos de jornais identificam-se também relatos de episódios em que os estudantes, por meio da UEE Goiás, reivindicam cargos oficiais, tanto no legislativo quanto no judiciário, com a argumentação de que os interesses estudantis deveriam se fazer representar nesses órgãos.

Ainda não era notória nessa época (1960 e 1963) uma aproximação ou aliança do ME com os trabalhadores, na perspectiva revolucionária, que se apresentaria após 1964. À defesa a que os estudantes se referiam, era de um povo brasileiro em geral, que se materializava na luta mais genérica pela pátria nacional: defesa do petróleo, por exemplo.

Por esta razão entendemos que as correntes com as respectivas ideologias eram fruto da conjuntura social com as posturas que se conglomeravam em defesa do nacionalismo e já no final desse período pré-militar, reformas de base.

Assim Ianni descreve a complexificação das classes sociais no Brasil bem como de seus interesses:

A pequena burguesia industrial, ligada a produção de bens de consumo tradicionais, era totalmente dependente dos comércios locais ou regionais, geralmente polarizados em torno de centros urbanos médios ou grandes. Em geral, era bastante nacionalista, apoiando toda espécie de protecionismo alfandegário e governamental. A grande burguesia industrial de origem brasileira estava ligada a produção de bens de consumo

tradicionais. Mas vinculava-se, ainda, à produção de bens de consumo mais modernos. Esta burguesia também era favorável a toda espécie de protecionismo e aceitava o intervencionismo estatal (...) Essa burguesia, entretanto, não era imune às acomodações e alianças com o capital estrangeiro. Da mesma forma, que não era imune aos vínculos com os setores agropecuários (...) Devido a essas características, o nacionalismo dessa burguesia era muito mais tático. A grande burguesia industrial internacional, por fim, estava ligada aos setores de serviços: mas também estava ligada à produção de bens de consumo duráveis. E encontrava-se bastante interessada no setor de produção de bens de produção, que estava em vias de se instalar. O proletariado, em boa parte, era de formação recente e apresentava composição social e cultural heterogênea. Compunha-se de pessoas e famílias provenientes de distintas regiões do país associados ou somados aos grupos proletários e urbanos preexistentes. Apesar dessas características sociais e culturais e da diferenciação econômica dos seus vários grupos, o proletariado estava sendo politizado e começava a representar uma força política importante no processo político nacional. Em boa medida, era favorável à industrialização, ao protecionismo econômico governamental e às soluções nacionalistas. Convém lembrar aqui que as principais lideranças políticas do proletariado sempre estiveram ligadas ao trabalhismo getulista ou ao PCB. A classe média, por outro lado, também era social e culturalmente heterogênea, o que afetava as suas possibilidades de politização, como classe social. Entretanto, na medida em que se politizava (nos principais centros urbanos), inclinava-se por soluções de tipo nacionalista e também aceitava o intervencionismo do poder público. Além disso, era temerosa da proletarianização. Por isso, a classe média era facilmente influenciada pelas campanhas antigetulistas e antipopulistas que ressaltavam o caráter pacífico, cristão e ocidental da civilização brasileira (Ianni, 1991 p. 142-143).

Como agentes de uma dessas classes em disputa, os estudantes universitários posicionavam-se como defensores de uma dessas posturas, mas em geral, como vimos, o nacionalismo era a bandeira comum entre os estudantes independente de sua classe social de origem.

A aliança dos estudantes universitários com o proletariado significava uma contradição tendo em vista que grande parte pertencia às classes médias. Contradição que era agudizada na medida que os agentes socializadores dos valores e moral burgueses, como a Igreja e a universidade, iam perdendo sua eficácia.

A citação de Ianni serve para mostrar o complexo jogo de classes e de interesses que permeava o nacionalismo, e também a fragilidade, da aliança que se desenhava entre o proletariado, a pequena e grande burguesia nacionais, contra o liberalismo da burguesia internacional.

A proporção que os setores mais suscetíveis à politização (proletariado e classe média) iam ganhando clareza das condições que se estabeleciam as alianças, as classes começavam a ganhar identidade própria e reivindicavam mudanças mais profundas na estruturação socioeconômica do país, as quais eram traduzidas nas reformas de base, que atacavam em cheio os interesses da grande

burguesia nacional e internacional, além dos latifundiários. Temia-se que o movimento das reformas conduzisse a política nacional a um regime sindical-trabalhista ou socialista, temor alimentado pela vitória da revolução cubana, que exercia fascínio entre os estudantes e grande número de intelectuais.

No histórico Comício do dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, o governo Goulart anunciou que enviaria o projeto das reformas ao congresso nacional. A reação das classes sociais não tardou. Os antagonismos entre os segmentos burgueses dissolveram-se resultando no golpe de estado, sustentado pela grande burguesia nacional e internacional, ambas temendo a eminência de uma revolução social ou a instauração de um regime trabalhista-sindical. Contaram ainda com o apoio da Igreja Católica e de setores da classe média que se amedrontavam com a possibilidade de um regime comunista que levaria à destruição os valores cristãos da sociedade brasileira.

No entanto, antes que se consolidasse o golpe e os militares comessem a brutal repressão, que teria como missão fundamental cessar a crescente politização do proletariado e da classe média, os estudantes goianos ainda inspirados nos valores políticos e sociais do nacionalismo, tentaram defender o estado de Goiás da intervenção federal, apoiando a permanência no cargo do então governador Mauro Borges teixeira. É o que assinala o professor Juarez Costa Barbosa:

Nós fomos àquela época, apoiar a polícia militar e aí nós tínhamos que fazer, inclusive, um treinamento de tiro, com a polícia. E depois, portamos até de maneira muito romântica, da época, fazer barricadas em volta do palácio, para proteger o Mauro Borges e seu governo e garantir a sua permanência no governo do estado. Na verdade, era essa aí, a maneira como nós víamos a política do estado e também uma participação efetiva na vida política também do estado. Naquele momento, nossa intenção era preservar a democracia, manifestarmos duramente contra o golpe militar que se instalara a partir de 31 de março e também garantir o Mauro Borges no governo, que, para nós, significava uma base muito importante para a luta contra a ditadura do regime militar (Professor Juarez Costa Barbosa, Goiânia, agosto de 1992. Banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

O desfecho do episódio deu-se com a deposição de Mauro Borges Teixeira e a nomeação de Otávio Lage de Siqueira, após um período de intervenção militar para ocupar o cargo do governador.

Goiás foi o único estado do Brasil a registrar resistência armada dos estudantes contra as intervenções da ditadura militar no executivo, o que não impediu que as medidas pós-golpe afetassem a organização política do movimento.

Assim fechou-se mais uma etapa do ME goiano, e teve início uma escalada de violência física e institucional nos anos seguintes, a qual foi promovida com a instalação dos governos militares.

CAPÍTULO II

A REPRESSÃO FÍSICA, POLÍTICA E CULTURAL: OS MECANISMOS DA DITADURA PARA A CONTENÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Neste capítulo, apresentaremos um resgate histórico dos mecanismos de repressão física e contenção política e ideológica (da lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964 ao decreto lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969) que a ditadura militar desenvolveu contra o ME. Mostraremos com base em fatos históricos, os motivos político-econômicos e os objetivos da ditadura com o aparato repressivo, bem como as formas de resistência construídas pelo ME.

O golpe executado pelos militares vinha sendo preparado ideologicamente desde 1958 quando foi criada no Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG), construída com a supervisão dos norte-americanos, com o intuito de organizar o planejamento da segurança militar nacional contra agentes invasores comunistas. O golpe executado pelos militares e elites brasileiras pretendia dirigir a reestruturação do regime econômico brasileiro, assentando-o nos moldes da internacionalização da economia.

Tratava-se, porém, de eliminar do caminho os focos nacionalistas de oposição ao governo, fossem eles políticos populistas, intelectuais, artistas estudantes e trabalhadores, todos sem distinção taxados de comunistas e subversivos.

Durante a primeira escalada de repressão, que transcorreu de 1964 a 1968, vários foram os decretos, leis e atos terroristas usados pelos militares para conter a onda de politização da população brasileira, que tivera suas origens no nacionalismo. O mote de inspiração para as medidas de repressão política do regime militar foi baseado na *doutrina de segurança nacional*, elaborada pela ESG que também forneceu para o regime os principais mentores dos serviços de informação e tortura.

Assim começou a escalada de terror, que não ficou restrita aos estudantes, mas que neles encontrou o principal foco de resistência.

A primeira medida institucional adotada pelos militares para a desmobilização política do ME foi articulada pelo então ministro da educação do governo Castelo Branco Flávio Suplicy de Lacerda, e o congresso aprovou a lei Nº 4.464 de nove de Novembro de 1964, também conhecida com *lei Suplicy*.

Com a institucionalização da lei nº 4.464, a Lei Suplicy de Lacerda, extingiram-se a UNE e as UEE'S, entidades do ME universitário. Para substituir a UNE criou-se o diretório nacional de estudantes (DNE), que deveria reunir-se ordinariamente, em período de férias escolares, na capital federal, ou extraordinariamente, em qualquer época, por iniciativa justificada dos seus membros, do ministério de educação e cultura ou do conselho federal, em local previamente designado (Silva, 1989 p. 183).

Essa que constituiu a primeira do repertório variado de medidas adotadas pelo regime contra os estudantes universitários ou secundaristas; Por conseguinte, proporcionou as diretrizes e orientações para as medidas posteriores. A lei Suplicy, como ficou conhecida, por ferir diretamente a autonomia dos estudantes ao definir à sua revelia a extinção de suas entidades nacionais e estaduais. Colocava sob a tutela do ministério da educação e seus congêneres, o Me e a direção política do movimento, submetendo-o diretamente assim como o fizera com movimento operário, ao crivo do governo federal. De sobra, à lei estabelecia a realização dos encontros políticos somente nos períodos de recesso escolar, fase durante a qual, tradicionalmente, o movimento sofria um esvaziamento político em razão da ausência de estudantes e de preferência que a realização dos encontros acontecesse em Brasília, que ficava relativamente distante do Sudeste, onde os focos insurrecionais eram mais organizados e atuantes.

A lei impunha, ainda, no seu artigo 14, a proibição aos “órgãos de representação estudantil qualquer ‘ação’, manifestação ou propaganda de caráter político ideológico partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (Silva, 1989 p. 183).

De resto, sobraria ao movimento a organização ou participação em eventos de caráter esportivo, recreativo ou cultural, ou seja, pretendia-se banir por completo, o que de fato acabou acontecendo, o debate político do interior das universidades. Com isso, os militares buscavam destruir a característica mais marcante construída nos meios acadêmicos durante os anos de nacionalismo e reformas.

De maneira bem diferente da classe operária e outros movimentos desarticulados pela ditadura militar, o ME conseguiu desenvolver a maior resistência

organizada contra o regime militar de que se teve notícia. Os estudantes de todo o Brasil, contrariamente aos objetivos da lei, continuaram atuando em suas entidades, mesmo na ilegalidade, transformando-a em fator de aglutinação para desfazer a legitimidade das novas entidades criadas pela lei Suplicy.

Em Goiânia, as primeiras notícias do conteúdo de medidas que se transformaria em lei surgiram ainda nos primeiros dias após o golpe. Assim noticiou um jornal da época, a respeito dos órgãos de representação estudantil:

O presidente Castelo Branco encaminhou mensagem ao congresso regulamentando as organizações estudantis do país, criando o conselho nacional de estudantes, em consequência da extinção da UNE, estabelecida no projeto, dispondo que são órgãos de representação dos estudantes do ensino superior o diretório acadêmico (DA) em cada estabelecimento de ensino superior o diretório central do estudante (DCE) em cada universidade, e o diretório estadual de estudantes (DEE) em cada capital de estado ou de território onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior (...) Afirma ainda: é claro que não haverá campo propício para incremento da subversão e para esbanjamento das verbas que não eram empregadas em benefícios diretos dos estudantes e talvez por isso os interessados na conjunção deste clima a voltarem-se contra as diretrizes do anteprojeto (*Folha de Goiás*, 5 de janeiro de 1964, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Ainda sem plenas condições de entender os desdobramentos futuros da anunciada reforma nas instituições de representação estudantil, as primeiras manifestações políticas do meio estudantil se deram em torno da disputa entre os estudantes, que os jornais da época chamavam de *democratas*, e os subversivos.

Na verdade, tratava-se da disputa entre estudantes conservadores e estudantes da esquerda nacionalista, os quais, no ano de 1964 em Goiânia e no Brasil, davam a direção ao movimento estudantil e, conforme a doutrina de segurança nacional dos militares, deveriam ser expurgados da vida universitária.

A primeira ação do grupo de estudantes *democratas* foi atacar o reitor da UFG, Colemar Natal e Silva, reconhecido à época por sua simpatia pelas bandeiras nacionalistas levantadas pelos estudantes. Em manifesto público lançado em abril de 1964, os *democratas* fizeram severas críticas e acusações ao reitor. Afirmavam os estudantes:

“É público e notório que o reitor da UFG sempre deu cobertura a movimentos esquerdizantes, como o curso de marxismo a pouco levado a efeito nesta capital, sob os auspícios do DCE da UFG, com a anuência da reitoria, contando, as solenidades de encerramento com a presença do reitor em pessoa segundo informes noticiosos da época (*Folha de Goiás*, Abril de 1964, p. 6 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).”

A matéria do jornal publicou alegação dos manifestantes que “a comissão nomeada pela reitoria da UFG para expurgar elementos comunistas, ‘não faz sentido’ já que o primeiro deveria ser o reitor a ser expurgado, uma vez que os outros ‘são nada mais que meros efeitos’ ” (*Idem*).

A matéria terminava assim:

Os estudantes democratas estendem suas críticas até o jornal “Quarto Poder³¹” que, segundo eles, era o veículo de propagação das “campanhas antidemocráticas do senhor Colemar Natal e Silva”. Além disso, o “Quarto Poder” servia campanha de candidatos comunistas a cargos diversos dentro das atividades universitárias. Finalizando os manifestantes afirmam que o reitor da UFG não medirá esforços para continuar em seu cargo nem que para isto “tenha que trair e expurgar os seus antigos auxiliares de campanha subversiva” (*idem*).

Os estudantes tinham razão quando diziam que o reitor se esforçaria para continuar no cargo. De fato, não só em Goiânia, mas em todo o país, muitas autoridades apressaram-se em apagar os traços de qualquer ralação com o nacionalismo.

Conforme política vigente da época, era comum o apoio às bandeiras estudantis, ainda que tivessem uma ligação com o marxismo. A convivência com comunistas fazia parte do jogo de alianças que envolveram o movimento de reformas.

O golpe incitou a investida de estudantes conservadores contra as lideranças estudantis, e essas, por sua vez, também desenvolveram esforços para se manterem no movimento, apesar do golpe. O Centro Acadêmico XI de Maio da Faculdade de Direito da UFG chegou a decretar greve estudantil, logo foi interdito por autoridades federais e suas lideranças foram perseguidas. O jornal *Folha de Goiás* assim noticiou o fato:

A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás encontra-se com suas portas fechadas aos alunos desde quinta-feira última, em virtude dos comunistas e agitadores dirigentes do centro acadêmico “XI de maio” daquela academia tendo decretado greve sem o consentimento da maioria dos acadêmicos daquele instituto jurídico (*Folha de Goiás*, 4 de abril de 1964, p. 8; grifos no original – banco de dados do ME goiano VAE/YCG).

³¹ O *Quarto Poder* foi um jornal criado pela UEE para servir de veículo de comunicação entre a entidade e os estudantes. O nome destacava a importância do ME no cenário político, durante o período nacionalista.

Percebe-se que o jornal não poupou termos que identificassem os estudantes de Direito como comunistas e subversivos, *pecha* dada às lideranças pertencentes ou simpatizantes da esquerda, assumindo postura idêntica a do governo, de setores das elites, e da Igreja, que rompera com a militância estudantil mais à esquerda, assumia o apoio ao golpe de estado. Com raras exceções, os canais de opinião concentraram esforços para taxar de comunistas, subversivos, baderneiros e apátridas todos os que manifestavam resistência ao golpe.

Com esse argumento, o Centro Acadêmico XI de Maio sofreu interdição e suas lideranças foram obrigadas a tornarem-se foragidos para não caírem nas mãos da repressão. A UEE também sofreu intervenção federal, o que resultou na fuga de seu presidente. A *Folha de Goiás* noticiou a interdição nos órgãos estudantis dando ênfase ao caráter anticomunista do fato:

Com a fuga do presidente do Centro Acadêmico “XI de Maio”, da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, Maurício Zacartolli, a entidade ficou acéfala, tendo uma comissão de alunos feito um levantamento dos livros e materiais existentes na dependência do centro e entregue as chaves à Secretaria de Segurança Pública a fim de salvaguardar os bens do órgão (*Folha de Goiás*, 8 de abril de 64, p. 3; grifos no original – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

A nota, transcrita a seguir adiante identifica o grupo de estudantes de *democratas*, termo que seria muito utilizado para referir-se aos estudantes adeptos do regime militar. Também foram dadas como foragidas outras lideranças estudantis.

A comissão integrada por estudantes democratas, teve o cuidado de retirar do interior do centro acadêmico “XI de Maio”, os retratos de Fidel castro e do general Augusto Rafael Sandino, além de outros cartazes e panfletos fé natureza subversiva. (..) encontram-se também refugiados da polícia em lugar ignorado os agitadores Carlos Alberto Santa Cruz, Tarzan de Castro e Coimbra. Todos foram presidentes da extinta UGES [União Goiana dos Estudantes Secundaristas]. O presidente da UEE Valter Tamanha está também foragido (*Folha de Goiás*, 8 de abril de 1964, p. 3; grifos no original – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

O jornal ressaltou e classificando de atitude cuidadosa, o ato dos estudantes *Democratas* e não se eximiu de taxar de baderneiros mesmo sem haver qualquer acusação formal contra as lideranças do movimento estudantil. Essa atitude por sinal, costumeira nos meios de comunicação da época, tanto privados como estatais, e marcou os primeiros meses do regime militar que preparava intensa

campanha de opinião para depois iniciar a sua ação de confronto direto com o ME.

Com as perseguições, as lideranças estudantis recuaram ao primeiro momento e retornaram em seguida para disputar novamente com os estudantes *Democratas* a direção das entidades que lhes foram sido roubadas.

Dessa maneira o jornal sintetizou aquele momento:

Depois de vários meses de retração, os meios estudantis de nível universitário desta capital, reiniciariam suas atividades dentro do quadro político interno das unidades que compõem as duas universidades de Goiás. Todavia as manifestações têm sido mais intensas nos órgãos da Universidade Federal de Goiás. Na faculdade de Direito da rua 20 sustentando uma pela posição pela propagação da ideologia vermelha, não obstante a manifesta repulsa de democratas autênticos e bem informados (...) Formaram-se duas alas: uma integrada pelos elementos conhecidamente anticomunistas e que sempre combateram a presença do credo russo no seio dos estudantes e outra constituída de estudantes que antes pregavam ideologia comunista e se lançavam contra a ordem pública. Contudo, os elementos que antes eram simpatizantes do credo vermelho, estão adotando um plano de política estudantil de profunda sagacidade. Segundo afirmam eles, não se pode fazer um trabalho político em ideologia a fim de que não surjam os denominados grupos de direita e de esquerda o que, depois da revolução vitoriosa, só traria desvantagens eles. Desta forma eles iram lançar-se à campanha política por meio de termos moderados e bastante disfarçados (*Folha de Goiás* 31 de outubro de 1964, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Assim, a matéria sugere que, em razão das perseguições iniciais promovidas às expensas de intensa propaganda difamatória e anticomunista contra os seus líderes, o movimento estudantil sofreu um recrudescimento para retornar em seguida, já no enfrentamento ao regime.

Situação semelhante ocorreu no plano nacional em que, imediatamente ao golpe os militares promoveram o incêndio da sede da UNE, episódio conhecido na história da entidade como o *Incêndio da Praia Vermelha*.

Nessa fase de enfrentamento direto ao regime, as entidades estudantis publicaram, no ano de 1965, no jornal *Cinco de Março*³², em nome de suas entidades oficiais, uma nota de apoio a um manifesto de intelectuais que reivindicava a redemocratização do país. A manifestação foi vazada de críticas contundentes e reafirmou a postura oposicionista do ME goiano.

³² No período 1964/1972 o jornal *Cinco de Março*, ao contrário de seu congênere *Folha de Goiás*, limitava-se a veicular as notícias sem a preocupação de qualificar pejorativamente o ME com os termos já reportados, tais como: baderneiros, subversivos, ideologia vermelha, credo russo, etc. As notícias veiculadas pela *Folha de Goiás* enquadram-se no terrorismo político e cultural denunciado pelos estudantes na nota transcrita no *jornal Cinco de Março*.

“Nos, universitários goianos, vimos dar nosso apoio incondicional ao manifesto dos intelectuais, dirigido ao povo e dirigentes brasileiros, no sentido de que se possa realmente uma mudança em nossas posturas, livre das opressões dos IPMs [Inquéritos Policiais Militares], das prisões e das demais formas de coação física e moral que atualmente vigoram na república brasileira. Estas formas de coação ao lado do terrorismo cultural das torturas, são frutos uma filosofia política distorsiva da exata medida do homem individual e social, atualmente só posta em prática em países sobre regimes totalitários abertos ou fechados, filosofia completamente superada pelo homem moderno que, propõem a liberdade de pensamento e sua livre expressão, como base e garantia para o exercício amplo dos outros aspectos fundamentais da liberdade humana (...) O Movimento Nacional Pela Democracia e Desenvolvimento é o que mais necessita a nação no instante crítico em que vemos uma política entreguista, e economicamente mal dirigida, assolar a vida pública brasileira que se reduz aos limites dos interesses mesquinhos de facções minoritárias (*apud Cinco de Março*, 29 de março de 1965, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG)

Os impactos iniciais da repressão governamental não foram suficientes para retirar de cena o ME, o que levou a ditadura a colocar em prática um dos princípios contidos na Doutrina de Segurança Nacional, o conceito de guerra total³³. Desta forma, a ação militar do regime deveria extrapolar os limites da guerra física para adotar ações complexas de guerra política moral e psicológica.

Em Goiânia a regulamentação da Lei 4.464/64 foi divulgada pela *Folha de Goiás* com a seguinte manchete: “Governo regulamenta lei sobre órgãos estudantis” (*Folha de Goiás* 7 de maio de 1965, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

A manchete destacava a extinção da UNE e das UEEs noticiava de que o presidente Castelo Branco marcava para o dia 16 de agosto de 1965 as eleições nas entidades estudantis, em todo o território nacional. O voto era obrigatório e o não-comparecimento as urnas seria punido com a reprovação dos faltosos.

A resposta dos estudantes goianos foi publicada no mesmo jornal com o seguinte teor:

³³ Segundo o General Golbery do Couto e Silva, “Hoje ampliou-se o conceito de guerra (...) a todo o espaço territorial dos Estados beligerantes, absorvendo na voragem tremenda da luta a totalidade do esforço econômico, político, cultural e militar de que era capaz cada nação, rigidamente integrando todas as atividades em uma resultante única visando a vitória e somente à vitória, confundindo soldados e civis, homens, mulheres e crianças nos mesmos sacrifícios e em perigos idênticos e obrigando à abdicção de liberdades seculares e direitos custosamente adquiridos, em mãos do estado, senhor todo poderoso da guerra” (Silva, *apud* Alves, 1989 p. 36). A citação foi extraída do livro de Maria Helena Alves que faz uma análise da doutrina de segurança nacional, enfocando o conceito de guerra total segundo os escritos do General Golbery do Couto e Silva. O conceito foi intensamente utilizado pelo regime militar que ao longo dos primeiros doze anos desenvolveu um poderoso aparato militar de repressão e controle da sociedade, materializando o que diziam os manuais da Escola Superior de Guerra (ESG) provocando o superfortalecimento do Estado, em detrimento das liberdades individuais e coletivas, em nome do combate ao comunismo e da estabilidade política.

Os estudantes universitários goianos, em consonância com o que quer parte da classe em todo o território nacional, estão dispostos a não comparecer, amanhã, às urnas eleitorais para a eleição dos dirigentes de suas entidades. A União Estadual dos Estudantes de Goiás assumiu a liderança do movimento, neste estado, que já atinge quinze unidades da Universidade Federal de Goiás. Somente algumas escolas da Universidade (Católica) de Goiás possuem candidatos registrados, em chapa única, para eleição de amanhã (*Folha de Goiás*, 15 de setembro de 1965, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Outros trechos da nota reportam ao significado que o ME da ao conteúdo da lei:

Recentemente o conselho de representantes da união Estadual dos Estudantes de Goiás, em reunião, aprovou a resolução da UNE que “é a de repúdio total da Lei Suplicy e ainda mais, considerar como elementos altamente perniciosos, indignos da classe, aqueles que de uma forma ou de outra compactuarem com o ministro da educação em sua vontade ditatorial de suprimir as liberdades democráticas que sempre foram a tônica entre os universitários goianos e brasileiros (*apude Folha de Goiás*, 15 de setembro de 1965, p. banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Como se vê, o ME goiano comportou-se nos mesmos moldes do ME Nacional e conclamou os estudantes a não comparecer às urnas. Em síntese, o ME de Goiás seguia a orientação da UNE, em seu primeiro congresso após a ditadura, realizado no primeiro semestre de 1965, “o congresso adota como decisão mais importante o boicote a lei Suplicy de Lacerda, transformando o 16 de agosto no Dia Nacional de repúdio a política do ministro da Educação” (Fávero, 1995, p. 60) Após a realização do congresso, a UNE realizou ainda um plebiscito nacional, cujos resultados revelaram um percentual de “92,5% de estudantes universitários em posição contrária a lei” (Fávero, *idem.*).

O manifesto público lançado logo após o debate pela UNE, indicava a impossibilidades de dialogo com o regime, e também mostrava a proximidade de opinião do ME goiano com as posições assumidas pela UNE. Um pequeno trecho do manifesto é elucidativo:

Pretenderam suprimir aos estudantes suas entidades representativas, através de intervenções em diretórios acadêmicos e UEEs por meio da lei nº 4.464, que criava o peleguismo no Movimento Estudantil, reconhecendo como lideranças e acenando como a bandeira da corrupção através da promessa de um bilhão de cruzeiros, a oportunistas sempre repudiados nas eleições estudantis (*apud Fávero*, 1995, p. 63).

Além de repudiar e tentar descartar a atuação dos oportunistas ressuscitados pela ditadura e chamados de estudantes democratas, a UNE colocou no manifesto a impossibilidade do diálogo com a ditadura, afirmando que essa relação não passaria de um monólogo e conclamou os intelectuais do país a se juntarem a ela e só aceitarem uma relação com o regime quando as perseguições e agressões cessassem.

A exposição de motivos pela qual o movimento repudiou a lei evidencia a complexidade da crise que o ME teria de atravessar para manter a legitimidade entre os estudantes. Os Estudantes conservadores de direita viam nos termos da lei um incentivo concedido pelo regime para que concorressem às eleições.

Em nível nacional, as discussões ocorreram entre as posições de boicote total ou parcial, de acordo com as possibilidades de resistência e organização política de cada local, até por que a lei dava poderes para que interventores fossem designados até a realização da eleição.

Em Goiânia, mesmo a UEE tendo concordado com a campanha do dia nacional de luta, alguns cursos chegaram a inscrever chapas e eleger novos representantes. Foi manchete do dia 18 de agosto de 1965: “Estudantes fazem parede e não votam nas eleições” e na matéria constava:

Obteve vitória parcial o movimento liderado pela União Estadual dos Estudantes de Goiás, de boicote a Lei Suplicy. Em nenhuma unidade da Universidade Federal realizou-se eleição, por falta de candidatos registrados. Das unidades da Universidade (Católica) apenas a Faculdade de Filosofia e a Escola de Belas Artes e de Serviço Social elegeram os novos representantes de seus respectivos centros acadêmicos (*Folha de Goiás*, 17 de agosto de 1965, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Diferente do que haviam anunciado anteriormente, os estudantes adotaram outra estratégia de boicote. Não a de boicote total e o não-comparecimento às urnas, mas tentativa de esvaziar esvaziaram as eleições adotando a estratégia da não-inscrição de chapas e comparecimento somente para assinalar presença no local de votação. A matéria do jornal evidencia o sucesso da estratégia:

Os alunos ocorreram ontem, as suas escolas para registrarem ali sua presença no dia reservado a realização de eleições. O comparecimento em massa dos estudantes embora não houvessem candidatos registrados nem em quem votar ocorreu, a fim de se isentarem de qualquer responsabilidade (*Folha de Goiás, idem*).

Manchete anunciava ainda a possibilidade de intervenção das duas *reitorias*, e acrescenta um adendo, ao caso da UFG:

Com a intervenção, no caso específico da UFG, o reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz possibilitará os meios de cumprimento à lei Suplicy, rechaçando o movimento paredista liderado pelo acadêmico Aurofino José³⁴, presidente da União Estadual dos Estudantes de Goiás (UEEG), órgão sem existência legal (*Folha de Goiás*, 17 de agosto de 1965, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

O destaque que o jornal dá a uma possível atuação mais enérgica do reitor da UFG em absoluto seria uma suposição do próprio jornal. Assim que foi demitido, o professor Colemar Natal, foi indicado para ocupar o cargo em vacância um interventor, que segundo informação publicada na *Folha de Goiás*, o professor José Martins Alvarez, da Faculdade de Odontologia da Universidade do Brasil. Indicado pelo Ministro da Educação, o interventor ficaria no cargo por um prazo de trinta a sessenta dias com a suposta incumbência de apurar irregularidades.

Expirado a prazo para intervenção, o a Universidade Federal de Goiás assim como a grande maioria das universidades federais convocou o Conselho Universitário para elaborar uma lista tríplice de indicados ao cargo. A lista foi encabeçada pelo professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, cujo nome recebeu o aval do Conselho Federal de Educação e foi aprovado pelo Presidente Castelo Branco.

A proximidade do reitor da UFG com o regime ficou explícita não só com sua indicação para ocupar o cargo do Reitor Colemar Natal e Silva. Matéria publicada pela *Folha de Goiás*, no dia 31 de abril de 1965 (aniversário da *Revolução*) teve a seguinte manchete: “Reitor diz que aplaude o Governo Revolucionário, nesta data”. O reitor teria dito as seguintes palavras: “a Universidade Federal de Goiás acha-se plenamente satisfeita com o governo revolucionário, pois deu-nos oportunidade para resolver os problemas (...) socorro do Núcleo Universitário do Hospital Geral e do Restaurante Universitário (*apud Folha de Goiás*, 31 de abril de 1965, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG)”.

³⁴ Nesta pesquisa evidencia-se que a publicação dos nomes completos de lideranças do ME envolvidas em manifestações políticas era uma prática constante do jornal *Folha de Goiás*. O fato leva a acreditar que, no momento em que a perseguição política e a ação ostensiva dos serviços de informação eram permanentes, estampar o nome de líderes de entidades que já estavam na ilegalidade, como é o caso da UEE, era uma forma, se não de ajuda consciente, no mínimo, de facilitar o serviço dos militares. Esse é um aspecto que da uma idéia do ambiente de perseguição clara e oculta que os estudantes tiveram que enfrentar, desde a promulgação da lei Suplicy.

Mais adiante continua: “não foi preciso punir ninguém. Funcionalismo e professores se capacitaram de seus deveres e responsabilidades. O ambiente é de absoluta ordem e probidade. A reitoria está vigilante. (...) novos tempos novas idéias, sem subversão e corrupção” (*ibidem*).

A despeito do reitor Geraldo de Queiroz e dos militares, o ME seguiu o ano de 1966 com sua postura oposicionista ao governo.

Ainda em 1966, o ME voltou a ganhar destaque nas manchetes de jornais que mostravam intensa agitação política e mobilização dos estudantes, sobretudo em razão de prisões e desaparecimentos de suas lideranças, contrastando bastante com o número de registros jornalísticos do ano anterior, poucos foram os casos de prisão e desaparecimentos noticiados pela imprensa. O ano de 1966 foi essencialmente de resistência à ditadura militar e de trabalho para garantir a representatividade política mesmo com a ilegalidade promovida pelas leis federais.

Em virtude os fatos que narraremos adiante, a *Folha de Goiás* chegou a chamar de crise estudantil os confrontos entre estudantes e autoridades, levando a Secretaria de Segurança Pública, após alguns confrontos, apelar aos estudantes e a suas famílias para que não participassem de passeatas.

O primeiro dos incidentes foi uma passeata em que os estudantes, seguindo exemplo do que acontecia em São Paulo e Belo Horizonte, saíram em caminhada pelas ruas de Goiânia. Buscamos resgatar alguns fragmentos da extensa reportagem do jornal local para dar uma noção do ambiente tenso e hostil enfrentado pelo ME.

A passeata dos estudantes que fora proibida pela secretaria de segurança pública do estado através de nota oficial – realizou-se parcialmente (...) Em contrapartida não houve em Goiás os espancamentos e prisões em massa como ocorreu em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro (*Folha de Goiás*, 22 de setembro de 1966, p. 3 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

O aparato repressivo foi bastante forte, como demonstra outro trecho na mesma matéria:

A passeata dos estudantes teve início na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, seguindo pela rua 20 até a Catedral Metropolitana e daí, pela rua 10, até o prédio do Museu do Estado. Neste local, após a demora de um ou dois minutos, os estudantes se deslocaram, quase correndo em direção ao Colégio Estadual de Goiânia (antigo Liceu) pela rua 22, pois soldados da polícia militar, de baioneta calada, e em passo

acelerado, avançaram em direção aos universitários. Todo o centro da cidade foi tomado por soldados da polícia (civil e militar). Barreiras militares forma colocadas no cruzamento da Av. Araguaia com as ruas um, dois e três, e em todas as ruas que cruzavam a avenida Anhanguera desde a Araguaia até a Alameda do Botafogo. Tornou-se portanto impraticável aos estudantes atingirem o centro da cidade e, quando tentaram, na confluência da 3 com a avenida Araguaia, foram barrados pelos policiais, tendo havido pancadas bombas de efeito moral e muita correria. Houve então a dispersão total dos estudantes, sendo o fim da passeata (*Folha de Goiás*, 22 de setembro de 1966, p. 3 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG)

Ao final da manhã, foi realizada uma reunião na Faculdade de Direito com a presença de secundaristas, e outras pessoas chamadas pelo jornal de elementos *estranhos*, durante a qual foi identificado um policial militar e os estudantes logo o tornaram refém, o que provocou novo confronto com a polícia. Dessa vez o confronto contou com a mediação do diretor da faculdade terminou com a fuga e com prisão de lideranças, como mostra outro trecho da matéria:

A polícia efetuou algumas prisões, sendo que quase todos foram postos em liberdade. Até a noite de ontem se encontravam presos, tendo sendo ouvidos no DFSP Atanagildo José de Souza (do 3º ano da Faculdade de Direito da Universidade (Católica) e Dorival Melo sobrinho (secundarista). Também foram detidos Lélcio Cunha Prudente e Catarina Maia (*ibidem*).

No dia 22 de setembro, novo confronto aconteceu, dessa vez, entre secundaristas e a polícia. Tudo começou quando os estudantes do Colégio Estadual Pedro Gomes planejavam uma greve por causa do desaparecimento do líder estudantil Tarzan de Castro³⁵. O plano foi descoberto e o movimento sufocado, no dia de sua deflagração por policiais civis que cercaram as redondezas do estabelecimento de ensino. O jornal narra o fato referindo-se a um movimento estudantil que eclodido na cidade havia três dias.

³⁵ As manchetes de jornais davam conta de que Tarzan de Castro sempre se destacava como liderança do ME desde o golpe de 1964 quando ainda era secundarista. Em matéria do dia 5 de outubro de 1966, a *Folha de Goiás* comentou notícia da *Folha de São Paulo* que perguntava o paradeiro do estudante. Desaparecido dois meses antes, Tarzan teve sua morte noticiada por jornais da época, o que foi desmentido, depois, pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). A matéria do dia 05 de outubro publicou um bilhete escrito por Tarzan em esse dizia estar preso por causa de uma viagem que fez a china e que foi descoberta pela polícia. Também pedia advogado e dizia estar bem. Assim que foi reconhecido pelo irmão do estudante como de seu próprio punho, o bilhete foi publicado. A família começou a procura informação sobre sua localização, tendo o Departamento de Ordem Política e Social – GO (DOPS-GO) assumido registro de sua passagem, e que posteriormente fora recambiado ao Rio de janeiro e depois a Brasília de onde não se sabia o seu paradeiro. O fato é só uma ilustração de que a repressão em Goiás, assim como nas grandes capitais também agia com os mesmos métodos de desrespeito à vida dos estudantes e às suas famílias. Não encontramos, no entanto, em matérias de dias posteriores, informações que fornecessem o desfecho do caso.

O corpo discente daquele estabelecimento não havia até aquele momento participado ativamente do movimento que a três dias eclodiu nesta capital. Todavia ao discutirem, em classe a propalada morte do estudante Tarzan de castro, goiano, acordaram em fazer uma greve pacífica, e em sigilo que seria levada a efeito com o não-comparecimento as aulas, até na próxima segunda-feira. Acertada a greve entre os líderes estudantis, alguns alunos em número aproximado de 100 resolveram abandonar as suas classes e se dirigiram ao portão de entrada do colégio. Nas adjacências do “Pedro Gomes” encontrava-se uma centena de elementos da polícia civil e alguns do DFSP. Ao saírem à rua os alunos foram dispersados por aqueles agentes policiais, que usaram suas armas de fogo, sem contudo fazerem vítimas, com exceção de José Ribeiro de Freitas, que passava nas proximidades de lambreta e que nada tinha a ver com o movimento, que foi ferido a bala (*Folha de Goiás*, 23 de setembro de 1966, p. 3 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

A matéria bastante extensa o jornal noticiou ainda que, em meio ao tumulto, um pelotão da polícia militar reprimiu a manifestação, ficando em meio ao tumulto em que disparos eram ouvidos do interior do colégio. Quando corria para se abrigar, o cabo Raimundo Carvalho de Arruda foi atingido por um tiro supostamente disparado do segundo andar do colégio. Uma versão contrária alega que o tiro foi disparado por policiais civis, que desconheciam a presença da Polícia Militar, em meio ao tumulto.

Na manhã do dia seguinte, estudantes da Universidade Católica de Goiás resolveram fazer greve em protestos contra as prisões e as arbitrariedades cometidas pela da polícia. Os alunos do Colégio Estadual de Goiânia (atual Liceu de Goiânia) também engrossaram o movimento e se concentraram na Praça Universitária, e foram reprimidos com novas agressões e prisões.

O saldo dos dois dias da manifestação computou a morte de um cabo da polícia militar, várias prisões de estudantes e o jovem Eduardo Jordão enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

A crise política entre estudantes e poderes institucionais provava que o movimento resistia aos desafios da Lei Suplicy, pois, mesmo na ilegalidade, conseguia manter a sua organização. A julgar pela matéria anterior, que aponta a realização de eleições em apenas três unidades de ensino da Universidade Católica de Goiás, os estudantes goianos respeitaram a representatividade das entidades construídas historicamente pelo próprio segmento e mostraram, com a oposição ao governo, que tinham consciência de que os problemas políticos vividos no país eram consequência da instauração do regime militar.

Nem bem se tinha recuperado da primeira investida, em 1967 o ME enfrentou o segundo golpe do governo contra suas bases representativas. Foi à edição, em 28 de fevereiro de 1967, do Decreto lei nº 228/67 ou decreto Aragão, como ficou conhecido. Segundo Silva:

O Decreto reiterava ainda, com mais rigor, os mecanismos legais de contenção da luta política dos estudantes definidos pela Lei Suplicy. Acrescentava artigo prevendo suspensão ou dissolução de entidades que não obedecessem às suas prescrições e, no caso de dissolução, rezava que as autoridades escolares deveriam proceder a imediata desocupação de sua sede (Silva, 1989, p. 135).

O decreto em pouco alterava a essência da lei suplicy a não ser o fato de conter maior perniciosidade, pois extinguiu por completo qualquer possibilidade de organização política nacional e interestadual, os fictícios diretórios estaduais e o nacional. No lugar do Diretório Nacional dos estudantes, o Ministro Raimundo Moniz de Aragão criou o Conselho Nacional, que se reuniria em data e local pré-estabelecidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) durante um período não-superior a uma semana e quando MEC achasse conveniente.

Se de um lado a resistência do movimento foi vista com destaque pela historiografia brasileira, em razão da capacidade de organização que o ME como categoria pôde demonstrar no período de repressão em que as entidades da classe operária já estavam completamente desmanteladas. De outro, lado à ilegalidade provocada pelas leis iniciava o desmonte de qualquer atividade política no interior das universidades. Possivelmente, em razão da intensa campanha de resistência e do envolvimento pelo clima político da época, as lideranças perceberam que as bases doutrinárias e institucionais para a repressão total dos anos posteriores estavam implantadas com a Lei 4.464/64 e o decreto 228/67, ainda que, no primeiro momento, os estudantes a tivessem rejeitado. Foi o início do banimento quase completo da atividade política nas universidades cujo desfecho ocorreu em dezembro de 1968, com a edição do (Ato Institucional nº 5) AI-5. O redimensionamento institucional da representatividade política teve papel importante, pois significava o surgimento das condições históricas que culminariam com o refluxo político do ME após 1979 já no Movimento posterior a Reconstrução da UNE.

No ano de 1967, as atividades políticas do ME, identificavam dois motes significativos e de grande relevância nacional. O primeiro deles foi a política orçamentária que o presidente Castelo Branco adotou para as universidades; o segundo, a política de integração econômica para a Região Amazônica que, no território goiano da época, compreendia a região do atual estado do Tocantins. Aconteceram duas greves na Faculdade de Medicina da UFG e um seminário foi realizado para discutir a situação da Amazônia. Esses eventos tiveram em comum o recrudescimento da postura mais radical³⁶ em relação ao governo, como demonstraremos nos documentos que transcritos a seguir.

A primeira greve foi matéria de jornal nos seguintes termos:

Os estudantes de Medicina da Faculdade local em assembléia extraordinária de seu Centro Acadêmico resolveram por unanimidade decretar greve geral; sob alegação de que o Hospital Geral de Goiânia, nosocômio da escola, não tem, atualmente, condições funcionais (...) adiantaram mais os informantes, que o hospital geral de Goiânia funcionou em 66 precariamente com uma dotação de 600 mil cruzeiros novos para funcionamento similar em 67, tendo em vista o encarecimento dos meios de sua manutenção, a dotação mínima deveria ser da ordem 900 mil cruzeiros novos, entretanto para surpresa de todos o que houve no corrente ano foi o corte de 150 mil cruzeiros novos na verba destinada ao hospital, caindo para 450 mil cruzeiros novos (*Folha de Goiás*, 7 de março de 1967, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

O movimento durou 48 horas e terminou com a solução encontrada pelo reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz, da UFG de antecipar, no primeiro semestre, os duodécimos de todo o ano, os quais seriam repassados em doze parcelas, com a promessa de conseguir uma suplementação orçamentária para o segundo semestre. Promessa essa que não foi cumprida e que levou os estudantes de Medicina a uma segunda greve, pelo mesmo motivo

Entre a primeira e a segunda greve, os universitários realizaram um seminário para discutir uma política de integração da Região Amazônica. Dizia a Manchete de jornal: “Estudantes realizam debate sobre colonização estrangeira na Amazônia” (*folha de Goiás*, 6 de maio de 1967, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG) . O debate foi organizado pelo Centro Acadêmico XI de Maio e contou

³⁶ Um outro indica um recuo dos estudantes no enfrentamento (seja por enfraquecimento, seja por uma questão tática) é que não encontramos registro de grandes confrontos do ME com as autoridades entre 1967 e a data da morte do estudante Edson Luis de Lima Souto na cidade do Rio de Janeiro no dia 28 de março de 1968, que por sinal, é um marco histórico na reorganização das oposições em nível nacional.

com as participações do então governador Otávio Lage (que assumira o governo do estado, após a deposição de Mauro Borges Teixeira, após a intervenção federal em Goiás) e um representante do executivo federal não-identificado pelo jornal.

Os estudantes acusaram “a possível existência de esforços de grupos estrangeiros para a internacionalização da região” (*Folha de Goiás*, 6 de maio de 1967, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG), além do que denunciaram a utilização de esterilização em massa de mulheres, com um método chamado serpentina, no intuito de promover o despovoamento da região³⁷.

No debate chamam a atenção as argumentações do representante federal quando os estudantes denunciaram a presença internacional na área. A acusação de médicos e estudantes foi rebatida, e o representante alegou sua condição de nacionalista e contrário, portanto, a denuncia feita. Concluiu dizendo “que a colonização da Amazônia deveria ser feita pelo próprio povo brasileiro, exortando todas as camadas sociais a deixar o ‘conforto do asfalto’ para integrar a cruzada desenvolvimentista à região” (*apud, Folha de Goiás, ibidem*).

A posição do representante é consoante com o projeto de desenvolvimento na Região Amazônica vigente na época. Ao chamar as classes sociais para uma cruzada, o representante antecipa princípios, como os defendidos pelo Projeto Rondon depois de 1968.

A situação de regiões menos desenvolvidas economicamente, como a Amazônia e o Nordeste, já era bandeira do ME. Além disso, a participação dos estudantes em movimentos de alfabetização e erradicação de doenças em regiões mais pobres foi muito intensa durante o governo de João Goulart, e também um importante elemento de conscientização política dos estudantes. Em substituição aos movimentos do início da década de 1960, o governo militar criou o Projeto Rondon, como forma de demonstrar sua atuação em áreas antes ocupadas por movimentos populares. De certa forma, era uma concessão que, além de propagandear a política do governo, serviu também como fator de arregimentação e controle ideológico do ME.

³⁷ Segundo o jornal, o médico Samir Helou seria o primeiro a denunciar o método da serpentina após tomar conhecimento, por um amigo em Paris, que grupos estrangeiros estariam utilizando o método na região. Alunos da Faculdade de Medicina, liderados pelo centro acadêmico teriam constatado a denúncia por meio de pesquisas feitas na área. No dia do debate, o médico Samir Helou fez uma explanação alertando que, além de inflamação do colo uterino, o método seria também um fator cancerígeno. A mesma reportagem registrou ainda uma passeata dos estudantes de medicina que terminou com um comício relâmpago em que a classe trabalhadora era chamada a participar do movimento (*Folha de Goiás*, 6 de maio de 1967, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Assim como na primeira greve, o debate não mostrou uma crítica mais contundente contra o governo. No dia 24 de maio de 1967, o Diretório Acadêmico Rui Barbosa, da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás, lançou uma campanha em prol da conquista da Amazônia com as seguintes bases:

1) Exigimos uma autonomia brasileira, nossa campanha não é (...) e nem anti-ninguém. É uma campanha pró Brasil e conquista da Amazônia
 2) aceitamos ajuda externa, mas queremos que a direção do processo de desenvolvimento e integração da Amazônia esteja em mãos de brasileiros (...)
 4) O problema da Amazônia só se resolve se a juventude decidir-se a trabalhar na Amazônia (...) oferecemos ao governo o apoio de nossa colaboração e de uma crítica construtiva, a fim de que possa vencer as pressões político-econômicas externas e internas
 6) nos temos que começar pelo norte de Goiás a integração nacional da Amazônia: criando colônias agrícolas (*Folha de Goiás*, 24 de maio de 1967, p. – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

O manifesto não teve a assinatura de outros diretórios. Mas, pelos outros fatos acontecidos no período, é de se julgar que o movimento mudava de linguagem com o governo, talvez na esperança de obter algum tipo de diálogo, já que a repressão sobre as entidades representativas havia aumentado como o Decreto lei nº 288/67. A tentativa de diálogo não foi entendida, todavia, como um recuo dos princípios, pois as questões que motivaram as manifestações apesar de não ter conotação de confronto violento, mostravam o comportamento variado do movimento, que não viveu só de confrontos, já que a modificação de linguagem para tentar um diálogo também fez parte das ações no sentido de se obter os objetivos desejados. Como pano de fundo, o documento continha pontos cruciais para o desenvolvimento da Região Amazônica: a pressão de grupos estrangeiros interessados nessa região e a soberania do país.

Além do manifesto do Diretório Acadêmico Rui Barbosa, a primeira greve e a segunda greve também mostram uma mudança de linguagem e comportamento bastante diferenciado dos tradicionais confrontos de rua.

Ao iniciar o mês de agosto de 1967, as promessas de verba não foram cumpridas, então, os alunos de Medicina da UFG novamente entraram em greve, por um período que, pelos registros, foi superior a um mês. Além da falta de recursos, acrescentava-se o problema de legalização do curso, que não possuía reconhecimento do MEC.

As posturas do ME foram dúbias se comparadas com os confrontos anteriores. Ao mesmo tempo noticiavam o corte de verbas para as universidades

federais, que ocorriam em âmbito nacional, os registros jornalísticos não apresentavam uma crítica contundente dos estudantes a política educacional como um todo.

O motivo da segunda greve continuou sendo o mesmo da primeira: falta de verbas. No entanto alguns contornos vão se diferenciando. Na primeira greve, o apoio do diretor da faculdade e de outros professores foi público e imediato. Da segunda vez, o diretor disse que não concordava com as afirmações de que o Hospital das Clínicas não tivesse condições para o bom desenvolvimento do aprendizado.

Os alunos de Medicina, com uma demonstração de organização, além de exigirem aumento dos recursos, o que de fato resolveria o problema, promoveram outras medidas:

que o Diretor da Faculdade convoque imediatamente uma reunião de todos os chefes de departamentos e traga um novo departamento atualizado dos gastos da Faculdade de Medicina e do Hospital Geral de Goiânia os relatórios serão analisados pelos representantes do corpo discente e quando se referirem a reivindicações atendidas devem trazer as respectivas provas (*apud, Folha de Goiás, 1967*).

O jornal informava, porém que o diretor “não estaria disposto a fazer uma prestação de contas para os alunos, mas tão somente para a congregação (*Folha de Goiás, ibidem*)”. O apoio do diretor que, em outra ocasião fora imediato, desta feita, apresentar restrições, uma vez que o movimento vai tomando direções políticas *indesejáveis*, identificando a origem do problema no âmbito federal.

Esse entendimento ficou evidente quando, além de exigirem prestação de contas ao diretor, o que já era uma afronta nas circunstâncias da época, os estudantes decidiram ampliar as intervenções indo buscar apoio federal para resolução do problema, conforme notícia de jornal:

Considerando que a Faculdade alega não dispor de recursos para o imediato atendimento das reivindicações resolveram os estudantes seguir amanhã para Brasília a fim de assistir a sessão da câmara federal, no dia 15 quando será votado o regime orçamentário da Universidade Federal de Goiás. Pretendem os estudantes, buscar dos parlamentares uma posição (...) contrária à redução do orçamento (*Folha de Goiás, 13 de agosto de 1967 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG*).

A essa altura, com o movimento radicalizando um pouco mais as ações, as matérias de jornais já cogitavam uma possível intervenção no centro acadêmico:

Assim é que segundo fontes bem informadas – a congregação em reunião prevista para amanhã com o reitor Jerônimo Geraldo de Queiroz, deverá considerar ilegal o movimento, muito embora a poucos dias tenha aceito as razões alegadas pelos alunos pra estabelecer a greve (...) não esta também afastada a hipótese de ser decretada a intervenção no Centro Acadêmico XXI de Abril [da Faculdade de Medicina] (*Folha de Goiás*, 17 de agosto de 1967 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG)

Os alunos iam gradativamente tocando na raiz do problema, pois o corte de dotações orçamentárias não era um fato exclusivamente goiano, era mais de política do governo, que, com os cortes nos orçamentos, implantava uma política privatista que forçaria as universidades sem recursos a encontrarem suas próprios fontes de renda, como cobrança de anuidades, que não chegou a ser implantada, mas teve no pagamento das taxas de matrículas seu similar mais próximo.

Diante do problema de âmbito nacional, o reitor da UFG admitiu a gravidade do assunto e entregou o futuro da universidade em mãos divinas, segundo declaração publicada no jorna:

considero-as sombrias, embora seja um administrador otimista. Gostaria que o reitor, que me sucedesse, a partir de novembro próximo provasse o contrário (...) louvo o governo Costa e Silva em tudo que pessoalmente esta fazendo; somos nós, por fatores diversos, que ainda não nos educamos para este novo método de governo, cuja terapêutica nos corta a carne para salvar a vida nacional. E conclui: a Universidade Federal de Goiás, dentro da relatividade, vai bem. Pena é que reconhecemos e desejamos que ainda fosse melhor, mas deus certamente cuidará do resto (*apud Folha de Goiás*, 26 de agosto de 1967 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

A declaração do reitor fez os estudantes compreenderem que a luta não dependia somente das autoridades locais, mas, essencialmente, da política do governo. Contudo, contrariamente ao que se esperava não seria pó esse episódio que os alunos voltariam ao confronto de rua.

Demonstrações de entendimento da situação política do país misturaram-se a declarações de caráter corporativista. Há relatos dos próprios estudantes anunciando que não estavam contra ninguém, apenas lutavam por melhores condições de ensino. Chegaram a declarar que o problema tinha causas reconhecidamente de difícil superação. “Ocorre porem, que nossas pretensões esbarram num obstáculo quase intransponível: a falta de verba. O que queremos é que o aluno tenha melhores condições de aprendizado e que o indigente seja melhor assistido” (*apud Folha de Goiás*, 28 de agosto de 1967 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Apesar de reconhecerem a inexorabilidade da situação, os estudantes continuaram em greve encetando campanha popular por arrecadação de fundos e de esclarecimento da população sobre os motivos do movimento.

Mesmo com a possibilidade de sofrer intervenção, a postura dos estudantes foi de perseguir com a greve, que chegou a ter intermediação do governador Mauro Borges Teixeira, prometendo usar de seu prestígio com autoridades federais para obtenção de maiores recursos para a UFG.

Ao avaliarem a proposta do governador, os estudantes se recusaram a voltar às aulas alegando os seguintes motivos publicados em jornal: “entendem os estudantes que o retorno às aulas enfraqueceria o movimento uma vez que não lhes sobraria tempo para tratar do problema, daí a necessidade de levar avante o movimento até a ‘vitória final’ ” (*Folha de Goiás*, 28 de agosto de 1967 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG)”.

Essa foi a última notícia que encontramos em 1967, a respeito da greve e do movimento estudantil que só retornaria às páginas do jornal no ano seguinte.

O relato dos fatos que ocorreram no período que vai da metade de 1967 até março de 1968 serviu para mostrar que nem só de confronto foi feita a história do ME goiano em sua luta contra a Ditadura. A história foi feita de enfrentamentos, mas também de recuos nas posturas mais radicais. Foi construída com a oposição contundente, mas também com tentativas de diálogo e de entendimento com as autoridades.

O comportamento político dos estudantes não deixa de refletir as circunstâncias da época, e faz lembrar que as greves e outras manifestações de opiniões relatadas nesse período apresentaram os paradoxos do movimento político dos estudantes, e que a ameaça constante de expurgo provocada pelas leis que proibiam qualquer atitude de manifestação política, não poderia deixar de ser contraditória, expressando o desejo de mudanças, mas também a necessidade de sobrevivência, de respeito aos limites impostos pelas condições históricas naquele momento.

O ME eclodiria novamente nas ruas em decorrência dos fatos que aconteceram no Rio de Janeiro, em março de 1968³⁸ após a morte do estudante Edson Luís de Lima Soto.

A aparente homeostase entre estudantes e o regime militar desapareceria para dar lugar ao confronto direto com a repressão.

Na tentativa de evitar os grandes protestos como os acontecidos no Rio de Janeiro por causa da morte do estudante Edson Luís de Lima Soto, o então governador Otávio Lage decretou paralisação das atividades estudantis em Anápolis e Goiânia, ao descobrir que o Diretório Central dos Estudantes preparava, para o dia 2 de abril de 1968 uma manifestação pelas ruas da capital.

O governador adotou a medida com base no Decreto Lei nº 288/67, que impedia os estudantes de organizarem atos políticos. O clima de cordialidade e de respeito com a atividade política e reivindicações dos estudantes que pairou em 1967 e início de 1968 desapareceu, retornado à cena os mesmos elementos dos anos iniciais ao golpe.

Voltaram as declarações difamatórias acusando o ME de subverter a ordem. Voltaram os apelos à cultura pacifista do povo goiano, o apelo aos *pais e mães de família*, que não permitissem a participação de seus filhos em manifestações e, sobretudo, a acusação de que elementos escusos aos interesses estudantis estavam por trás do movimento. Essas foram às mensagens que o governo estadual tentou passar para a sociedade, como se vê a seguir:

“O governo do estado de Goiás, também sensibilizado com os lamentáveis acontecimentos da cidade do Rio de Janeiro, em que se perdeu a vida de um jovem estudante cuja morte esta sendo agora explorada por políticos e agitadores profissionais, expressa o seu pesar pelo doloroso incidente e lamenta o emprego da violência por ambas as partes envolvidos nos distúrbios do calabouço (..) considerando que os sangrentos acontecimentos, verificados em Brasília e na Guanabara, pela semelhança que guardam entre si, apresentam-se como fruto iniludível de um plano político de âmbito nacional evidentemente destinado a subverter a ordem pública e a perturbar a tranqüilidade do povo brasileiro (*apud Folha de Goiás*, 2 de abril de 1968 – banco de dados do ME goiano VAE/UCC).

³⁸ No dia 28 de março de 1968 a Polícia Militar do Rio de Janeiro assassinou a tiros o estudante Edson Luis de Lima e soto, no restaurante do Calabouço. O fato revoltou os estudantes, e causou indignação entre a classe média, que passou a perceber as evidências do regime de terror implantado pelos militares. O fato desencadeou uma série de manifestações nas principais capitais do país, sendo que, as mais expressivas, foram às passeatas dos dias 26 de junho e 4 de julho por levarem as ruas mais de 100 mil pessoas (Poerner, 1995).

Os elementos escusos a que se referia o governador possivelmente seriam os partidos clandestinos que atuavam no movimento e outras forças políticas que, no ano de 1968 com o assassinato do estudante, voltaram a cena política do país. Forças essas, que poderiam não pertencer aos quadros universitários, mas que, de maneira alguma, eram dissonantes do desejo de liberdade que tomava conta de todo o país, aterrorizado com a onda de violência desencadeada com o episódio do Rio de Janeiro, que se estendeu do dia do assassinato de Edson Luis de Lima soto até a missa rezada em homenagem ao sétimo dia de sua morte na Igreja da Candelária, e envolveu até confronto com a Igreja Católica que até então mantinha uma política de apoio à ditadura com exceção de seus quadros mais de esquerda.

A resposta do ME goiano aconteceu nas ruas. A exemplo do que ocorreu em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Brasília. Os acontecimentos do dia 1º de abril de 1968, ocorridos em Goiânia, ganharam destaque nacional pela sua intensidade e pela brutal violência com que foram reprimidos, resultando em prisões, espancamento e uma morte³⁹. Matéria de jornal noticia movimentação estudantil:

Após duas assembléias gerais realizadas nas Faculdades de Medicina e Filosofia, cerca de quatro mil universitários dirigiram-se ao centro da cidade, as 8:30 horas de ontem para onde estava marcada a “grande” concentração, em sinal de protesto pelas violências policiais na Guanabara pela classe estudantil. Na praça do bandeirante, populares e estudantes secundários, sob os gritos de “viva a liberdade” – “abaixo a ditadura” receberam os universitários (*Folha de Goiás*, 2 de abril de 1968 ; grifos no original – banco de dados do ME goiano VAEUCG).

Na continuação da matéria, o jornal descreve com maior riqueza de detalhes, o clima de violência da manifestação que, por ordem do governador, tomou proporções só registradas nas principais capitais.

Em dado momento, ao redor das 11 horas soldados marcharam rumo aos estudantes – e bombas começaram a explodir por todos os cantos. Estava iniciado o choque estudantes versus militares. Daí por diante foi uma sucessão de incidentes inteiramente incontroláveis. Deputados atacados, militares apedrejados, estudantes espancados, tiros, casas

³⁹ Cabe-nos esclarecer que, além da proibir as aulas com base no Decreto Aragão, o governo também desautorizou a passeata que foi convocada pelos estudantes e que contava com a permissão do governador feita pessoalmente ao Arcebispo de Goiânia. Frisa-se que tanto o anúncio da paralisação das aulas como a desautorização da passeata saíram no domingo à noite, portanto, na véspera da passeata . O governador Otávio Lage apenas alegou que estava cumprindo ordens do Ministro da Justiça.

comerciais fechando as portas, repórteres agredidos pela polícia e vendo suas máquinas fotográficas sendo arrancadas e quebradas (inclusive um fotógrafo da polícia federal, teve sua máquina arrancada às suas mãos). Muitas prisões foram feitas, os detidos eram atirados a custo de pauladas e pontapés para dentro das viaturas e conduzidos para o corpo de bombeiros, casa de detenção e, alguns, para a polícia federal (*Folha de Goiás*, 2 de abril de 1968 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

A truculência da polícia, resultou na morte de um jovem, o lavador de carros também secundarista, Carlos Cândido da Silva. Segundo *Folha de Goiás (ibdem)*: “um jovem foi levado para o Hospital Santa Luzia com o crânio arreventado por um balaço certo. As primeiras horas da noite não resistindo, sucumbiu”.

No dia seguinte, as manifestações continuaram em protesto contra a morte do lavador de carros, gerando nova reação da polícia, que perseguiu os estudantes sob a alegação de que estariam em seu poder bombas de coquetel Molotov, além de manter um sargento seqüestrado. Os estudantes correram para a casa do Arcebispo de Goiânia, que se situava nas proximidades da catedral da cidade. Padre Pereira presenciou pessoalmente os fatos assim os relata:

(...) com a polícia avançando contra os estudantes... e eles correram para a catedral. Eram 9:00 da manhã mais ou menos. Quando eles entraram na catedral, a polícia veio e cercou a catedral. Soldados com metralhadora etc. Eu lembro que eu e o P. Carmelo, nós fomos, lá dentro da igreja os estudantes naquela efervescência, diziam, jogavam muitas pilhérias contra soldados também. Então a gente pensou: Bom, vamos fechar essas portas, por que essas pilhérias vão terminar provocando uma bala maluca aí. E ali pra, encurtar a história. Esses tiros, dois ou três tiros. Esses tiros foram dados no pé do Telmo Farias e uma bala, uma das balas atingiu o pé da Lúcia [ambos militantes do ME] (Padre José pereira de Maria, 20 de maio de 1992 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Os incidentes ocorridos no dia 2^{de} abril de 1968 provocaram a instauração de Inquérito Policial Militar (IPM) terminando com a prisão das seguintes lideranças: Olga D'arc Pimentel, Juarez Ferraz da Maia, Marco Antônio Della Corte, além de significar o primeiro incidente grave ocorrido entre os militares e as lideranças religiosas do estado. Os acontecimentos de Goiânia foram equiparados aos do Rio de Janeiro, levando lideranças do executivo e governistas a desaprovarem a ação violenta nas duas capitais.

O mês de março de 1968 marcou um levante nacional de protesto contra o regime de terror da ditadura militar provocando uma crise de poder no Estado de Segurança Nacional. Outros episódios envolvendo o regime e a Igreja Católica acabaram forçando o clero a se pronunciar contra as prisões, torturas e a violência

generalizada. No parlamento intensificaram suas ações e até mesmo os políticos governista se ressentia da posição do governo (...)

Paralelamente as informações sobre as novas cenas de violência policial em Goiânia e outras capitais, contribuía para as preocupações da ARENA [Aliança Revolucionária Nacional] e do MDB [Movimento Democrático Brasileiro] o “Estado de desinformação total” em que se acha a classes política, face aos planos do governo para a situação, a margem das medidas puramente repressivas já em curso. A propósito, eminentes figuras governistas observaram ontem, que a arena e o MDB acabaram nivelados em matéria de marginalização. Pois o governo, nem mesmo para defender-se nesta hora facilita a orientação de sua base política. O resultado segundo assinalavam, é “que a bancada arenista está num jogo de cabra cega sem saber ao certo o que dizer, fazer, sugerir e ponderar (*Folha de Goiás*, 2 de abril de 1968; grifos nossos – banco de dados do ME goiano VAE/UCG)”.

Políticos como Carlos Lacerda, que apoiou o golpe, também pronunciaram sua insatisfação com o nível de repressão alcançado pelo regime.

O assassinato do estudante Edson Luís foi o catalisador da organização das frentes de resistência ao regime, criando um sentimento de indignação nacional, trazendo para a oposição as classes médias que, até então, se mostravam insensíveis às denúncias feitas pelo ME desde 1964. As frentes de oposição chegaram, por ocasião das passeatas dos cem mil, a criar um grupo especial para negociar medidas de liberalização do regime com o governo federal, composto por representantes dos estudantes, das categorias de profissionais, pela Igreja Católica e pelo movimento das mães a favor da anistia política.

Diante da crise política, o governo não demorou a dar sua resposta; de um lado, promovendo medidas mais repressivas como o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, que se estendeu às universidades pelo Decreto lei nº 477/69, de outro, promovendo a reforma universitária na tentativa de conciliação, no menos ao nível ideológico, de uma velha reivindicação de amplos meios intelectuais e estudantis.

As ações do movimento estudantil, durante no ano de 1968 não ficaram restritas aos acontecimentos do mês de março. Já no segundo semestre, mais uma greve na Faculdade de Medicina da UFG, voltou novamente a novamente a ganhar destaque. Esse já não se limitava mais à liberação de verbas para o Hospital das Clínicas, as pressões já se voltavam para as instâncias federais e indicavam uma greve geral a ser deflagrada pelos universitários.

O movimento embora não tenha apresentado, até agora qualquer atitude ostensiva ao governo federal poderá atingir na próxima terça-feira, todas as faculdades federais se até aquela data não tiver o ministério da educação liberado as parcelas destinadas a UFG e faculdades (*Folha de Goiás, 2 de junho de 1968, p. 3 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG*).

De fato, o movimento se estenderia a outras faculdades e tomaria uma ação, como disse o jornal, mais ostensiva contra o governo federal, sobretudo contra as orientações de sua política educacional, entretanto, já se observavam os primeiros sinais de desgaste no ME:

(...) os estudantes permanecem firmes no movimento, exigindo como condição pra o retorno as aulas, a liberação das verbas destinadas a UFG referentes ao segundo semestre do corrente exercício (...) assim como a revogação de parte do acordo MEC – USAID que preconiza a transformação das faculdades em “fundações”. Desde anteontem o movimento está sendo levado às ruas para reconhecimento público. Evitam os estudantes, entretanto, os movimentos ostensivos como passeatas ou concentrações populares, preferindo, apelar para a afixação de cartazes e distribuição de “notas” contendo denúncias àquele acordo (*Folha de Goiás, 21 de junho de 1968, p. 3 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG*)⁴⁰.

Realmente, 1968 foi um ano durante o qual onde não só o ME, mas as forças de resistência aos militares, sofreram o mais duro golpe aplicado pela ditadura militar desde 64.

A bem da verdade, a realidade da universidade brasileira já era alvo de inúmeros estudos capitaneados tanto pelo governo federal quanto por consultores norte-americanos. Um desses consultores foi Rudolph Atcon, membro da United States Agency for International Development (USAID). A filosofia educacional construída por esse assessor engendrava uma ampla intervenção em todos os setores da organização acadêmica, o que ficou expresso no relatório que levava o seu nome. Dentre as idéias defendidas por Atcon para o ensino brasileiro, algumas já eram alvo de oposição pelo movimento estudantil desde a assinatura dos convênios MEC–USAID em 1966, como a transformação das universidades públicas em fundações privadas, a eliminação da participação do ME na administração das universidades, além da *intervenção* permanente de técnicos no ensino brasileiro.

Essas medidas foram publicadas, em 1966 nos Estados Unidos com o nome de *Rumo a reformulação estrutural da universidade brasileira*, no Brasil,

⁴⁰ Idem. 21/06/68. p 3.

posteriormente pelo MEC ,com o nome de *Relatório Atcon*. Para se ter uma idéia da amplitude das análises de Atcon, Silva (1989) assinala:

No tocante ao planejamento dos Campi, as recomendações do documento abrangiam conteúdo sociológico, psicológico, conhecimento das áreas de física, engenharia, arquitetura e educação (...) este Senhor cuidou de todo o planejamento físico dos campi, sugerindo: a criação de um anel protetor do campus para evitar vizinhanças indesejáveis; a construção de residências como dormitórios fora do campus; tamanho e localização de piscinas; construção de estacionamentos pro subáreas (Silva, 1989, p. 138).

O Relatório Atcon, em absoluto, não foi o único documento a ser utilizado pelo Regime militar contra os estudantes. Uma comissão liderada pelo coronel Carlos de Meira Matos foi instituída pelo governo federal, mediante do Decreto nº 62.024, de 29 de dezembro de 1967 para pensar medidas de contenção da atividade estudantil (Silva, 1989).

O resultado dessa comissão foi a produção de um relatório que apontava a crise de autoridade gerada pela excessiva autonomia concedida pela LDB às universidades como o ponto de estrangulamento da crise política entre o governo e os estudantes. Conforme o relatório, a solução seria atribuir ao Presidente da República a nomeação de reitores para acabar com qualquer possibilidade de que a comunidade universitária participasse do processo de escolha.

Em síntese o Relatório Meira Matos constituiu um importante documento no curso histórico da ação do regime militar para desmontar o ME, do qual viria enfaticamente a proposição de se fazer ampla campanha ideológica de cooptação e formação de lideranças anticomunistas, medidas que seriam encampadas em 1968 pela Reforma Universitária e pela criação do projeto Rondon, como a incorporação no currículo de formação profissional de disciplinas essencialmente de controle ideológico e inversão da realidade.

Tanto o relatório Atcon quanto o Meira Matos foram documentos importantes e que subsidiaram a reforma universitária.

Como vimos frente à crise que se evidenciava no âmbito dos mais diversos setores da sociedade a radicalização do regime que aconteciam em dezembro de 68 foi antes de tudo um imperativo de sobrevivência que deveria remover por completo toda e qualquer manifestação de inconformismo.

Segundo Alves (1989, p. 115),

A maturação do modelo econômico e a política repressiva dos governos pós-1964 propiciaram uma aliança informal de vários setores da oposição, iniciada ainda em 67 e transmutada em movimento social de massas em 68. Embora se organizassem independentemente, os setores de oposição uniram-se nas grandes manifestações e passeatas de protesto 67-68. estes setores principais adquiriram força e coordenação suficiente para afetar em profundidade as estruturas políticas do país.: O Movimento Estudantil, o dos trabalhadores e a frente ampla. Estes diferentes setores da oposição manifestavam seus pontos de vista em manifestações de rua, comícios e passeatas, assim como no Congresso Nacional , através de um grupo de deputados do MDB eleitos em 66. Juntos, exerceram considerável pressão sobre o estado, provocando um conflito interno sobre duas políticas alternativas: maior liberalização das diretrizes políticas, sociais e econômicas ou uma terceira e ainda mais ampla investida repressiva.

É de conhecimento histórico que o governo Costa e Silva fez opção pelo e pela aumento e sofisticação do aparelho repressivo, decretando em 13 de dezembro de 1968, o AI-5. Para termos uma idéia de como o AI-5 acentuou os mecanismo de contenção política, passemos a uma descrição de seus principais mecanismos:

Poder de fechar o Congresso Nacional e as assembléias estaduais e municipais; direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes legislativo e executivo em nível federal/estadual municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, e reinstituição do "estatuto das cassados"; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir e remover juizes, e suspensão das garantias ao judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na constituição de 67; direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de Hábeas Corpus em todos os casos de Crimes Contra a Segurança Nacional; 9) (julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do ato institucional nº 5 (Alves, 1989, p. 131).

O AI-5 refutava princípios liberais que o próprio regime militar havia reafirmado com a constituição de 1967, submetendo a sociedade a um fortalecimento ou, poderíamos dizer, a uma transferência completa de poderes para o Executivo que, sozinho passou a governar o país com poder irrestrit, sem encontrar limites para a prática do terror.

As prerrogativas genéricas e ilimitadas concedidas pelo AI-5 ao Executivo constituíam a principal arma para conter as oposições, uma vez que os civis que fossem enquadrados na Lei de Segurança Nacional poderiam ser submetidos a tribunais militares sem qualquer interpelação do Judiciário, que passou a ser peça meramente decorativa.

De modo geral o AI-5, forneceu o quadro legal para as profundas transformações culturais que consolidariam o Estado de Segurança Nacional e evitariam a crise do poder que surgiu em 1968.

As transformações culturais desejadas foram plantadas nas universidades, estendendo os efeitos do AI-5 mediante o Decreto Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que estabeleceu normas de conduta e regras disciplinares para estudantes professores e servidores administrativos das universidades.

Os superpoderes conferidos ao executivo, os quais se quer tinham um tempo de vigência, possibilitaram aos militares enquadrar as atividades do ME em um conjunto de infrações ilegalmente previstas:

Aliciar ou incitar deflagração de movimento paredista ou dele participar; 2) atentar contra pessoas ou bens de qualquer natureza dentro ou fora dele; 3) praticar atos destinados a organização de movimentos subversivos, passeatas, ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir, realizar confeccionar, imprimir, guardar ou distribuir material subversivo; seqüestrar ou manter em cárcere privado, professor, aluno ou funcionário de estabelecimento de ensino; usar de dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou prática de atos contrários à moral e à ordem política (Silva, 1989, p. 155).

As atividades classificadas como subversivas também, previstas pelo Decreto Lei nº 477/69 e suas punições:

Demissão ou dispensa e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado, por qualquer outro estabelecimento de ensino, pelo prazo de cinco anos, quando se tratasse de membro docente ou funcionário; desligamento e a proibição de se matricular em qualquer estabelecimento de ensino, pelo prazo de três se tratar de aluno (*ibidem*).

Assim, estava fechado o círculo de repressão institucional ao ME, pois qualquer atitude que escapasse das infrações ou punições previstas no decreto nº 477/69 poderia ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional. O Decreto veio no momento em que o regime já havia sancionado a lei que instituiu a reforma – Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Não bastavam as medidas repressivas para conter o avanço político que persistia desde 1964. Era preciso promover transformações que alterassem profundamente o ambiente político e acadêmico em que esse estudante era formado. Era preciso remover do interior das universidades todas as possibilidades de reflexão crítica e prática política, preparando ou moldando os estudantes para um

tipo de formação instrumental baseada no controle ideológico e na transmissão de técnicas em detrimento do conhecimento acerca da realidade social.

Esse ambiente acríptico é bem retratado no depoimento da professora Nilva Maria Gomes Coelho que enfaticamente aborda a questão do tecnicismo.

A professora chama atenção para o fato de que, como militante do ME, tinha grande preocupação era a formação do aluno que entraria em períodos posteriores e só encontraria um ensino pautado na transmissão de “receitas de bolo, que ele dá as regras e você cumpre e acaba” (professora Nilva Maria Coelho, Goiânia, setembro de 1992 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG). A professora diz ainda que esse era o trato pedagógico que o ensino dera ao conhecimento e vaticina: “o nível de abstração nossa é muito pequeno, o nosso estudante, eu acredito que é devido a todo esse processo de educação. Hoje, ele não consegue abstrair teoricamente” (*ibidem*). O discurso que legitimou a reforma universitária foi o da modernização do ensino universitário, que era reivindicada por estudantes desde o início da década de 1960 durante os seminários de reforma universitária.

No entanto, a modernização levada a cabo pela Reforma de 1968 teve o objetivo de restringir a formação profissional, a capacitação de mão-de-obra qualificada ao modelo de capitalismo dependente, adotado pelo regime militar e que atendesse aos preceitos do interesses imperialistas no Brasil, conforme teoria do capital humano⁴¹.

Ao ressaltarmos que a reforma instrumentalizou o ensino, não queremos dizer que a formação curricular anterior era plenamente satisfatória e estava ligada às necessidades sócio-históricas do Brasil. Pelo contrário, esta formação era acentuadamente literária e tinha poucos vínculos com a realidade. Entretanto, quando comparamos os dois momentos, falamos da universidade como um todo enquanto espaço de formação. Sem a mordaza do AI-5 o ME significava um grande fator de conscientização política, pois supria não totalmente, mas em grande medida, as lacunas deixadas pela formação intelectualística da época, e efetuava a ponte entre os estudantes e a realidade sócio-econômica e política do país. A

⁴¹ A teoria do capital humano foi formulada pela primeira vez na década de 1950 por pesquisadores ingleses e americanos que a usavam para as explicações das relações entre educação e desenvolvimento, educação e mobilidade social ou educação e renda. Foi muito utilizada para explicar as desigualdades no desenvolvimento dos países desenvolvidos em relação aos sub desenvolvidos. Em analogia ao capital físico, o capital humano seria o *quantum* de investimentos no indivíduo nas áreas de saúde, educação e treinamento capazes de prepara-lo para o aumento de sua renda no *Bolo Produtivo*. Essa concepção de equalização da renda foi denominada pelo ministro Delfim Neto de *Teoria do Bolo*. Ver Frigotto (1993, P. 36-46).

universidade como um processo educativo de uma maneira mais ampla revestia-se de importância, uma vez que, em seu interior, os grupos políticos atuavam em uma esfera não oficial da formação do universitário, o que fica evidente em outro trecho do depoimento da professora Nilva Maria Gomes Coelho quando faz uma análise da o trabalho desenvolvido pela Ação Popular (AP):

Não se discutia o armamento, se discutia a formação teórica numa descoberta que eu acho nasce na deficiência da própria universidade que não se discutia nada de teoria, mas sim informações por informações (..) eu acho que a grande questão nossa é que precisava de uma clareza política maior, mas ela avança numa organização que eu diria o seguinte: a organização que leva ao conteúdo humano, eu acho que a contribuição que eu considero da AP para mim é esse conteúdo humano eu ela me trouxe, porque minha formação católica religiosa, dentro dos parâmetros bastante cristão, eu começo a me questionar sobre essa formação. Cristã de quem? Em função de que? E é a AP que vai dando esclarecimento dessas questões frente ao que, eu diria, a necessidade de tirar o dogma simplesmente e não ter uma visão científica do que se vive na realidade concreta. O que eu digo hoje, é que a organização é fundamental para o avanço das lutas sociais, a pessoa organizada ela avança a nível de uma proposta política seja ela qual for, mas ela avança porque ali ela esta orientada, por que você veja, a nossa sociedade tem as instituições que orienta a uma proposta, então a neutralidade, [apelo muito comum feito pelos projetos de extensão criados pela reforma universitária] esse mito você descobre que não existe (professora Nilva Maria Gomes Coelho, Goiânia, setembro de 1992; grifo nosso – banco de dados do ME goiano).

A reforma não se limitou apenas a ajustar a formação literária à ótica empresarial solicitada pelo estágio avançado do modo de produção capitalista da época. Tratava de destruir o ambiente político que ainda lembrava os anos de nacionalismo arrancando algumas possibilidades sociais e, às vezes, substituindo essas possibilidades por outras, como o projeto Rondon, o Centro Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), que foram a base da política de extensão do governo, e buscavam aliar a disciplina forçada pela repressão ao projeto de desenvolvimento econômico do regime, transmutando as inspirações reformistas e até revolucionárias por um processo controlado de integração universidade-sociedade. É evidente, portanto que

Á medida que os sucessivos governos militares tornavam impossível a participação política e social organizada dos estudantes através da repressão da UNE, do fechamento dos movimentos e campanhas de educação e cultura popular e mesmo das mobilizações públicas, como as passeatas, era preciso encontrar um sucedâneo para canalizar a energia dos jovens e “possibilitar um contato direto com os problemas do país”. Ocorria, aqui, uma espécie de “transformismo” em que o estado procurava cooptar as lideranças estudantis e o conjunto dos

estudantes, uma vez que se tratava de programas diretamente controlados por autoridades governamentais e mesmo pelas forças armadas (Germano, 1993, p. 136; grifos do autor).

Além da cooptação e do alinhamento da formação ao modo de produção, a reforma seguindo os preceitos do Relatório Meira Matos, investiu esforços em uma longa campanha de formação ideológica implantando nos currículos das escolas a disciplina Educação Moral e Cívica em nível médio e fundamental e Estudos dos Problemas Brasileiros em nível superior, as quais continham conteúdo similar ao adotado pelo Estado novo e possuíam ainda como objetivos fundamentais: “o combate a subversão comunista, a difusão da idéia de ‘Brasil potencia’ e a necessidade de um estado forte e poderoso, para contestar os seus inimigos internos e externos e promover o ‘desenvolvimento’ (*ibidem*; grifos do autor).

Além de ocultar a realidade, essas disciplinas faziam intensa campanha ideológica do regime e apelavam aos ideais do cristianismo ocidental, imprimindo um *conveniente* código de conduta ética e moral, o que significava, acima de tudo, o amortecimento do ímpeto revolucionário dos estudantes.

Segundo Germano (1993), o conservadorismo cristão das políticas educacionais tornava-se evidente, tendo em vista que os documentos diretivos dos projetos opunham o pensamento cristão ao pensamento revolucionário: “o que distingue o pensamento cristão do pensamento marxista é que o pensamento marxista defende a revolução, a subversão das estruturas sociais, enquanto o pensamento cristão faz da mudança a sua meta” (*ibidem*).

Os estudantes que gradativamente passaram por processos de descoberta e de conscientização orientados pelo próprio movimento e pelas condições sociais, em razão do que, de uma maneira violenta submetiam-se à tutela da ditadura que, acima de tudo, buscava eliminar as origens e os vínculos políticos que o ME havia estabelecido com a sociedade.

Além das medidas já citadas, como a reforma universitária e ao mesmo os Decretos, a ditadura ia gradativamente jogando o ME da ilegalidade para a clandestinidade, ao mesmo tempo que os canais possíveis de mobilização e manifestações iam-se cerceando. Basta lembrar que, em julho de 1968, os militares desmontaram aquele que seria o último congresso da UNE durante o período 1964-1970. Em uma ação militar de guerra, o regime colocou na cadeia as principais lideranças do ME da época, que, por sinal, teriam que passar, naquele congresso, a

direção para um outro grupo, que seria ali eleito. No dia 14 de outubro, os 920 congressistas de Ibiúna-SP, cidade em que foi realizado o congresso, foram presos, incluindo-se os quatro principais líderes estudantis brasileiros da época: “Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luis Travasso (...) e Jean-Marc Charles Frederic Von Der Weid” (Poerner, 1995 pg. 294).

Com suas principais lideranças na cadeia e com os canais de participação já cerceados, o decreto Lei nº 477/69 foi o tiro de misericórdia que a ditadura deu nos estudantes, colocando o ME na clandestinidade total, o que levou muitas lideranças, estudantis sem opção de atuação política no interior do Estado a partirem para a resistência armada contra o regime, no período de 1969 a 1972, quando os movimentos armados foram completamente dizimados pelo regime militar.

Após a queda em Ibiúna o ME Goiano teve que encetar campanha para que os colegas presos fossem devolvidos a suas famílias. No entanto o ME, já encontraria um terreno bastante adverso para trabalhar politicamente pois, como já dissemos, em dezembro de 1968, o AI-5 foi decretado, e, em fevereiro de 1969, o Decreto Lei nº 477. Foram tempos durante os quais o ME envidou os últimos esforços para manter a resistência política ao regime. A Esse respeito Valdi Camarcio, militante do ME no período 1967-1971, relata:

Em 69 foi a última gestão da UNE, fizemos várias reuniões, totalmente clandestinas e eu participei na reunião do Rio, na de Nova Friburgo, mas totalmente clandestina a reunião, pra discutir os rumos da UNE, e não conseguia (...) Nós não podíamos mais fazer reuniões, mesmo na universidade, mesmo no diretório central, mesmo no centro acadêmico, nas faculdades. Sempre tinha o dedo duro que denunciava a reunião como uma tentativa de (?) e a repressão vinha em cima dos companheiros. Então era totalmente clandestino, né; pra pichar a rua contra o governo, você tinha que fazer isso clandestinamente, por que seguramente se fosse pego seria preso, e em muitos casos, companheiros até desapareceram, por que foram mortos por atividades que, geralmente, não punha em risco nenhum a segurança do país (Valdi Camarcio, Goiânia, 15 de setembro de 1992 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Fica explícito na fala do depoente que o período não foi de grandes mobilizações, enfrentamentos ou conquistas. Além de lutar para retirar da cadeia os colegas presos em Ibiúna, o momento foi de tentar rearticular a UNE depois do golpe sofrido no trigésimo congresso, continuar lutando contra os acordos MEC-USAID, mantendo, assim, uma chama de oposição acesa, conforme as palavras do próprio depoente quando perguntado sobre as realizações concretas do período: “as vitórias

que a gente teve foi manter (...) viva a chama e não ser entregar, está (sic) permanentemente dizendo não. Quando a gente não conseguia mobilizar ninguém, a gente fazia pichação na rua que era coisa rara de se ver” (Valdi Camarcio, Goiânia, 15 de setembro de 1992).

A essa altura dos acontecimentos, o ME já se ressentia dos consecutivos golpes que sofrera em suas estruturas representativas e em seu campo de ação. As atividades políticas continuaram na UNE até aproximadamente 1972, quando a última diretoria (uma outra diretoria só seria eleita em 1980 após o congresso da reconstrução em 1979) da UNE foi capturada resultando no desaparecimento de seu último presidente o goiano Honestino Guimarães. A partir de então o ME foi completamente desmobilizado, englobando tanto a ala que buscou resistir com a mobilização política dos estudantes quanto aquela que optou pela luta armada.

Os dirigentes da última diretoria da UNE que não foram capturados pela ditadura optaram pelo ingresso nas fileiras dos movimentos armados. Sem mencionar o posterior significado político para o país, a opção pela luta armada significou, no mínimo, o sacrifício que uma das gerações mais brilhantes do Brasil pagou com a própria vida.

Para obter uma idéia do terror que a UNE sofreu após o AI-5, basta citarmos que o presidente da penúltima diretoria da UNE, Jean-Marc Charles Frederic Von Der Weid, foi preso em setembro de 1969 e banido do Brasil em 1971, em troca do embaixador suíço seqüestrado pela (Vanguarda Popular Revolucionária) VPR. Honestino Guimarães qual o sucedera, porém, foi preso pelos órgãos de segurança nacional e declarado desaparecido até hoje, mesmo sendo visto com vida pela última vez, em 1974, em um órgão repressivo da cidade de São Paulo. José Genuíno e Helenira Rezende abandonaram o ME e se entregaram, nas palavras de Poerner (1995)⁴², *de corpo e alma à Guerrilha do Araguaia*, o primeiro foi preso e a segunda faleceu em combate.

Mostraremos agora os grupos envolvidos com a luta armada, suas características e suas origens; alguns igualmente com ligações em Goiás, segundo o relato de Athos Magno, que além de militante integrou um grupo de guerrilheiros que seqüestrou um avião no Brasil e o desviou para Cuba onde pediu asilo político ao

⁴² Para ter um relato mais detalhado sobre o destino dos integrantes da última direção da UNE, ver Poerner (1999 p. 300-301).

presidente Fidel Castro, lá ficando até o início da anistia no Brasil⁴³. Segundo o relato do depoente, as tendências que surgiram no ME, durante o período de resistência armada, tinham basicamente duas origens: dissidências do PCB e da (Política Operária) POLOP, de um lado e AP, de outro. Em virtude da riqueza com que estão mapeadas as tendências e suas orientações teórico-metodológicas, reproduziremos um extenso trecho de seu depoimento:

Essas intervenções trouxeram grandes derrotas, - qual era o caminho a seguir, a ser seguido no Brasil. Se era pela via pacífica ou via armada, e qual era o modelo que nós tínhamos que ter de socialismo, (...) era Cuba ou era China Comunista. Então dentro desse campo que hegemonizava o movimento estudantil (...) AP de um lado e dissidências de outro lado (...) as dissidências eram mais guevaristas eram mais próximos de Che Guevara, mais próximos de Fidel Castro e eram partidários da luta armada para se derrubar o regime militar no Brasil; e o setor hegemonizado pela AP – Ação Popular era mais inspirada pela china, por Mao-Tse-Tung e não colocava com tanta ênfase o problema da luta armada. Talvez em função da diferença de fundo que haveria entre Mao-Tse-Tung e Fidel Castro. Mao-Tse-Tung insistindo muito na guerra popular prolongada, o que significava um amplo trabalho de massa para sustentar uma guerra e o Fidel Castro de outro lado que era a guerra de guerrilha, com pouco trabalho de base e sim com a detonação de um movimento armado por poucos homens que iriam depois conquistar a sociedade (...) a AP apesar de admitir a luta armada e se preparar para ela, insistia mais em uma preparação de massa, de base, influenciada que era pela China (...) O PCB era contra tudo isso. Ele era partidário da via pacífica e inspirado que era, pela União Soviética (Deputado Athos magno, Goiânia, 14 de agosto de 1992 – banco de dados doME goiano VAE/UCG).

Os grupos denominados dissidências estão melhor exemplificados em um outro trecho do seu depoimento:

Havia cisão do POLOP em São Paulo, havia cisão do POLOP em Goiânia, havia cisão do POLOP em Brasília, havia cisão do POLOP no rio de janeiro. E essas cisão da POLOP logo que eu entrei era (...) arrumou um nome para ela: chamava COLINA – Comandos de Libertação Nacional, a COLINA. Então nós éramos da COLINA; um grupo político militar que preparava em belo Horizonte, em Minas Gerais, para a grande luta armada no Brasil (...) A cisão da POLOP em São Paulo, depois de feita, se uniu com um grupo de ex militares: Marinheiros ou oriundos do Exército que tinha uma certa influência do Brizolismo (...) e formou a VPR – Van Guarda Popular Revolucionária (...) Em 69 as COLINAS e a VPR de São Paulo se fundiram numa organização maior; chamada Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR Palmares (...) e disputávamos a liderança, a luta, com a ALN, que era formada por pessoas oriundas do PCB e de outras categorias (...) uma terceira importante foi a dissidência da

⁴³ Em seu depoimento, Athos Magno não chega a se referir ao seqüestro do avião. No entanto, a história é freqüentemente contada nos meios intelectuais de Goiânia, Confirmada informalmente e, as vezes em programas de televisão pelo próprio Athos Magno em razão de sua condição de figura pública como deputado do estado de Goiás pelo PT na década de 1990.

Guanabara, o grupo que saiu do PCB e se formou como dissidência da Guanabara. Ai houve um grupo, um outro grupo que havia formado o movimento, chamado MR-8, Movimento 08 de Outubro (...) E esse grupo foi liquidado pela repressão. Ai a dissidência da Guanabara pega esse nome MR-8 e o assume como sendo seu (Athos Magno, entrevista já citada)

Apesar do depoimento do deputado Athos Magno revelar ligação de grupos armados com o estado de Goiás, não pudemos precisar o tipo de ligação nem se contava com o envolvimento do ME, a não ser o relato de que pessoas ligadas a esses grupos estiveram destinadas a reconhecer a região para uma possível resistência armada, o que possivelmente se deve à hegemonia que a AP tinha sobre o ME estadual. Como vimos a AP apesar de não desconsiderar a luta armada não se empenhou efetivamente nela.

O depoimento de Athos Magno atesta que não havia entre os grupos um consenso quanto à direção da resistência armada, além do que a divisão era maior quando lutavam pela hegemonia da direção política do processo, o que dificultou a formação de um movimento solidamente articulado.

O fato é que esses movimentos foram destroçados pela ditadura que, com a justificativa das *ações terroristas*, desenvolveu um fortíssimo aparato de repressão e de informação que dizimou as pessoas envolvidas em guerrilhas urbanas ou rurais.

No contexto heróico, no qual muitos estudantes abandonavam a universidade para viver a experiência da guerrilha⁴⁴, o Decreto lei nº 477/69 era um poderoso elemento de obliteração para o surgimento de novos quadros para a luta.

Após a edição do Decreto Lei Nº 477/69, a participação política nas universidades praticamente extinguiu-se, mantendo-se somente em casos isolados, em geral, mediante protesto contra o aparelho cruel de repressão da ditadura que continuou atuando nos anos seguintes. Essa enxurrada de medidas institucionais de controle político-ideológico e educacional, que discutimos neste capítulo, levou o ME de todo o Brasil a entrar numa de suas maiores crises com suas entidades representativas principais, até a UNE, as quais foram praticamente destruídas e

⁴⁴ Em agosto de 1969, 370 pessoas já haviam sido identificadas como envolvidas em ações e assaltos políticos no país, dais quais cerca de 200 chegaram a ser detidas e qualificadas na Justiça Militar, segundo estatística publicada pela revista Veja, de São Paulo. Se tomarmos aquele primeiro como amostragem, vemos que todos tinham entre 20 e 25 anos de idade, havendo somente cinco com mais de 30 anos. Quanto à composição do grupo, pelo setor de que provieram seus integrantes, ele era constituído em 38,5 % por estudantes, 20% por militares (..) 17% por profissionais liberais e 8% por operários, sendo o restante composto por comerciantes, bancários e funcionários públicos (Poerner, 1996 pg. 297).

reconstruídas somente no ano de 1977, já no contexto do terceiro ciclo de liberalização (chamado pelo Presidente Ernesto Geysel de distensão lenta e gradual) vivido pelo regime militar.

CAPITULO III

A RECONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL:

OS ESTUDANTES VOLTAM A CENA MAS A CRISE CONTINUA

Neste terceiro e último capítulo de nosso trabalho, queremos focar o movimento de reconstrução da UNE e de redemocratização da sociedade brasileira. Abordaremos os processos que, o período em que a UNE deixou de existir, foram importantes para eclodir o movimento de reconstrução iniciado em 1977.

Iremos analisar, em meio à euforia e esperança dos primeiros sinais de reconstrução da UNE, os elementos que levam ao entendimento da crise que o ME viveu nos anos subsequentes, e que, ainda perdura.

Além da narrativa histórica é de suma importância para o nosso trabalho focar os efeitos que as medidas de contenção discutidas no capítulo anterior sobre a organização da política estudantil posterior ao período de vigência do AI-5 e do Decreto Lei nº 477/69. Ainda apresentar as principais dificuldades que os jovens que participaram da reconstrução do ME enfrentaram nesse processo de reorganização e quais os fatores responsáveis, apesar de todo o vigor com que estudantes voltaram definitivamente à cena em 1979, pelo refluxo político dos primeiros anos após a reconstrução e que se revelaria, durante as duas últimas décadas do século XX, mais duradouro do que o ME poderia imaginar.

Mesmo com a UNE extinta com as agruras do ciclo de medo que se instalou na sociedade, gestos isolados de oposição à ditadura aconteceram nos primeiros anos da década de 1970, como as passeatas contra o assassinato de Alexandre Vanucchi Leme e do professor da Escola de Comunicações da (Universidade de São Paulo) USP Vladimir Herzog e a realização, em 1972 e 1973 dos primeiros encontros nacionais por área do ME.

A cidade de Goiânia pode ser palco histórico do primeiro Encontro Nacional de estudantes de Comunicação, em que teve como encaminhamento principal a criação da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação, cujo objetivo

precípua era alavancar a luta dos estudantes de Comunicação em favor da melhoria da formação profissional, além de discutir temas mais restritos a área específica. Assim, resume o objetivo do encontro, a *Folha de Goiás*:

O I Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação será realizado em Goiânia, no período de 1 a 4 de novembro próximo, tendo por objetivo principal a análise do ensino de comunicação que se ministra atualmente no Brasil. Estarão reunidos aproximadamente quinhentos universitários, representando as quarenta 47 escolas existentes no país (*Folha de Goiás, 12 de setembro de 1992, p. 5 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG*).

O evento foi um dos vários que se realizaram no país nesse período em que a UNE estava extinta. Todavia a discussão por meio de executivas, além de ter sido relativamente tolerada pelo regime militar, possivelmente era uma estratégia dos estudantes que buscavam evitar o confronto político deste com o governo.

A estratégia das executivas já era defendida desde que a última diretoria, antes da extinção da UNE, tinha sido eleita. Acreditava Jean-Marc que em virtude das condições da repressão, o ideal seria provocar um recuo garantindo somente as atuações por entidades de áreas. Assim pensava o estudante:

Em 69 eu achei que elas ganhariam um relevo novo, na medida em que eu considerava que um recuo faria com que às lutas de caráter nacional e político diminuíssem de vulto e que seria criado um espaço importante para luta específica setorial. Se a UNE fosse capaz de organizar esses diferentes setores, as executivas, seriam os melhores instrumentos que teríamos para conduzir a luta por um longo período de repressão negra (*apud, Romagnoli e Alves, 1979, p. 15*).

Como vimos, esse tipo de opinião não teve ressonância no interior do movimento que optou pela luta armada. No entanto, a extinção da UNE fez que as associações por área se tornassem importantes para estimular o debate e manter o mínimo de organização política dos estudantes.

O trabalho das executivas era tolerado, todavia tratado com reservas pelas autoridades. Após o encontro de Goiânia em novembro de 1972, os Estudantes de Comunicação foram a Brasília para uma audiência com o ministro Jarbas Passarinho, no intuito de levar as deliberações do congresso e exigir o reconhecimento de uma executiva nacional. Eis os resultados da audiência:

As reivindicações dos estudantes de comunicação, quanto à proliferação de escolas e ao currículo mínimo federal, deverão ser apreciadas pelo Conselho Federal (...) As sugestões serão encaminhadas através da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Comunicação, a que as entidades estudantis estão vinculadas. Já que não existe por lei, nenhuma entidade nacional. A Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação, criada em Goiânia... Não foi reconhecida pelo ministro Jarbas Passarinho, da Educação e Cultura, "porque a lei Suplicy é clara e não permite organizações estudantis nacionais" (*Folha de Goiás*, 17 de janeiro de 1973, p. 8; grifo no original – banco de dados do ME Goiano VAE/UCG).

A opinião do ministro comprova que a tolerância do Estado em relação aos movimentos de área estava ainda dentro dos limites da doutrina de segurança nacional e o seu aparato de controle político-ideológico. A essa altura dos acontecimentos, no ano de 1973, a política econômica do chamado *milagre brasileiro* já não tinha condições de legitimar a repressão utilizada pelo regime - encarada como sacrifício humano necessário à transformação do Brasil em potência econômica - do regime, o que levou a ditadura a acenar um novo processo de liberalização prevista para o sucessor do Presidente Garrastazu Médice. Daí, a relativa tolerância do Ministério da Educação em relação à movimentação das executivas estudantis.

No entanto, a despeito de uma possível liberalização do regime e da pequena, mas importante articulação do movimento estudantil, o país inteiro apresentava um ambiente de domínio político-ideológico em todos os campos, do econômico ao educacional.

Como produto das transformações ocorridas com a reforma educacional, a UFG anunciou, em 1972, que iria se organizar em moldes empresariais para a fabricação de produtos e prestação de serviços à comunidade. A empreitada deveria funcionar como geradora de recursos próprios e também de alinhamento da formação profissional ao mercado de trabalho, alinhamento esse mascarado com o discurso da modernização da universidade. Dizia a chamada: *UFG entra no mercado industrial de Goiânia*. Assim era o seu teor:

A Universidade Federal de Goiás vai usar o seu material ocioso para trabalhar nos moldes das empresas privadas, a fim de captar recursos financeiros que passarão a fazer parte de sua receita orçamentária. Destarte a entidade poderá dispensar grande parte dos fundos que anualmente recebe do Ministério da Educação e Cultura, pois o sistema gerador de recursos próprios que fará funcionar a partir deste ano, terá ampla possibilidade de rendimentos (...) A UFG prestará esses serviços através do seguinte Parque Industrial: a Escola de Engenharia dispõe, entre outros recursos, de laboratório para prova de resistência material,

serralheria e marcenaria; o IPIF está capacitado para a produção de medicamentos em larga escala; análises de laboratório poderão ser feitas por pessoal qualificado do Instituto de Patologia Tropical; produtos agrícolas e hortigranjeiros serão fornecidos ao consumidor pela Escola de Agronomia e Veterinária, bem como de vacina e tratamento veterinário; a Imprensa Universitária passará a gerar recursos com edição de livros, impressos, etc; e o Hospital das Clínicas poderá assinar convênio para atendimento no ambulatório e internação (*Folha de Goiás*, 16 de Janeiro de 1970 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

Percebemos que o governo tivera êxito com sua política de desmonte da universidade. Como vimos, desde 1966, os orçamentos das universidades vinham sofrendo drásticos cortes como resultado da política econômica do governo, de contenção da inflação mediante redução de gastos públicos, que, na verdade, significava, desde aquela época, a gradual desobrigação do Estado com o financiamento de ações sociais, consolidada pelas políticas neoliberais de hoje.

Com essa política, sem necessidade de decreto, o governo ia garantindo a privatização do ensino público superior forçando as universidades, já em dificuldades financeiras, a buscar ajuda na iniciativa privada ou usar a comercialização de serviços, os quais, por princípio, deveriam ser oferecidos gratuitamente à sociedade. O outro dado que nos chama a atenção na notícia é que, a julgar pela descrição do Parque Industrial listado pelo jornal, a universidade, comparada com os padrões atuais sofreu um agudo processo de sucateamento evidenciado pela precariedade atual de seus órgãos suplementares: bibliotecas, laboratórios, etc.

Além da quebra do princípio da gratuidade, as políticas educacionais do governo significavam, no caso do alinhamento da formação ao mercado de trabalho, a perda do papel social (e não mercadológico) da universidade, gerando dificuldades em formar sujeitos sintonizados com as necessidades sócio-históricas do país, alienados, portanto, dos rumos políticos da sociedade brasileira. O comprometimento com as causas sociais tinha sido uma característica da juventude, antes de 1964, que se destacava no cenário nacional pelo seu envolvimento com os rumos políticos e históricos do país como pudemos ver nos capítulos anteriores. Aliás, a mudança do perfil político-social da juventude foi captada pelo jornal *Folha de Goiás* em uma matéria a respeito da concentração de jovens em um ponto de encontro na cidade de Goiânia, com o título “Avenida Tocantins. Ali os jovens se encontram”:

Desperta a atenção de quantos passam pela avenida Tocantins, aos domingos entre às 16 e 19 horas, o grande numero de rapazes e moças encostados ou sentados nos capôs dos carros estacionados ao longo daquela via central de Goiânia, enquanto no centro da pista centenas de outros carros se locomovem com dificuldade devido ao grande numero deles transitando para baixo e para cima naquela avenida. As moças e rapazes que fazem da avenida Tocantins seu local de encontro aos domingos, tem idade que variam entre 18 e 19 anos. Todos são estudantes de ginásio, científico ou universitário e a grande maioria trabalha (*Folha de Goiás*, 10 de outubro de 1972 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG) ⁴⁵.

A matéria chamou a atenção por referir-se ao encontro de jovens que, pela idade, estariam entre o secundário e universitário, fase da vida onde o estudante tradicionalmente ingressa nos movimentos estudantis. No entanto, ao contrário das reuniões de universitários e secundaristas da década de 1960, no famoso clube universitário, nas dependências do DCE, palco de discussões políticas e difusão da cultura, o ponto de encontro na avenida Tocantins teve uma conotação bastante diferenciada, como mostra a continuidade da matéria:

Alfredo Monte Verde, Omar Paulino, José Genival, José Roberto Lemos, Leon Ítalo, Pércles Carneiro e Nadim Neme, são alguns dos jovens que se reúnem no encontro semanal da Tocantins. Explicaram que “os boys estão na deles. A patotada pega o carango e se não tiver lugar de estacionar, fica subindo a Tocantins, contornando a praça Cívica e descendo novamente até a praça do Cine Goiânia, onde contornam o sinaleiro e toma a subir. Lá em cima, pode também pegar as ruas 16 e 12 e voltar pela Tocantins. Esse é o barato amizade (*ibidem*).

À primeira, vista o simples fato de passear com os carros não denotava uma mudança significativa no comportamento político, visto que, possivelmente, o hábito não fosse enfático na década de 1960, uma vez que a industrialização e, por conseqüência, a fabricação em larga escala de carros não era, ainda, realidade em Goiânia. Mas exatamente na acelerada industrialização, situava-se o fator da mudança. A aceleração da produção de bens de consumo no Brasil mudou o perfil comportamental das pessoas tendo em vista que acabou produzindo homens e mulheres com características culturais das sociedades industrializadas. Acima de tudo, a possibilidade de consumo tornou-se o código demarcador de *status* e orientava, portanto, padrões de comportamento. Não podemos esquecer também que moldar a juventude aos preceitos de uma sociedade de consumo, pragmática e produtivista, representava um dos objetivos da Estado militar, que capitaneou a passagem de uma economia de matriz

⁴⁵ “Folha de Goiás. 10/10/72. “Avenida Tocantins. Ali os jovens se encontram”

nacionalista para uma economia liberal. A juventude era, ao mesmo tempo, um obstáculo a ser removido na configuração do movimento estudantil e um alvo da formação de massa consumidora e produtora para atender aos preceitos da internacionalização da economia brasileira. Assim sendo, ao se reorganizar em 1979, o ME teria que enfrentar uma juventude tolhida pela repressão dos anos 70 e, acima de tudo, possuidora de um novo perfil cultural, sedenta de consumo e menos motivada para a atividade política, *O barato era cada um ficar na sua, amizade*.

O declínio da motivação dos estudantes em relação à política, que se verificou no contexto acadêmico era de uma profundidade muito maior, pois envolvia a sociedade como um todo. Ao mesmo tempo que o governo tomava medidas de controle e regulação da atividade política, o crescente processo de industrialização do Brasil ia modificando drasticamente os hábitos de vida de sua população.

Com a doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico, o governo controlava as atividades políticas não só do movimento estudantil, mas de toda a sociedade, e quando o controle político não era suficiente, usava-se de violência física, impunha reformas de todas as matizes, sobretudo, as de cunho educacional nas universidades, com o intuito de criar as condições necessárias para a desnacionalização da nossa economia.

No campo da política estudantil, o controle e a contenção das lutas eram amplas. Além dos Centros de Civismo que já alcançavam o ME ainda no nível secundário, nas universidades as eleições das representações colegiadas, uma das poucas formas de representatividade após a edição do Decreto Lei nº 228/67, eram de total submissão à administração da universidade e dos órgãos de repressão do governo, como mostra a matéria a seguir:

A convocação para as eleições está sendo feita por edital da vice-reitoria da UFG que esclarece: o registro de candidaturas deve ser feito até 26 de Junho mediante requerimento dirigido ao vice-reitor, acompanhado de documentos; haverá garantia de sigilo de voto e inviolabilidade de urna; o mandato será de um ano, vedada a reeleição. Para registro de candidaturas são necessários os seguintes documentos: atestado fornecido pela divisão de admissão e matrícula do DAA/1ª Sub-Reitoria, de o candidato ter sido aprovado em disciplinas que o situem pelo menos no segundo período semestral de estudos, ter obtido, em todas disciplinas cursadas no semestre anterior frequência de pelo menos oitenta por cento; não registrar punição em seu histórico escolar; e atestado de ideologia política fornecido pela DPOP/SSP/GO (*Folha de Goiás*, 7 de junho de 1974 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG)⁴⁶.

⁴⁶ Folha de Goiás. 07/06/74.

Além dos famosos atestados de ideologia que eram exigidos dos candidatos aos cargos públicos e de representação estudantil, a convocação das eleições era feita pela administração, da universidade que selecionava criteriosamente os possíveis candidatos, cuidando para que aqueles que tivessem algum tipo de problema com a Lei de Segurança Nacional ou com o Decreto Lei nº 477/69 não concorressem às representações colegiadas. Além do controle ideológico e acadêmico, era muito comum na época proclamar que essas representações tinham o intuito de colaboração administrativa e defesa dos interesses estudantis nos limites de suas atribuições. É evidente que esses limites seriam a política de segurança nacional com os seus instrumentos de controle político. Reforçava-se também a idéia que a administração da universidade possuía campos de atuação que não justificariam uma intervenção política da representação estudantil, o que limitava o raio de ação política dos representantes. É o que destaca a matéria de jornal:

“A representação estudantil tem como objetivo revitalizar o espírito universitário, que significa comunidade, unidade e universalidade...” A representação estudantil visa, sobretudo, a cooperação entre administradores, professores e alunos, no trabalho universitário, bem como defender os interesses dos estudantes nos limites de suas atribuições, além de promoções que contam com coordenação do administrador, na realização de conferências, seminários de estudo, etc (*ibidem*; grifos no original).

Mesmo sob todo esse espectro de domínio político, as ações do ME, no interregno 1969-1977, ainda que toleradas somente nos parâmetros da Ideologia de Segurança Nacional e reprimidas com brutal violência quando consideradas *inconvenientes*, foram de suma importância (mesmo que de menor expressão se comparadas com às ações estudantis da década de 1960), pelo fato de que significaram o campo de início da reconstrução do ME.

As mobilizações deram início a criação dos primeiros Diretórios Centrais de Estudantes, após a edição do AI-5, desligados da burocracia militar prevista no Decreto de Lei Nº 228/67 (o expoente principal é a fundação do DCE Alexandre Vanucchi Leme, da Universidade de São Paulo - USP) as primeiras tendências políticas que, a partir de 1977, disputariam espaço político nas eleições para as UEEs e, posteriormente, para disputar a direção da UNE, no congresso da reconstrução. As principais tendências eram: Refazendo; Luta e Liberdade etc.

Todavia, o processo de reconstrução já se encontrava marcado por profundas mudanças no campo de disputa e organização política do ME, como vimos anteriormente, e que aprofundaremos mais adiante.

Além da crescente privatização e sucateamento da universidade, e de uma mudança do comportamento da própria juventude em idade universitária. Os mecanismos legais de repressão já citados fincaram inúmeros obstáculos a serem enfrentados pelos estudantes no movimento de reconstrução.

Alcançaram-se alguns resultados imediatos com controle e com a repressão física como o vácuo de poder produzido pela ausência de lideranças no decorrer de 1969-1975. A partir de 1969, com a vigência do Decreto Lei nº 477/69 nas universidades, foi sufocada a participação política estudantil, o que só terminou com os primeiros movimentos de rua no ano de 1976.

Impedidas de atuar politicamente, as lideranças remanescentes do período anterior ao Decreto Lei nº 477/69 tiveram que trocar de identidade para continuar morando no país, muitos fugiram para o exterior, alguns, capturados pela ditadura, foram assassinados, outros banidos do país, em troca de autoridades seqüestradas por grupos da guerrilha urbana.

Os mecanismos repressivos fizeram que as lideranças surgidas durante os anos da reconstrução do ME (1975-1979) não tivessem um contato com aquelas que participaram da construção da história do ME e que, acima de tudo, teriam experiência política para relatar. É o que relata o Deputado Estadual por Edmundo Galdino, quando fala sobre a construção do ME, em fins da década de 1970:

(...) vemos como fonte de inspiração a história do movimento estudantil do final da década de 60 e início da década de 70. Claro que quando nós iniciamos ninguém tinha tido experiência, nós começamos praticamente do zero, no final de 70, a anistia não havia sido conquistada, ainda estava em fase de conquista e somente depois que o movimento já tinha dado seus primeiros passos com seus erros e suas debilidades e que passamos a ter contato com outras lideranças que militavam nestas fases mais difíceis essas experiências foram importantes para todos nós (deputado Edmundo Galdino, Goiânia, agosto de 1992 – banco de dados do ME goiano).

Esse dado surge também no depoimento de outro militante da época, o professor Pedro Célio Borges que atuou no ME de 1976 a 1980:

(...) nós não contávamos com a movimentação de estudantes, nem com as entidades existentes. O período anterior de repressão, ele deixou algumas marcas. De modo que a ligação entre uma geração de estudantes que sofreu a repressão, que tinha liderança estudantil acumulada, que tinha uma caracterização política, posturas diante do sistema educacional, diante do debate ideológico da época, diante do próprio regime militar. A ligação desta geração com a minha geração de estudantes, não houve. Há um hiato aí, praticamente de 3,4,5 anos de intimidação, de imobilização, de medo dentro das universidades, dentro das salas de aulas, dentro das escolas (..) Não havia movimento. A geração da qual faço parte é uma geração que iniciou do zero, sem contato, sem repasse de experiências. Não sabíamos o que era UNE, por exemplo, ou então o DCE (professor Pedro Célio Borges, Goiânia, agosto de 1992 – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

O professor não se limita apenas a identificar o hiato, como ele chama, entre as lideranças. O relato do professor chama a atenção para um problema de gravidade um tanto maior que é a descaracterização ou, se preferirmos, a destruição da cultura política estudantil acumulada nas universidades de 1937, ano de fundação da UNE, até 1969, data de promulgação do Decreto Lei nº 47769. Os anos de repressão conseguiram praticamente extinguir a atividade política no interior das universidades a ponto de impedir que lideranças pudessem ser formadas com essa experiência e usa-la para a continuidade do movimento.

Além da desfiguração da cultura política estudantil e do hiato entre as gerações de lideranças, existia ainda um outro aspecto que dificultou a reconstrução do ME, o clima de medo e de terror que o período anterior havia deixado no imaginário das pessoas. As marcas e as cenas de violência ainda estavam muito vivas na vida dos brasileiros, como relata Pedro Célio Borges:

Fora tudo isto havia o clima: a inibição a repressão no ar. A gente tinha notícias de muitas delações. A UFG como as outras universidades também, elas eram obrigadas a suportar dentro de seus corredores, dos seus escritórios, de seus ambientes de trabalho, seções de serviço de vigilância do [Serviço Nacional de Informação]SNI. A nossa UFG teve isso até recentemente. Recentemente é que foi desativado. Pessoas que ganhavam salário da universidade para ficar em alguns locais e tinham acesso a qualquer processo de estudante ou professor. Eles podiam solicitar do diretor para fornecer os currículos, ou os livros que os professores adotavam. Inclusive, para fazer a gravação de reunião de colegiado, de departamento ou até de uma aula mesmo. E nas reuniões que a gente fazia para discutir problema de biblioteca, de Restaurante Universitário ou dos problemas de transporte coletivo ou do preço de livro, ou de carteirinha de estudantes ou para comprar uma mesa de Pingue-Pongue ou para a assinatura de um jornal (...) a gente tinha medo de comparecer estas reuniões e, tinha muita dificuldade de convocar os estudantes para as reuniões. Esse era o clima geral. Era um clima não só da universidade, apenas. Era o clima do país (professor Pedro Célio Borges, Goiânia, agosto de 1992; grifo nosso – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

O clima de repressão, de controle e de inibição que imperou nos tempos de vigência do AI-5 provocou um efeito arrefecedor das lutas, pois instalava uma cultura do medo na sociedade. No entanto, esse efeito teve uma duração por curto prazo e, no final das contas foi o que impulsionou as mobilizações que aconteceram no país a partir, mais especificamente, de 1975.

Em 1973, a política econômica do governo já começava a demonstrar seus limites:

O milagre econômico começava a enfrentar sérias dificuldades. Embora permanecessem altos os índices de crescimento econômico, estagnara em modesta taxa de 3.5% de crescimento o setor agrícola. O problema criado pela crescente dívida externa, que em 73 já chegava a mais de 12 bilhões de dólares, indicava um ponto de estrangulamento do modelo de desenvolvimento econômico. Além disso, as taxas de inflação aumentavam mais rapidamente do que admitia o governo. Os custos sociais do modelo econômico, resultantes das disparidades e das políticas de concentração da renda dos anos do milagre econômico, atingiram proporções alarmantes em 1973. Um estudo realizado pelo IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] demonstrou que 43.3% da população ganhavam menos que o equivalente a um salário mínimo, e 29% ganhavam entre um e dois salários (Alves, 1989, p. 177; grifo nosso).

O relato dos indicadores econômicos do período do chamado *milagre brasileiro* aponta a desaceleração da economia que acabava por deslegitimar a política social do governo. Os altos custos humanos que o governo lograra com a estabilidade política por via do controle e da repressão física, se tornavam difíceis de sustentar, uma vez que, a perda de vidas humanas e, na melhor das hipóteses, da liberdade, já não poderia ser *compensadas* com a ideologia do desenvolvimento econômico.

Além do mais, desde 1964, a estabilidade política alcançada pelo regime militar pôde consolidar o projeto econômico do regime e garantir altas taxas de acúmulo de capitais, o que gerava, após 1973, a necessidade de vigência duradoura do regime de acumulação, por meio da institucionalização da alienação da economia brasileira.

Essa etapa de institucionalização da alienação econômica, levada a cabo pelo Estado de Segurança Nacional, ficou conhecida na história como o período da distensão classificado pelo governo Geisel como uma liberalização gradual e segura. O país desde então, gradativamente voltou a viver por meio de instituições democráticas do Estado de direito.

Com esse processo de abertura tutelada, a atuação do (Movimento Democrático Brasileiro) MDB foi fundamental, pois deixou de ser mera peça de retoque da oposição organizada pelo próprio governo e passou ser partido ativo na conquista eleitoral dos brasileiros, assumindo a direção do processo de redemocratização do país e das principais bandeiras da época, como: anistia ampla geral e irrestrita aos perseguidos políticos e retorno das eleições livres e diretas em todos os níveis.

Setores da sociedade civil também tiveram destaque na fase de liberalização do governo Geisel, com a (Ordem dos Advogados do Brasil) OAB, que começou a intensificar uma atuação em favor do retorno dos elementos jurídicos cerceados pelo AI-5 como o *habeas corpus*, e da (Associação Brasileira de Imprensa) ABI, que lutava pela derrubada das medidas de censura dos meios de comunicação.

Além de tudo, a Igreja Católica, *neutra* nos primeiros anos de repressão, com a institucionalização da força, passou a assumir a direção do movimento pelos direitos humanos, e se lançou em muitas situações em franca oposição ao regime militar - ainda que se opondo as ações das guerrilhas – atuando com energia na defesa de estudantes, líderes sindicais urbanos e rurais e da sociedade civil em geral.

Esses importantes segmentos da sociedade logo passaram a encorajar o surgimento de ações, no intuito de retomar uma atuação política democrática e favoreceram o ambiente de reconstrução do ME.

Em Goiás não foi diferente se tomada por referência a contextualização que o professor Pedro Célio Borges faz do período, no qual ressalta que a ação dos segmentos defensores do Estado de direito rapidamente instalaram no país um clima em prol da redemocratização, o que influenciou o ME:

(...) O movimento estudantil se vincula a essa movimentação social, através da oposição partidária parlamentar do MDB. O MDB vai virando oposição de verdade. Ele começa a ser oposição em 74. No preparativo da eleição de 78, o MDB é uma oposição que o povo acredita que vale a pena votar nele, né? Isso é um outro fator de estímulo do debate político. Em 78, pela primeira vez, após 10 anos, no início de 78, na preparação da campanha salarial de março ou de maio de 78, os metalúrgicos do ABC paulista fazem uma greve. Algo inédito (...) então quer dizer, é possível combater uma estrutura arbitrária de um sistema autoritário; principalmente nos locais mais importantes: nas universidades, na imprensa, no parlamento, na eleição parlamentar e também nas fábricas do ABC [região de São Paulo, que engloba as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul] Quer dizer, os agentes sociais estão recolocados no cenário político. As pessoas vão se ligando com o

debate ideológico mais completo, Alguns exilados voltam antes mesmo da anistia, e, nós, convidávamos todos para dar palestras. As pessoas iam com medo mas iam. Auditórios lotados. A Igreja Católica dá uma força muito grande aqui, em Goiás (professor Pedro Célio Borges, Goiânia, agosto de 1992; grifo nosso – banco de dados do ME goiano VAE/UCG).

O desejo de liberdade foi tomando conta de todo o país, e ações pontuais em torno de liberdade política, de expressão e anistia alcançaram forma de um movimento geral pela redemocratização do país. Nesse ensejo nacional, não tardariam por retornar à cena política os estudantes, no desejo de reconstruir o movimento que o regime militar havia destruído.

No entanto, a situação da participação política do ME em Goiás revelava o efeito duradouro das medidas repressivas que, efetivamente, suplantaram as tradicionais entidades representativas e estabeleceram uma estrutura vertical e controlada de representação.

Em 1974, existiam na UFG apenas três diretórios setoriais: Ciências Humanas, Ciências Exatas e Biológicas. A partir dessa estrutura antidemocrática de representação, os estudantes tiveram que começar a reconstrução do ME, pois boa parte das lideranças surgidas durante o período áureo da repressão foi afastada dos diretórios. O intuito era romper com o controle político estabelecido pelos mecanismos legais.

Aí, o DCE, foi ao final de 78, que nós fizemos uma comissão para criar o DCE. É verdade que nós aproveitamos o diretório setorial, as lideranças dos diretórios setoriais. Eu atuava no diretório setorial, juntamente com colegas de Jornalismo, de Direito, de Pedagogia, de Geografia. Eu era de Ciências Sociais. Eu e muitos outros. Mas, o diretório da área médica também tinha uma expressão muito grande. Os alunos de Medicina, principalmente; mas, eles tinham também a adesão dos alunos de Farmácia, de Biologia, de Odontologia. Mas, o núcleo ativo, formulador de política era de Medicina. O diretório de Exatas, um pouco mais devagar. Ele vem um pouco depois. E o de Artes nunca participou com a gente desses movimentos, mas, nós pegamos pessoas: dois ou três de cada um desses diretórios e fizemos uma comissão provisória, com a missão de preparar eleições livres para o DCE e nós formamos uma chapa de consenso, naquele momento. Já havia uma diferenciação inicial de posturas ideológicas, mas assim, nós criamos uma chapa de consenso e criamos a primeira diretoria do DCE..

A atitude histórica desses estudantes repetia o que já acontecia no Brasil desde 1976 nos principais centros do Brasil, a recriação de centros acadêmicos e DCEs livres assim chamados pelos estudantes pois pretendiam que as novas entidades funcionassem sem as amarras estabelecidas pelo Decreto nº 228/67, que

como vimos, além de extinguir os CAs e os DCEs, colocava todo o ME sob controle do MEC e das reitorias; daí, a ênfase à palavra livre durante o processo de reconstrução dessas atividades, exatamente para diferenciar as novas entidades daquelas surgidas até então, durante a ditadura militar.

De um lado, a reorganização das forças políticas e o próprio processo de liberalização promovido pela ditadura abriam a possibilidade de reorganizar as entidades estudantis, de outro, como vimos, essa liberalização pretendia-se lenta e gradual, sem grandes tumultos. Por isso, a ditadura não abriu mão de acompanhar bem de perto a atividade dos estudantes e de utilizar do antigo aparato repressivo que, em essência, ainda continuava valendo do ponto de vista legal e se constituía em forte fator dissuasivo. O professor Pedro Célio Borges novamente relata o momento histórico:

Aqui em Goiânia, esse clima de repressão se abateu. A polícia prendeu quatro estudantes, aqui. Ficaram presos 9 dias, em 77, por ocasião desses mesmos movimentos nós ficamos no 10º BC. Um tempão, lá. Nove dias. Saímos do 10º BC e vínhamos aqui para essa Polícia Federal, aqui, do Setor Universitário. E isso é utilizado como uma intimidação pro restante.

Nesse momento, percebe-se que o medo ainda imperava e era uma barreira a ser vencida, o que se dava em outros setores como o sindical, por exemplo, pois as perseguições, intervenções e repressão ocorridas nas greves de 1968 ainda tinham um poder de inibição bastante grande. Os métodos de tortura no Brasil foram praticamente institucionalizados e os casos que circulavam na sociedade serviam como um poderoso elemento e controle para aqueles que se interrogavam dos fatos.

Maria Helena Alves (1989) diz que o poder dissuasivo das torturas tem um efeito de impacto em curto prazo, no entanto, a permanência do terror como prática institucional forja um sentimento de revolta canalizado contra o Estado. O desejo de liberdade acaba falando mais alto que o medo⁴⁷, o que parece se confirmar no depoimento do professor Pedro Célio Borges, ao relatar a ação da repressão em Goiás *Acontece que quando o clima é de protesto, tudo isto que acontece, faz é aumentar a indignação e a imprensa noticiando, apesar de toda a censura (..) A*

⁴⁷ A autora comenta que os setores mais pobres e que tiveram contato maior com a repressão conseguiram desenvolver as formas mais vibrantes e duradouras de resistência como aconteceu por exemplo, com as comunidades de base da igreja católica. Segundo Alves, ela a dor da opressão diária falava mais forte que o medo da dor da tortura. (Ver Alves, 1989, p. 170-174)

*censura sobre a televisão era maior; mas a imprensa escrita, os jornais, noticiavam muito*⁴⁸.

No caso dos estudantes o desejo de reconstruir suas entidades falou mais alto do que o medo das prisões e perseguições que aconteceram com maior vigor nos primeiros anos da década de 1970. Os estudantes após iniciar o processo de reconstrução das entidades horizontais nas universidades passaram a reconstrução da UNE.

Até a realização do congresso da reconstrução realizado em Salvador, 1979, os estudantes realizaram quatro encontros nacionais. O primeiro, em 1975, na cidade de São Paulo, contou com a participação de seiscentos universitários; o segundo também ocorreu em São Paulo, na USP, no dia 16 de outubro de 1976, com a presença de mais de oito estados brasileiros; o terceiro foi marcado para Belo Horizonte, mas não pode ser realizado, em virtude do elevado número de prisões nos dias que antecederam a data prevista, por isso foi transferido para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), resultando na prisão de quinhentas pessoas e 41 estudantes foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional em 1977; o quarto realizou-se em 1978, na Faculdade de Arquitetura da USP⁴⁹, no qual foi deliberado a realização do Congresso da Reconstrução, em Salvador.

Em Goiânia, a reconstrução do DCE abriu caminho para a participação no movimento pró-UNE, que tinha como missão reativar a entidade. Vale destacar que o DCE livre da UFG <<*já fazia parte de uma comissão nacional com trinta e tantos DCEs, já organizados ou em fase de organização para reconstruir a UNE*>> (Pedro Célio Borges). Goiânia teve participação no terceiro e quarto encontros nacionais de estudantes. Nesse último, até chegar ao local do evento os estudantes tiveram que enfrentar a ação da Polícia Federal, que montava barreiras para persuadir os estudantes a desistirem de sua viagem.

Esse problema não foi exclusivo da delegação de Goiânia. Contam Romagnoli e Alves:

As histórias dos estudantes que chegavam a praça Campo Grande – onde fica o diretório do MDB, QG improvisado da comissão de recepção – eram todas semelhantes: intermináveis barreiras policiais, as revistas nas bagagens, as verificações de listas de passageiros, pneus furados por grampos estrategicamente colocados à entrada de Salvador, e, invariavelmente um acréscimo de muitas horas às necessárias num percurso norma. (Romagnoli e Alves, 1979 p 41).

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Ver em Romagnoli & Gonçalves, 1979 p. 20-35.

Por fim, no dia 29 de maio de 1979, as 10hs 45 min. o XXXI Congresso da UNE (Congresso da Reconstrução como ficou conhecido) foi declarado aberto pelo ex-presidente José Serra, que foi Ministro da Saúde no governo de Fernando Henrique Cardoso, e que dirigiu a UNE no período de 1963 a 1964.

Em seguida autoridades parlamentares do MDB sucederam-se no púlpito, e diversas entidades populares apresentaram monções de apoio que foram lidas na plenária. Em geral, além de asseverar o apoio à construção da UNE, havia um discurso comum na análise das tarefas que se impunham à UNE e aos movimentos sociais no Brasil, que giravam em torno das liberdades políticas e da anistia aos perseguidos políticos.

Na moção que encaminharam ao congresso, os presos políticos do Rio de Janeiro, além de reivindicar a necessidade de lutas alternativas aos projetos da burguesia brasileira, também chamavam a atenção para a necessidade de uma luta imediata:

O inimigo comum e imediato está identificado – a ditadura – que a todos vem reprimindo e contra a qual se voltam todos. Esta é a base em torno da qual se deve forjar uma grande unidade do povo explorado e oprimido, objetivando a derrubada dessa ditadura militar e a conquista de uma democracia, da ampla participação popular (apud Romagnoli e Alves, 1979, p. 51).

A luta que se apresentava com vigor ao ME consistia, como de costume, em dar a sua contribuição para o processo de redemocratização da sociedade brasileira. A mesma moção também fazia uma síntese das tarefas táticas que deveriam ser desenvolvidas pelo ME:

Entretanto mais do que consignar a palavra-de-orem das resoluções aprovadas é necessário que se trace uma tática em escala nacional e que se crie instrumentos próprios e adequados para se encaminhar essa luta ao nível das faculdades e universidades. A participação dos estudantes na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelo respeito aos Direitos Humanos, pela liberdade de organização e manifestação serão um fator importante na formação de um movimento unitário de oposição contra a ditadura militar. Embasado na participação e mobilização das massas populares. (Apud Romagnoli e Alves, 1979, p. 51)

De fato o Congresso da Reconstrução demonstrou que a UNE, nessa nova fase de sua história, não prevaricou de suas tradições políticas, e, a julgar pela carta de princípios, as tarefas políticas e táticas apontadas pela sociedade foram

abraçadas pelo ME. Aprovaram-se seis principais lutas a serem desenvolvidas pela UNE: <<1) *contra o ensino pago*; 2) *por mais verbas para a educação*; 3) *pela anistia ampla, geral e irrestrita*; 4) *contra a devastação da Amazônia*; 5) *por uma assembléia nacional constituinte*; 6) *campanha de filiação de entidades a UNE*>>. (*Apud Romagnoli e Alves, 1979, p. 58*).

Essas lutas foram aprovadas pelo congresso sem maiores divergências afinal, redemocratizar o Brasil era o grande desejo de quase todos os setores da sociedade.

No entanto surgiram divergências quanto à análise da conjuntura que envolvia o processo de reconstrução, os rumos a que essa reconstrução poderia conduzir as formas de mobilizar e organizar os estudantes nesse processo.

A repressão era tão grande, o desejo de liberdade era tamanho que o ME não fez uma leitura um pouco mais extensa da questão da democratização e os esforços se concentraram quase que exclusivamente na reconstrução da democracia representativa (mais especificamente na derrubada do Decretos nº 477/69 e do 228/67), sem levar em conta que o Estado poderia utilizar outros recursos de controle político dos movimentos sociais. Possivelmente o entendimento do movimento da redemocratização ainda nem se encontrava plenamente amadurecido como ocorreu posteriormente, na década de 1990.

Ainda assim algumas tendências políticas apontaram sua desconfiança em relação ao Estado de direito que despontava . Entendiam que o projeto da ditadura era de cooptação de forças oposicionistas, com aberturas controladas e limitadas, com ações restritas ao parlamento. Essa era a opinião da tendência Novo Rumo, por exemplo, para a qual << *A burguesia, através da ditadura, tem projeto político para a sociedade. Um projeto no qual inclui a classe trabalhadora, os setores operários, os setores marginalizados do mercado de trabalho, os estudantes e a oposição de maneira geral, no Brasil*>>. (*apud Romagnoli e Alves , 1979, p. 72*)

As tendências Ponteio e Centelha também acreditavam que a luta não poderia resumir simplismente à redemocratização e apontavam limites ao projeto de democracia do regime:

Uma tendência, por princípio de esquerda, que defende apenas o fim da ditadura militar, não vendo que não se pode lutar contra a ditadura, sem ao mesmo tempo estar lutando pelo fim do sistema de exploração. Do contrário caímos na ilusão dos liberais que é a de supor que depois da ditadura virá um estado de direito. (*apud Romagnoli e Alves, 1979, p. 70*).

As tendências não se limitavam a apresentar leituras apenas da conjuntura política e econômica. Havia também, análises do próprio ambiente acadêmico, como mostrava a tendência Novo Rumo:

Dentro dos interesses específicos do estudante dentro da universidade, se colocam as principais lutas de combate a essa universidade imposta pelo regime e por todo esse sistema de exploração, que é o capitalismo, e em todas suas manifestações, que são a privatização, a rentabilização do ensino, feita a revelia dos interesses dos estudantes e dos trabalhadores, desde 64, e regulada em 68 pela reforma universitária (apud, Romagnoli e Alves, 1979, p. 71).

O conteúdo das lutas encampadas pela nova UNE e as análises que as tendências elaboraram não demonstraram, apesar de algumas esboçarem leituras de determinações mais profundas, uma visão das transformações ocorridas na sociedade e nas universidades, as quais alteraram radicalmente o campo de luta do ME. Possivelmente, os estudantes nem poderiam, a julgar o efeito dessas transformações, apresentar uma sólida leitura da realidade e da universidade, até porque tinham pouca experiência política, após tantos anos de repressão e silêncio. A prática política haveria de ser reaprendida nos anos seguintes.

Assim, cabe continuar resgatando os fatores que determinaram a crise política que o ME viveu durante as décadas posteriores. Na verdade, já apontamos no início deste capítulo que esses fatores antecederam a realização do congresso da Reconstrução, e que constituíram produtos da política social e econômica, levada a cabo pelo regime militar.

Com a reforma universitária, a universidade praticamente consolidou um modelo de estudante e de formação profissional completamente alinhada ao mercado de trabalho. Esse fator, conjugado aos outros mecanismos de contenção e controle político-ideológico, é de fundamental importância para entender o refluxo do ME na década de 1980. A universidade passou a ser vista não mais como um centro de produção, difusão de conhecimentos científicos e formação de intelectuais. Os alunos passaram a procurar a universidade como um grande centro superior de transmissão de técnicas e habilidades específicas, no intuito de capacitação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. A conquista de um espaço no mercado de trabalho acabou por precarizar a formação do estudante.

Essa característica da reforma universitária é alertada também por Aldo da Silva Arantes (ex-presidente da UNE, de 1961 a 1962) em discurso que enviou ao Congresso da Reconstrução, quando ainda estava na cadeia.

Muitas das bandeiras específicas e gerais, pelas quais a UNE batalhou no passado, estão mais atuais do que nunca ao lado de novas bandeiras e objetivos. Por que a ditadura militar longe de ter resolvido os problemas fundamentais do país, os agravou, aprofundou o caráter antidemocrático do Estado Brasileiro, marginalizou o povo das grandes decisões nacionais e criou um aparato repressivo desconhecido até então pelo povo brasileiro. Concentrou ainda mais a renda e a propriedade territorial. Degradou as condições de vida dos operários, dos camponeses, dos trabalhadores em geral. Elevou a dependência econômica e política do país face ao capital imperialista, notadamente o norte-americano (...) permite que o capital estrangeiro saqueie a Amazônia. Também reascendeu o caráter antidemocrático da universidade brasileira. O projeto da reforma universitária, defendida pelos estudantes e professores progressistas, foi substituído pelo acordo MEC-USAID. Os objetivos de democratização da vida universitária foram substituídos pelo 477, pelas acessórias de segurança das universidades, pelos draconianos regimentos internos. E o objetivo de fazer da universidade um centro de formação de desenvolvimento da cultura e da ciência nacionais, deu lugar ao objetivo de fazer da universidade um centro de formação de mão-de-obra qualificada e apolítica, para garantir o êxito *do projeto econômico dependente*. (Arantes, *apud Romagnoli e Alves, 1979, p. 50*)

Além de ir ao cerne da questão que envolve as conseqüências da reforma universitária para o ME, a carta apresentava também com clareza, as principais conseqüências do modelo de desenvolvimento econômico para a sociedade brasileira. Nesse sentido, vale a pena dizer que o processo de redemocratização só teve início no momento em que as bases para a consolidação ulterior do modelo econômico já se encontravam assentadas. A doutrina de segurança nacional tinha cumprido o seu papel garantido a presença maciça do capital estrangeiro em setores importantes da economia brasileira, intensificada mais ainda na década de 1990.

Esse modelo não começa com a ditadura foi por ela consolidado com todo seu vigor, trouxe mudanças significativas ao ambiente universitário e acentuou o caráter antidemocrático da universidade, não mais pela violência física mas pela ditadura do mercado.

Segundo o sociólogo José Frejat, que também foi presidente da UNE, no período 1950 a 1951,

As universidades deixaram de ser apenas instituições que legitimam uma posição social de notável – o intelectual, o cientista – para se transformarem, ao menos parcialmente, em grandes conglomerados de

empresas de pesquisa administradas – como convém a enorme soma de capital que para eles convergem – segundo a lógica da racionalidade econômica, isto é, do lucro. A organização da pesquisa e mesmo do ensino, tende a fazer dos seus membros uma peça, num processo sobre o qual o pesquisador individual perdeu qualquer controle (...) O poder nas universidades, deixa de expressar a vontade colegial dos docentes e pesquisadores, para derivar quase sempre, do poder de estado, ou dos interesses econômico das instituições – privadas – mantenedoras (..) as condições concretas da vida universitária, inclusive o plano subordinado que o ensino passa a ocupar com relação à grande pesquisa e a produção de tecnologia não dependem da vontade dos próprios profissionais, nem mesmo de decisões das autoridades universitárias ou de fatores internos à instituição . São como que o reflexo do modo de distribuição de poder dentro da sociedade e, mais especificamente, da relação cada vez mais estreita entre a produção de ciência e tecnologia e a produção econômica em geral. Frejat, apud Romagnoli e Alves, 1979, p. 93).

Universidade como um grande conglomerado de pesquisas ainda não era comum nos institutos periféricos, como os de Goiás. Todavia, a coerência de análise situava-se na relação muito estreita que, segundo o sociólogo, constituía-se entre a universidade e o modelo econômico. O perfil sócio-econômico da universidade vai dificultou demasiadamente que o estudante universitário pudesse desenvolver a consciencialização das contradições da sociedade, ou tomar conta de sua própria alienação, ou confrontar os valores de sua prática social com o conhecimento científico, exatamente porque a sua prática social estava orientada por processos econômicos de poder, gerando uma busca quase alucinada por técnicas ou por informações que lhe permitissem sobreviver na sociedade de mercado.

Nesse campo, o ME teria que atuar após a sua reconstrução, e exatamente aí, residia a crise política do movimento. Além disso, os grupos que desenvolveram a mediação entre o ME e a leitura da realidade social e os interesses de classes também sofreram alterações com a perspectiva mercadológica imposta não só à universidade, mas à sociedade como um todo.

O presente trabalho restringe-se à análise somente dos grupos citados; igreja católica, e os partidos políticos, oficiais ou não.

Vimos que a Igreja Católica desempenhou papel importante para a formação de lideranças no ME e teve grande importância na conscientização política de estudantes, por envolvê-los em seus projetos sociais com as classes populares.

Os ícones desse trabalho foram juventudes universitárias e o Movimento de Educação de Base (MEB). Tão logo a ditadura instalou o regime os militantes e as comunidades envolvidas pela ação do MEB foram perseguidas e o projeto não logrou êxito, não só em consequência da violência física, mas também em razão da

abdicção de certos setores da igreja que aderiram à ditadura em sua luta anticomunista e de defesa do cristianismo ocidental.

Vimos no capítulo anterior que essa política de adesão da Igreja Católica ao regime militar acentuou o distanciamento do clero com a juventude, o qual havia começado em 1963, com a criação da AP.

Durantes os anos de 1964 a 1968, setores da Igreja Católica uniram-se ao regime, sobretudo pela possibilidade de alinhamento do Brasil com o Bloco Socialista do Leste Europeu. Em 1964, os conservadores chegaram à direção do CNBB tirando do poder os bispos chamados de progressistas e moderados.

Comparando a atuação política da CNBB, nos anos anteriores e posteriores ao golpe militar, Bruneau ressalta que os bispos conservadores assumiram.

A direção da CNBB, na VII assembléia geral da CNBB, realizada em Roma, em 1964, durante o Concílio Vaticano II. Do grupo tido como progressista permaneceram apenas três bispos na comissão central da CNBB em postos de importância relativa: D. Helder Câmara foi eleito secretário da ação social; D. Fernando G. dos Santos, secretário de assuntos pastorais e D. Cândido Padim, Secretário da Educação. Sob a gestão de D. Ângelo Rossi (arcebispo de São Paulo), a CNBB foi transformada em uma organização mais voltada para a publicação de documentos diversos e a obtenção de recursos financeiros (...)

Nem mesmo o Vaticano II, o surgimento de uma teologia mais especificamente latino americana e uma grande variedade de inovações pastorais na base foram suficientes para fazer com que a CNBB se esforçasse para promover a justiça social. Em contraste com os anos pré-golpe, a CNBB nada tinha a dizer sobre as condições sociais. Os documentos episcopais limitavam-se a formulações teóricas abstratas que não faziam nem mesmo referência aos eventos da época, *quanto menos prescrever mudanças.* (Bruneau, *apud Duarte, 1996, p. 58*)

D. Fernando Gomes dos Santos, apesar de suas posturas democráticas, no entanto, não se absteve da política do anticomunismo encetada pelo regime nos primeiros anos de instalação do golpe:

Anticomunista, D. Fernando, como a maioria dos bispos Brasileiros, saudou a Revolução de 1964 << como o instrumento da ordem contra o ateísmo, a subversão, a corrupção e a baderna>>. Na homilia que proferiu na missa de ação de graças pelo aniversário da revolução em 31 de Março de 1968, D. Fernando afirmou que, mesmo antes do movimento vitorioso de 1964, a igreja no Brasil, já estava atuando de forma “vigorosa e dinâmica”, no campo social, “no sentido de resolver os problemas fundamentais do país e afastar o comunismo”, através de programas de

“reformas agrária, conscientização do povo e educação de Base”.(Dduarte, 1996, p. 33).

Essa aproximação da igreja com o regime, afastou a Juventude Católica, que já tinha feito sua opção pela oposição ao regime. É certo que, nos anos cruéis do regime, no início de 1970, a Igreja muitas vezes evitou que a repressão se abatesse sobre vários estudantes. Porém, o trabalho de educação política dos estudantes, que se efetivara nas décadas de 1960, foi abandonado pela Igreja, por conta da luta anticomunista.

A reaproximação da Igreja com os estudantes em Goiás aconteceu, sobretudo, no ano da reconstrução da UNE (1979), ainda que ficasse nos limites das cartas pastorais lidas por ocasião das missas pelas quais o ME de Goiás era encorajado a se reconstruir, e ainda na disponibilização da Igreja em ceder espaço para a realização de assembleias estudantis e na intervenção com as autoridades locais, quando a repressão atuava como maior vigor.

Essa ação foi limitada porque se distanciava muito do trabalho, como já dissemos, de educação política da juventude, e dos projetos sociais em que os jovens se envolviam nas décadas de 1960, por intermédio da Igreja Católica.

Sem dúvida nenhuma, a Igreja foi fator importante na luta pelos direitos humanos e força ativa na reconstrução de sindicatos e na organização popular com as chamadas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs). Contudo, sua política de massas privilegiava o trabalho com novos movimentos populares que surgiram no processo de reabertura política no país: os sindicatos desatrelados da estrutura burocrática do Estado e as associações de bairro. Com isso, apesar da Igreja ter apoiado a criação da UNE, o trabalho de base que realizava com a juventude foi secundarizado, permanecendo mais tarde com uma linha de ação diferenciada na figura das pastorais da juventude.

A mudança da orientação política da Igreja com o ME foi importante uma vez que subsidiava a formação de quadros nas décadas de 1960. Não podemos esquecer que o trabalho social desenvolvido pela Igreja com os estudantes também preenchia lacuna existente na formação universitária e estabelecia uma ligação bastante forte entre o estudante e a realidade social.

Os grupos políticos que sustentaram o trabalho do ME durante os anos 70 foram desmontados pela ditadura. Na reabertura da UNE, com força política de atuação restavam o Partido Comunista Brasileiro (PCB) com pouca expressão, o

Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido dos Trabalhadores (PT), que surgiu das greves no ABC da década de 1970.

Os grupos que passaram a disputar a direção política da UNE apresentaram uma característica nova típica do momento de repressão, que era a sua apresentação como tendência e não como grupo político. As tendências tinham ligação direta com os partidos e apresentavam em seus documentos diretivos, leituras da realidade social, política e econômica, com o que expressavam concepções de movimento social de socialismo, etc; temas que continuavam a ser atrativos para o ME.

As fontes orais desta pesquisa mostram que, no início do processo de reconstrução, as tendências foram importantes pois davam ao ME a organicidade que o regime havia destruído, quando fechou as entidades estudantis. As tendências ajudavam o movimento na definição de posturas políticas e ideológicas e foram responsáveis pela mobilização dos estudantes em torno da bandeira da liberdade.

Nessa linha encontra-se a opinião de Henrique Labaig :

Um fato importante que podemos sentir principalmente a partir de 1977, foi que o movimento estudantil, principalmente na universidade voltava com mais embasamento e comprometimento político partidário que fortaleciam as formas de organização, estabeleciam um maior dinamismo nos meios de comunicação da categoria e coordenavam sobretudo a ação política para a elaboração de ter uma consciência (...).

Com certeza, a julgar pelo período de silêncio de que saía o movimento, volta se deu num ambiente de maior conscientização. Como vimos, a luta pela redemocratização era unanimidade entre as tendências que também convergiam em pontos como a realização de assembleia constituinte, anistia ampla e eleições diretas.

A convergência de interesses, o desejo reprimido de liberdade e a maior dinamicidade que o movimento ganhou com a presença de tendências foram responsáveis pela grande mobilização durante os primeiros anos da década de 1980, que assistiu a volta de grandes manifestações nas universidades, como na sociedade.

Durante os anos de 1979 e 1980, além de lutar pela reconstrução das entidades representativas, o ME juntou se ao movimento dos professores da rede pública de ensino que em 1979 e 1980 entraram em greve contra a desvalorização docente, com reivindicação entre outras, de reajuste salarial e aprovação de plano

de carreira para o magistério. Nesse período, movimento conhecido como movimento de valorização do professor realizou greves, teve entrevistas com o governador Ary Valadão e assembléias, que contaram com apoio de D. Fernando, e conseguiu estabelecer um grande debate na sociedade goiana, ganhando o apoio de pais, professores universitários e estudantes.

Os esforços dos professores grevistas não foram suficientes para fazer que o governo cumprisse todos os acordos firmados durante as greves. No entanto, o movimento de valorização do professor

Criou uma espécie de solidariedade entre os professores da rede estadual, da rede municipal, das escolas privadas e os professores universitários e entre todos os docentes e corpo discente. O movimento dos professores se uniu em muitos momentos, ao movimento estudantil. Esta união permitiu que, além da questão salarial, acontecesse uma politização em torno da questão da educação. Professores universitários e os da rede estadual e da rede municipal, juntamente com os estudantes programaram uma paralisação para os dias 9, 10, 11 e 12 de setembro de 1980, solicitando a aprovação dos 12,4% do orçamento nacional para a educação, conforme recomendação da UNESCO (...) Foram feitas reivindicações por mais escolas públicas e de boa qualidade, em todos os locais; salários justos para professores; concurso público para admissão de professores; melhoria das condições de trabalho, como número limitado de alunos em cada sala, material didático etc. Os professores programaram um ato público na praça universitária, para o dia 09 de setembro. Tão logo começou o ato público uma tropa de choque da polícia militar invadiu a praça. Quando terminaram o ato público, os professores e estudantes decidiram fazer uma passeata, passando pela rua 229-A até a praça do botafogo. Ai então, todo o aparato policial foi colocado em ação. O objetivo foi prender lideranças do movimento. Os manifestantes, indefesos, sentaram-se no meio da pista e os policiais aplicaram golpe de cassetetes, jogaram bombas de gás lacrimogêneo, arrastaram gente pelo chão, prenderam estudantes. 9 Duarte, 1996, p. 121)

A união entre os estudantes aos professores e a campanha pela educação pública não significaram o único movimento importante nos primeiros anos da década de 80. Durante o interregno 1981 a 1985, além das mobilizações pela redemocratização do país, pela universidade pública e pela assembléia nacional constituinte lutas específicas também foram desenvolvidas:

No ano de 81 por exemplo, foi realizada uma greve nacional em que a pauta de reivindicação ela foi elaborada a partir de cada curso em todo o país os DCEs procuravam levantar dificuldades às reivindicações dos estudantes em cada curso e montando uma pauta específica em cada universidade. Sobre essa pauta é que foi mobilizado os estudantes, organizada essa greve nacional pela melhoria da qualidade de ensino.

O ex-militante e hoje professor da UFG, Romualdo Pessoa fornece outras informações a respeito da greve de 1981:

Uma das maiores greves do Brasil foram [sic] realizadas, a partir exatamente da luta desenvolvida pela UNE, aqui em Goiás o movimento teve um potencial muito grande, foi realizado no ginásio da Universidade Católica a maior assembléia estudantil já vista aqui no estado de Goiás, quando mais de quatro mil estudantes reuniram e a partir daí desencadeou uma greve que durou em torno de quarenta dias ou mais, então, isso em defesa da universidade e em defesa do ensino público⁵⁰ (Romualdo Pessoa, Setembro de 1992).

Da mesma forma que atestam a importância das tendências para a reorganização do ME, que os fatos parecem comprovar, os entrevistados também apontam limites para o trabalho das tendências entre os estudantes. Assinalam ao apontar que o trabalho das tendências após tantos anos de repressão e obscurantismo, foi responsável pela conscientização dos estudantes, pela dinamização do trabalho político, emprestando ao movimento a leitura política e sócio-econômico do Brasil naquele momento. Todavia, são quase unânimes também em afirmar que o trabalho das tendências passou a ser maléfico, pois a disputa por espaço político e a sobrevivência na cena política brasileira (essas tendências expressavam interesses também dos partidos que surgiam ou ressurgiam com a redemocratização) sobrepunham-se à luta estudantil.

Essa é a opinião, por exemplo, de Edmundo Galdino:

Eu diria que o Movimento Estudantil perdeu um pouco do entusiasmo embora tenha adquirido mais maturidade, mais experiência. Eu vejo que em certos momentos as tendências, tenham ultrapassado os limites, aqueles limites toleráveis. Em vista que o interesse do conjunto da juventude não seja colocado em segundo plano e o interesse de mais tendência [sic] política em primeiro plano. Não estamos como nenhuma idéia de que não deva existir tendência política, até por que elas existiram contra a nossa vontade e a sociedade se organiza é através das tendências, a sociedade se organiza através dessas correntes de opinião, correntes políticas no movimento estudantil. Por outro lado se não tiver um certo freio o interesses pela educação da juventude vai ficando de lado, no plano secundário. E na medida que ficam no segundo plano as conseqüências são sentidas imediatamente como arrefecimento do trabalho coletivo, a diminuição das atividades estudantis, a diminuição do interesse pelas atividades estudantis. Então essas questões acabam contribuindo negativamente desde que ultrapasses esse limite tolerável, do contrário se elevado o trabalho com bom senso as próprias correntes são fontes de mobilização e capaz de contagiar e atingir todo mundo para uma participação mais efetiva⁵¹.

⁵⁰ Entrevista com Romualdo Pessoa, realizada em Goiânia no mês de Setembro de 1992.

⁵¹ Edmundo Galdino. Entrevista já citada.

A fala do deputado federal (na época da entrevista) Edmundo Galdino apresenta um fator importante para a dimensão da crise que o ME viveu desde o término da reconstrução da UNE. Chama mais atenção a questão levantada pelo professor, a intensa campanha de adesão que as tendências desenvolveram que se sobrepuseram ao que deveria ser o essencial do trabalho das tendências ou seja a educação política dos estudantes, com o objetivo de fortalecer a consciência sobre importância da participação política na definição dos rumos do país, , muito fecunda na década de 60 e que se tornou estéril na década de 80.

O professor Pedro Célio Borges aprofunda a análise das tendências. Fala de pontos negativos e positivo e relata que, em Goiás em um primeiro momento, pela falta de experiência na luta política e pela distância da UNE que os anos de repressão promoveram, o ME ficou fora da disputa desses grupos. Em um segundo momento, a adesão à disputa política foi inevitável e, de certa forma, foi um forte fator de desintegração do movimento. Ele aponta como a atuação das tendências transformou-se em barreira para a participação política dos estudantes:

Foi um papel positivo, ele ajuda o movimento social a ter uma vida mais orgânica, a ter uma ação mais global. A se politizar de maneira melhor. Isso é tanto mais positivo, quanto mais no início do movimento. Nós aqui de Goiás vimos de maneira estranha, porque se por um lado isso é positivo, mas há também o fator de que essas tendências lutam por um espaço político de maneira exclusiva. Elas acabam colocando os seus valores, as suas necessidades de sobrevivência acima do movimento social. Esse é um tipo de desvio (...) E maneira como era uma disputa política, a gente percebia se você não entra dentro da disputa, fica para traz, e aí, a nossa necessidade, num primeiro momento foi de estabelecer conexões com essas tendências. Aqui para nós, para Goiás, eu acho que isso perturbou uma coesão uma solidez que o movimento tinha. Que cada pessoa se identificou com um ou outro agrupamento e aí dividiu muito o nosso movimento. Algumas tendências tinham propostas de não dividir, de as tendências existirem normalmente, de disputarem os recrutamentos, de crescerem como tendências (...) algumas já traziam mais o jargão político de fora da universidade, impondo ele sobre o movimento estudantil. E o movimento estudantil muito generoso que era absorvia esse jargão e aí virou uma salada, um deus nos acuda (...) depois do período autoritário, num prazo muito curto já sem o problema da repressão legal, de falta de dinheiro, de ameaça de expulsão de estudantes, de perder currículo, de não ter mais que apresentar atestado de ideologia em DOPS. Depois que não existia nada disso, o movimento estudantil se enfraqueceu muito porque permaneceu uma luta antropofágica das tendências. Uma impulsão autodestrutiva [si] das tendências para dentro do movimento estudantil que absorveu estas tendências⁵².

⁵² Pedro Célio Borges.. Entrevista já citada.

Assim como os depoentes, nós também não acreditamos que as tendências deveriam desaparecer do movimento, o que é algo impossível, no modelo de democracia representativa do país, em que as pessoas se agrupam em canais para expressar suas opiniões. Sem a atuação dos grupos políticos o ME perderia muito de seu conteúdo político-ideológico.

Não é na existência e atuação das tendências que se situa a crise do ME, mas tem sua influência por elas. Não podemos esquecer que as reformas ocorridas na universidade promoveram um redimensionamento na relação entre a universidade e o mercado econômico, que formou um novo perfil de universitário, desinteressado e despreparado para a participação política que requer, sobretudo disposição para o debate de idéias, instrumentalização científica e propensão ao trabalho coletivo.

Esse despreparo torna-se fator de desmotivação uma vez que o debate e a disputa exigem qualidades políticas que o estudante não possui. Além disso, a própria dinâmica e a linguagem da disputa política, distanciada da realidade acadêmica dos estudantes separam o estudante do ME, tendo em vista que o único meio de participação é a opção por um agrupamento político e o estudante, em geral, acaba não se reconhecendo nesses grupos. O preparo político dos estudantes pode disciplinar a disputa entre as tendências e evitar que essa disputa extrapole limites toleráveis para o ME.

Grupos políticos organizados no interior do ME não constituem uma exclusividade da década de 1980, existiam desde seu início. Entretanto outras bandeiras de luta, como a defesa nacionalismo apresentava uma convergência de interesses que fazia que a convivência entre os grupos fosse bem maior. Além disso o trabalho de educação política como vimos no capítulo I, era muito mais intenso com os grupos que desenvolviam trabalho em conjunto, como os movimentos populares urbanos e rurais. A convivência entre as tendências na década de 60, assim se apresentavam para Alda Maria Borges Cunha:

Naquela época não havia essa questão da partidização. Havia muito a discussão de tendências (...) havia o que se considerava esses grupos de esquerda, e nessa esquerda predominava a AP. A AP foi muito forte aqui a nível de movimento estudantil (...) com a presença do pessoal do partido comunista, esse período ainda não se situava PC do B. Então havia os colegas, nós chamávamos de Pecezão. O pessoal do Pecesão articulava bem a nível de AP e o trabalho realmente não tinha, não era tão polarizado. Não havia inclusive essa luta por hegemonia, essa luta para

fazer militância, para ampliar a militância, e a militância para sua bandeira específica; não havia essa coisa polarizada assim. Havia muito de trabalho mais articulado. Eu me lembro de colegas do Peceção que trabalhavam comigo na alfabetização diariamente dando aula e tudo mais. Nós tínhamos as reuniões, os debates as coisas e fazíamos isso muito de forma conjunta e realmente não havia essa partidarização a nível de movimento estudantil⁵³.

A fala da professora demarca uma diferença substancial entre os acontecimentos da década de 1960 com o dos anos 1980. O consenso era algo que não fazia parte do trabalho realizado pelas tendências, na década de 1980, já que cada grupo tinha sua leitura de mundo, cada qual dispunha de táticas e estratégias para conduzir o ME e o estudante estava desacostumado com o trabalho coletivo.

Comparando-se as duas gerações, percebe-se que há uma diferença entre a forma como a atuação das tendências era desenvolvida e o perfil do estudante que estava envolvido nas duas conjunturas, o que reforça o seu despreparo para o exercício da atividade política que a convivência com as tendências exige. A comparação fica ainda mais clara se reportarmos ao relato da professora Nilva Maria Gomes Coelho que faz uma comparação entre a juventude antes e depois de 1968:

Eu diria que o movimento estudantil, de hoje, o aluno tem mais dificuldade, por que ele é da formação da geração AI-5, a geração do (...) do medo, do terror, da geração que não participa de política, eu realmente acho que o estudante, de hoje, tem menos condições de enfrentar uma realidade como a nossa, do que os nossos de uma geração de empirismo e tal, mas que tinha um processo de discussão e que esses foram gerados, dizendo o seguinte: meu filho não participa de política, não sai a noite (...) Eles não tiveram um processo democrático para discutir as questões da discussão anterior, nós tivemos, por exemplo, um Estado Novo, uma situação ditatorial anterior, mas que deu um processo de abertura da rearticulação nacional, e esse estudante que nós temos hoje não tem esse processo (...)

O fato é que, os estudantes dispostos a reconstruir a UNE, por uma série de questões que discutimos, não sabiam conviver com as tendências existentes na UNE, nem participar coletivamente na luta por mudanças radicais na estrutura social brasileira. Durante a década de 1980, presenciou o arrefecimento cada vez mais acentuado da atividade política estudantil.

Na tentativa de explicar o arrefecimento das lutas estudantis, a professora Liz Elisabeth apresenta dois argumentos principais. Primeiro o fechamento das organizações de trabalhadores urbanos e rurais com o golpe de 1964, que teria

⁵³ Entrevista com Alda Borges, realizada em Goiânia no mês de 1992

motivado o engajamento dos jovens como a única força com voz ativa, até pela dificuldade de reprimir um segmento que mantinha poucos vínculos institucionais com o Estado.

(...) A partir do Golpe Militar, a partir da revolução, quem primeiro foi aviltado, assim os movimentos de forma desestruturado [sic], foram o movimento dos trabalhadores que já estavam organizados. Então, você tem as ligas camponesas que destruídas na época e tal. Agora, num segundo momento o estudante começa a gritar é porque as outras vozes, que poderiam falar contra o sistema, já tinham sido caladas.

Em seguida, ela aponta algumas questões ligadas à conjuntura político-cultural da época estabelecendo uma comparação da atuação estudantil nas décadas de 1960-70 com a geração de 1980:

A nossa geração dos anos 60 e 70 revolucionou tudo. Nós encontramos a sociedade de um jeito e depois dessas décadas... Ela tinha outra feição! Nós fizemos uma revolução em todos os aspectos. No aspecto cultural, no aspecto de valores, nós fizemos o movimento hippie. Nós encontramos uma sociedade muito mais tradicional, muito mais fechada, e nós viramos essa sociedade de cabeça para baixo mesmo! Por mais que hoje nós estejamos assistindo a semana passada, os estudantes na rua e tal, eu acho que por mais que estes estudantes façam, não vai ser semelhante aquilo que aconteceu.

Analisando a primeira argumentação da professora conforme mostramos nos capítulos anteriores, a ausência de forças organizadas após a consolidação do golpe não pode ser considerada como determinante principal para o engajamento do ME na oposição ao regime. O ME já vinha de um longo processo de politização e de engajamento com os problemas sociais do Brasil. O desmantelamento dos movimentos de trabalhadores rurais e urbanos talvez representou um elemento catalisador de um processo que já existia e deu mais evidência ao ME que se evidenciou como principal força oposicionista.

Na segunda argumentação fica evidente que o clima político cultural teve uma influência no engajamento do movimento estudantil, pois a sociedade, como lembra a professora, era contestada em todos os seus aspectos, e o clima de mudança era favorecido no plano econômico, político e cultural. Além do movimento hippie, citado por ela, o espectro da revolução também rondou a França em 1968, sem falar da revolução cubana de 1959, que era um ícone de liberdade em toda a América latina, além da polarização capitalismo/socialismo, que dividia o mundo em dois grandes blocos.

No entanto, a professora romantiza a análise ao afirmar que sua geração tudo revolucionou, e o que impediria a juventude dos anos 80 de promover mudanças mais profundas afirmando que por mais que os estudantes estivessem na rua nunca seriam como seus antecessores. Informações oferecidas por Athos Magno ajudam a tarefa de elaborar uma conjuntura internacional da época e reforçam alguns aspectos da fala da professora Liz Elisabeth, como as de Athos magno:

O jovem naquela época, ele estava dentro de um clima de protesto contra uma ditadura brutal, mas ele estava também num clima mundial: a guerra do Vietnã, tavam dando uma surra nos Estados Unidos; os protestos da juventude em Paris, os jovens estudantes em Paris, e no mundo inteiro que tinham duas frases lapidares, que podiam marcar o movimento que era a primeira: sejamos realistas, exijamos o impossível. E a segunda era: é proibido proibir. Então... Frases assim, que tinham um cunho muito forte das posições anarquistas, libertárias nos estudantes europeus, e dos beatles e Rolling Stones, ou seja da música de protesto, do cabelo comprido, do linguajar diferente, irreverente. Aqui no Brasil a música do Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque. Então, ou seja, era a cultura de rebeldia do mundo (...) Então ele era a voz da sociedade, porque estavam articulados, e havia aquela mística de quem luta pelo seu país⁵⁴ (...)

De fato, nunca os estudantes, de 1980 poderiam ser como os de 1960-1970 pelas circunstância históricas que a própria professora e também Athos Magno (este de modo diferente da professora, faz uma leitura mais crítica das conjunturas) adiantaram e que foram discutidos neste trabalho. O desafio do ME não era o de retomar com a reconstrução da UNE, a identidade e o perfil dos jovens dos anos 60 e 70, mas organizar a luta política diante das circunstâncias históricas dos anos 80 que, como os dados assinalam, eram bem diferentes da década anterior.

Portanto, além das determinações econômicas que levaram a ditadura a promover uma verdadeira reordenação política e estrutural do país, e diferença das conjunturas culturais e políticas das décadas de 60/70 e 80 influenciaram significativamente a opção do jovem universitário pelo engajamento político. A diferença conjuntural entre os dois períodos históricos é ricamente retratada pelo próprio Athos Magno em outra passagem de seu depoimento:

Ao mesmo tempo hoje, os movimentos de libertação nacional estão em crise. Os movimentos, os países socialistas estão em crise. Os Estados Unidos não estão apanhando do Vietnã (...) o imperialismo norte-

⁵⁴ Entrevista realizada com Athos Magno em 14/08/92.

americano não está desmoralizado como estava naquela época. Então o movimento de libertação nacional e socialista está na defensiva e os jovens conquistaram tanto espaço no mundo e tanta liberdade, que o desafio não é assim tão premente como foi naquele tempo que era proibido até usar um cabelo comprido (...) os jovens hoje são mais práticos, são mais científicos, são mais laicos, de que não se pensa assim de forma tão gratuita, de morrer para criar algo (...) até a decisão de morrer para que o povo vivesse bem. E hoje o compromisso é mais com a vida e as suas contribuições e construções no dia-a-dia [individualmente como um espectador dos fatos políticos. O grifo é nosso]. Nós nos comovíamos pelos dirigentes, pelo Mao-Tse-Tung, que tirava a camisa e atravessava o rio a nado, para mostrar aos jovens que continuava sendo um grande lutador pela revolução. Isso nos comovia... quer dizer como é o Vietnã. O Vietnã nos não sabemos como está (...) Naquele tempo havia Washimi que estava batendo nos Estados Unidos e começava o discurso dizendo: <<criancinhas do meu país>> (...) Então aquilo marcava a gente, Che Guevara, a Guerra de Guerrilha. Mas o que é a Guerra de Guerrilha hoje? Mostrou que é inviável, você sair de Cuba, ir clandestino para a Bolívia e montar uma guerrilha como Che Guevara montou e morrer (...) era inviável, e nós provamos que a Guerra de Guerrilhas era inviável aqui no Brasil. Então muitos dos nossos, digamos assim, referenciais daquele tempo, não existe para os jovens hoje⁵⁵.

Além de diferenciar bem a conjuntura de anos anteriores e década de 1980, Athos Magno também mostra uma mudança significativa do perfil do jovem que, segundo ele, não teria mais a mística revolucionária do envolvimento com grandes projetos coletivos, fruto provavelmente do pragmatismo da sociedade industrial que se consolidou no Brasil durante os anos de ditadura e das sucessivas derrotas que o movimento social sofreu nos “Anos de Chumbo”, não só no Brasil mas em toda a América Latina que, de modo similar, viveu golpes militares e ingerências internacionais.

Os depoimentos levam a acreditar que a desesperança representou uma das incômodas marcas dos anos 80. Não podemos esquecer também que esse clima no Brasil se agravou, pois, de um lado, as tentativas de resistência armada estavam praticamente destroçadas e eram inviáveis, como disse Athos Magno, frustrando uma geração que acreditou na revolução do país. De outro lado as pessoas que não optaram pela via armada depositaram suas reservas de esperança em uma redemocratização que, na sua essência, em nada alterou a exploração econômica do país nem as desigualdades sociais ao contrário do que se esperava.

Destarte, a geração que atuava nos anos 80 é a geração dos projetos frustrados, da luta armada, da fé na democracia, por isso, provavelmente, apresentem a essência da desesperança que se abate sobre a sociedade.

⁵⁵ Entrevista realizada com Athos Magno em 14/08/92.

Os anos de ditadura iniciaram durante o período da distensão, a consolidação de um modelo de Estado capitalista no qual as instituições passaram a ocupar papel central na regulação das atividades políticas entre os grupos da sociedade civil e o Estado, o que levou muitos a aderirem a canais institucionais de participação em detrimento da luta nos movimentos populares que ficavam cada vez mais distantes dos processos decisórios, em uma democracia representativa que a rigor, faz do voto uma das poucas possibilidades de expressão. Athos Magno corrobora nossa afirmação:

Não existia parlamento para nós naquele tempo, nunca vimos um deputado na frente, por que o movimento era tudo, as instituições eram nada. Hoje não, as instituições estão muito presentes, e o movimento estudantil e as alternativas elas estão muito é (...) de certa forma subordinadas às regras democráticas que foram sendo criadas dentro do Estado brasileiro moderno⁵⁶.

Há também opiniões que defendem a idéia de que a crise da UNE passava pelo surgimento de outros movimentos populares, inexistentes nas décadas de 1960 e 1970, anos nos quais a atuação dos estudantes foi mais incisiva.

Assim se posiciona Valdi Camarcio, ao analisar o ME da década de 1980:

O movimento estudantil nesse período, foi um movimento fraco e nunca puxando o desenvolvimento. Eu acho também que na década de 80, com a reorganização dos partidos políticos, os partidos políticos tomaram a frente, então, quer dizer, foi logo em 80, 81 quando foi liberado, vários partidos políticos, na fundação dos partidos apareceu e todo mundo entrou nos partidos e normalmente mais uma vez, eu acho que foi outro motivo. Quer dizer, a organização dos trabalhadores e a organização dos partidos políticos deixaram o movimento estudantil em segundo plano.

O depoimento não é de todo incoerente, pois durante o regime o surgiram os sindicatos de metalúrgicos do ABC que depois deram origem a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao aparecimento das Organizações não-governamentais (ONGs), ao ressurgimento dos sindicatos rurais, desmantelados durante a ditadura, e outros movimentos de trabalhadores médios, como bancários e professores.

Porém, a fala de Valdi Carmarcio demonstra uma concepção vanguardista, como se o movimento fosse responsável por puxar o desenvolvimento como ele diz. Dá a impressão de que os movimentos populares e de trabalhadores roubaram do

⁵⁶ Entrevista já citada.

ME a tarefa de conduzir a luta política no país. Na realidade mostra que nem mesmo as lutas específicas do ME davam conta de canalizar-se politicamente junto com as bases. Possivelmente, a idéia fosse reflexo de uma imagem que o próprio ME assumia em muitas situações, aparecendo como a voz universal dos excluídos e injustiçados, motivado, como já dissemos, pela inexistência de organizações que fizessem oposição ao regime militar.

Concordamos com a idéia de que o surgimento de novos sujeitos políticos em prol da retomada da democracia representativa pode Ter levado os partidos políticos, agora institucionalizados, possam a secundarizar o ME, trazendo reflexos à educação política dos estudantes. Contudo, não corroboramos por completo a opinião dos entrevistados, por considerarmos a organização de qualquer setor popular é sempre uma vitória da democracia, portanto, sempre bem-vinda, e nunca o fracasso de outro segmento. De fato os movimentos populares diversificaram-se após a ditadura militar, o que sem dúvida, não constitui um fator negativo, pois demonstra somente que a atuação das forças de esquerda deve ser muito mais ampla e abrangente e que não existe a vanguarda de estudantes, ou outro movimento qualquer, como no passado supunha o ME.

A questão principal que se coloca é como poderia o ME organizar os estudantes diante de uma conjuntura tão diversificada politicamente e tão diferente daquela que viveram as gerações anteriores.

Enfim, após a reconstrução da UNE a bandeiras do ME continuaram atuais, como a defesa da universidade pública, democratização da universidade, politização da formação profissional, aumento das verbas para a educação e autonomia universitária, ou seja, há um espaço de luta para ser ocupado pelo ME. Se após a redemocratização o ME em crise, as determinações mais profundas, como vimos, são estruturais e organizativas e não dos movimentos populares que surgiram com a abertura política, no momento de reconstrução da UNE.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa demonstrou que até 1968 o movimento estudantil amadurecia em sua prática política um projeto de sociedade anticapitalista para o Brasil, que se originou com o nacionalismo em defesa do rompimento com a dependência estrutural do país e, posteriormente em oposição ao regime militar e a seu projeto de desnacionalização da economia brasileira.

As contradições do Nacionalismo resultaram na crise econômica que se materializou no movimento nacional pelas reformas de base de que o ME foi depositário de esperanças de uma independência econômica em que, a reforma universitária, cumpria seu papel pelo desenvolvimento da ciência, da tecnologia e pela difusão da cultura. Da crise de poder enfrentada pelas elites econômicas nacionais e internacionais nasceu o golpe de Estado de 1964 com o intuito de dar continuidade ao modelo de desenvolvimento econômico pautado na abertura do mercado para o capital nacional.

Para isso, o conceito de desenvolvimento foi aliou-se ao conceito de segurança interna, trazendo a estabilidade política como um pressuposto para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Nesse o contexto, nasceram as determinações do refluxo que o movimento estudantil passaria a sofrer a partir de 1968. Para garantir a estabilidade desejada, era preciso eliminar da cena política os óbices que impediam a livre circulação do capital estrangeiro na economia, essencialmente os defensores de posturas ideológicas anteriores ao regime e que formavam a frente nacional pelas reformas – os sindicatos, políticos populistas, intelectuais, os movimentos camponeses e o ME.

Identificados os alvos, o regime militar começou sua escalada de terror praticando todo tipo de violência física, e implementando reformas institucionais com o objetivo de adequar a infra-estrutura social ao modelo de desenvolvimento econômico em curso. O ME foi alvo de medidas institucionais, violência física e cultural e reformas educacionais que fincaram as bases para a crise dos anos de 1980.

Assim, é preciso entender o refluxo do ME na década de 1980, como o produto de uma longa campanha de controle político e ideológico que começa em 1964 com as primeiras leis de controle das entidades representativas, passando pela reforma universitária de 1968 e culminando com a edição do Decreto Lei nº 477/69 que praticamente baniu a atividade política no interior das universidades.

Essas medidas desempenharam papel importante por que sua aplicação agia paralelamente às mudanças de ordem estrutural que estava acontecendo em toda a sociedade. A ditadura significou exatamente uma etapa de transição de uma economia mista de associação ao capital estrangeiro para uma economia completamente alienada ao capital externo.

Durante o período de vigência dos mecanismos de controle, o ambiente universitário foi completamente alterado resultando na formação, pela violência física, e pelo controle ideológico, de um novo perfil de estudante, que esteve disposto a reorganizar a UNE no período em que a sociedade brasileira lutava pela redemocratização, mas que se desinteressou pela continuidade histórica da luta anticapitalista que a UNE vinha gestando desde 1960, e que, foi abortada no ano de 1969.

Esse novo estudante passou a ser formado em um ambiente no qual: a) a atividade política quase inexistiu em virtude das punições que o Decreto Lei nº 477/69 estabelecia aos estudantes que se envolvessem em atividades de protesto; a) o ME teve sua cultura política, acumulada desde a criação da UNE em 1937, desfigurada com a destruição das entidades representativas e com a expulsão e repressão violenta aos grupos políticos organizados vinculados às forças sociais de esquerda; c) o ambiente universitário, para atender ao novo regime de acumulação implantado pela ditadura militar, tornou-se fortemente alinhado ao mercado econômico e o resultado foi à implantação de um modelo acadêmico de formação profissional, que passou a privilegiar a transmissão de técnicas em detrimento da educação política.

Quando foi reconstruída em 1979, a UNE teve que enfrentar um campo de disputa política diferente daquele que existia antes de sua extinção. Passados os primeiros impulsos de liberdade que motivaram a reconstrução das entidades representativas, a UNE teve que responder ao novo campo de disputa política no qual a universidade se inseria. No entanto, a resposta do ME não foi suficiente, pois a estrutura organizativa e a identidade política da UNE continuaram as mesmas dos

anos áureos do ME. As teses do Congresso da Reconstrução não apresentavam uma leitura das mudanças que aconteceram ao longo da existência do regime militar, nem na sociedade como um todo, nem na universidade. As teses ainda demonstravam uma fé muito grande na capacidade de indignação dos estudantes, o que não aconteceu após a reconstrução da UNE, que sofreu um período de refluxo. Esse refluxo que ainda perdura, só foi interrompido pelo movimento dos caras-pintadas, o qual desapareceu como a mesma velocidade com que surgiu.

Não concordamos com as afirmações que postulam que o ME ainda não tenha encontrado uma bandeira que mobilize os estudantes ou que o problema do ME esta na presença dos partidos nas disputas políticas. As reordenações tanto estruturais como no interior das universidades colocam o ME diante da tarefa de ressignificar suas ações.

Para sensibilizar os estudantes, é preciso muito mais que a simples formação de quadros para a militância, é necessário intervir na educação do estudante, politizando essa formação que atualmente é quase que instrumental. É necessário que os grupos políticos que atuam no interior do ME (as tendências) invistam mais na formação e na criação de espaços extra-institucionais que atenuem a deficiência que o atual modelo de formação apresenta na vida universitária. Para que o estudante volte a construir perspectivas políticas para o Brasil e se engaje em projetos de transformação, é necessário, que ele se veja novamente como um sujeito ativo do processo histórico.

O pragmatismo da sociedade atual impõe ao ME a necessidade de ter projetos de intervenção permanentes, que se situem em diversas áreas da vida acadêmica, desde a formação política até os projeto de formação profissional dos cursos. A UNE deve romper com as ações improvisadas dos tempos áureos, sem que se limite a praticamente encaminhar uma oposição maciça dos estudantes ao projeto capitalista.

As bandeiras históricas do movimento estudantil do início da década de 1980 estavam mais atuais do que nunca, haja vista que a desestatização da universidade, a instrumentalização da formação acadêmica e o distanciamento da universidade dos problemas sociais do país continuaram nas décadas seguintes de uma maneira ainda mais aguda.

A pesquisa demonstrou a necessidade de novos estudos que se debrucem a estudar o movimento estudantil nos anos 90 e 2000, durante os quais os fatos

tomados como ponto de partida para a pesquisa, como a mundialização do regime de acumulação flexível agudizou algumas das características já apontadas neste trabalho e impuseram algumas outras, como a organização política dos movimentos sociais que abriu possibilidade para a utilização de outras categorias de análise, a exemplo da empregabilidade. Levando-se em conta também que a transformação da universidade possivelmente criou novos grupos socializadores, diferentes dos que foram tradicionais como Igreja e partidos políticos.

Apesar da discussão que este trabalho fez sobre a crise política do ME fechamos nossas análises lembrando que o ME não desapareceu como entidade representativa dos estudantes ainda que não tenha conseguido mobilizá-los eficazmente. O desafio está posto ao movimento que deve se adequar às exigências da conjuntura que analisamos, tomando como referência o passado, mas o entendendo como uma etapa importante de um projeto que não acabou, apesar dos percalços, fornecendo os elementos para as continuidades e rupturas com as gerações anteriores nessa luta por um projeto, que ainda está em curso, ou seja, uma alternativa anticapitalista para o Brasil que muito provavelmente será construído sem a presença da vanguarda do ME mas que dele provavelmente não pode prescindir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

BORON, Atilio et al. **Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na República populista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

DUARTE, Maria Terezinha. **Se as paredes da catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o regime militar; 1968-1985**. 1996. Dissertação [Mestrado em História] Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em tempos de repressão**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994

MARTINS, Filho. João Roberto Martins (org). **1968 faz 30 anos**. Campinas, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

FORACCI, Marialice Mencarine. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira. 1972.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola produtiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GENTILI, Pablo (org.) **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis RJ: Vozes, 1999;

GERMANO, José Willington. **Estado militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

GOLDMANN, Lucien. **Reificação dialética e a cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GORENDER, Jacob. **Globalização, tecnologia e relações de trabalho**. EDUSP: São Paulo, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1989.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil; 1930-1970**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 1984.

MARX, KARL. **Para a crítica da Economia Política; salário preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História oral.** São Paulo, Loyola, 1996.

POERNER, Artur José. **O poder jovem: a história da participação política dos estudantes brasileiros.** 4 ed. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 14 ed. Campinas- SP: Autores Associados, 1995.

RIBEIRO, Darci. **A universidade necessária.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ROMAGNOLI, Luiz Henrique; GONÇALVES, Tânia. **A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador.** São Paulo: Alfa Omega, 1979.

SADER, Emir; GENTILI Pablo. **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

SILVA, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN – 1960-1969).** São Paulo: Cortez, 1989.

FONTES

FONTES ORAIS

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

ALDA MARIA BORGES CUNHA- Professora na Universidade Católica de Goiás (UCG); Foi militante do Movimento Estudantil na década de 1960. Entrevista realizada em setembro de 1992.

ALDO DA SILVA ARANTES Presidente da União Nacional dos Estudantes de 1961 a 1963; Deputados estadual e Federal pelo estado de Goiás. Palestra realizada na semana do calouro da Universidade Católica de Goiás (UCG) no dia 19/08/92.

DOM ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA Arcebispo de Goiânia; foi secretário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Católica de Goiás (UCG). Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 1992.

BIANOR FERREIRA DE LIMA professor na Universidade Católica de Goiás (UCG). Foi militante do movimento estudantil de 1960 a 1963 e Promotor de Justiça do estado de Goiás. Entrevista realizada em setembro de 1992.

HELIO GARCIA DUARTE professor da Universidade Federal de Goiás (UFG); militou no Movimento Estudantil entre 1969 e 1961. Entrevista realizada em 14 de setembro de 1992.

EDMUNDO GALDINO Deputado estadual (1987-198) pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB); Deputado federal (1989-19895). Entrevista realizada em agosto de 1992.

ENRIQUE LABAIG sociólogo; servidor público estadual; militou no Movimento Estudantil de 1978 a 1980. Entrevista realizada no dia 20 de agosto de 1992.

LIZ ELIZABETH AMORIM MELO DUARTE socióloga; professora da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Católica de Goiás; militou no Movimento Estudantil entre 1965 e 1968. Entrevista realizada em 29 de agosto de 1992.

PADRE JOSÉ PEREIRA DE MARIA- Chanceler da Universidade Católica de Goiás (UCG); foi professor na Universidade Católica de Goiás e na Universidade Federal de Goiás (UFG); foi Reitor da Universidade Católica de Goiás nos anos 80. Entrevista realizada no dia 25 de maio de 1992;

JUAREZ COSTA BARBOS professor na Universidade Federal de Goiás (UFG). Foi militante do Movimento Estudantil entre 1962 e 1964. Entrevista realizada no dia 23 de janeiro 1992.

LICÍNIO LEAL BARBOSA professor na Universidade Federal de Goiás; Foi militante do ME na década e 1950. Entrevista realizada em Janeiro de 1993.

NILVA MARIA GOMES COELHO professora na Universidade Católica de Goiás (UCG); foi militante do Movimento Estudantil de 1965 a 1968. Entrevista realizada em setembro de 1992.

PEDRO CÉLIO BORGES professor na Universidade Federal de Goiás (UFG); Foi militante do Movimento Estudantil entre 1975 e 1980. Entrevista realizada em agosto de 1992.

PEDRO WILSON GUIMARÃES atual Prefeito de Goiânia (gestão 2001-2004). Professor na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Católica de Goiás (UCG); foi militante do ME nos anos 60; foi Reitor da Universidade Católica de Goiás nos anos 80. Entrevista realizada em agosto de 1992.

ROMUALDO PESSOA CAMPOS professor na Universidade Federal de Goiás. Foi militante do ME ENTRE 1980 E 1987. Entrevista realizada em agosto de 1992.

VALDI CAMÁRCIO médico; Professor na Universidade Federal de Goiás; Foi militante do ME de 1967 a 1971. Entrevista realizada no dia 15 de agosto de 1992

RELAÇÃO DOS PERIÓDICOS CONSULTADOS

1. FOLHA DE GOIÁS ;
2. DIÁRIO DA MANHÃ.